

# Relatório de atividades e contas 2021





## ÍNDICE

ENQUADRAMENTO.....	2
MENSAGEM DO REITOR.....	3
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	5
MISSÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES .....	8
I - ATIVIDADES.....	10
1. COMUNIDADE ACADÉMICA .....	11
1.1 DOCENTES.....	11
1.2 INVESTIGADORES.....	18
1.3 TRABALHADORES NÃO DOCENTES E NÃO INVESTIGADORES .....	22
1.4 BOLSEIROS E COLABORADORES EVENTUAIS.....	25
1.5 RELAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DA COMUNIDADE ACADÉMICA.....	26
2. ENSINO.....	27
2.1 NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS.....	27
2.2 NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS PELA PRIMEIRA VEZ NA UAc.....	29
3. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR .....	32
3.1 FORMAÇÃO .....	32
3.2 CURSOS LIVRES.....	34
3.3 ACADEMIA SÉNIOR.....	35
3.4 ACADEMIA JÚNIOR.....	35
4. MOBILIDADE .....	37
4.1 MOBILIDADE ERASMUS+.....	37
4.2 OUTRAS MOBILIDADES .....	40
5. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	42
5.1 UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DE APOIO AO ENSINO .....	42
5.2 PROJETOS DE I&D.....	43
5.3 SERVIÇOS DE I&D .....	44
5.4 OUTRAS INICIATIVAS DE I&D.....	47
5.5 PUBLICAÇÕES INDEXADAS .....	49
6. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO.....	50
7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....	52
8. EVENTOS .....	55
8.1 EVENTOS INTERNOS.....	55
8.2 EVENTOS EXTERNOS .....	56
9. PROTOCOLOS E ACORDOS.....	57
II – RELATO FINANCEIRO .....	59
1. ANÁLISE FINANCEIRA .....	60
1.1 BALANÇO .....	60
1.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	64
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	69
2.1 DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	69
2.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	70
2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	74
2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	80
3. IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE DE GESTÃO .....	89
4. NOTA FINAL.....	90
5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS CONTAS E DA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS .....	92
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	93
7. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	126
III – DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO .....	141
IV – DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS E AOS PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS.....	143

## ENQUADRAMENTO

O Relatório de Atividades e Contas da Universidade dos Açores (UAç) que se apresenta reporta ao ano de 2021 e enquadra-se no disposto no artigo 92.º n.º 1 alínea a) iii) e iv) da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 174, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, RJIES, e nas alíneas iii) e iv), da alínea a) do n.º 1 do artigo 78.º do Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 154, que aprovou os Estatutos da Universidade dos Açores, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, nos termos dos quais incumbe ao reitor elaborar e apresentar ao Conselho Geral as propostas de plano e relatório anuais de atividades e orçamento e contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do fiscal único, para efeitos de aprovação.

## MENSAGEM DO REITOR

O Relatório de Atividades e Contas de 2021 é o documento que encerra oito anos em que tive a honra de estar à frente dos destinos da Universidade dos Açores, cumprindo dois mandatos no exercício das funções de reitor. Ao longo deste período, tive o privilégio de contar com a colaboração preciosa de três administradores, vários vice-reitores e pró-reitores, dirigentes, presidentes e diretores de unidades orgânicas e de outras unidades de investigação, assim como da larga maioria dos membros da comunidade académica, incluindo docentes, investigadores, não docentes e não investigadores, e estudantes, entre outros. Neste percurso é, ainda, de relevar a estreita colaboração que mantive com quatro presidentes e conselhos gerais da Academia, que muito contribuíram para uma melhor orientação do caminho que devíamos prosseguir enquanto instituição de ensino superior, sem perdermos o foco de ser um alicerce fundamental para o desenvolvimento económico dos Açores e o bem-estar social dos açorianos. O trabalho realizado e os resultados alcançados são, pois, fruto do empenho, da dedicação e da abnegação dos muitos que verdadeiramente colocam a Universidade dos Açores ao serviço da Educação, do Conhecimento e da Região.

Todos sabemos qual foi o ponto de partida. Com este relatório ficamos a conhecer o ponto de chegada, que mais não é do que o da entrada numa nova e promissora etapa da Universidade dos Açores. Pelo meio ficam anos de alguns dissabores, muitos sacrifícios e maiores alegrias, certos de que muito se fez, mas muito há ainda a fazer.

Em oito anos refundou-se a Universidade com uma nova lógica de organização, baseada em novos órgãos, unidades orgânicas e serviços, dotados de uma maior autonomia e, por conseguinte, mais eficientes e mais eficazes. Fez-se uma aposta sem precedentes ao nível dos recursos humanos, garantindo-se a promoção na carreira de quase uma centena de docentes e de muitos não docentes. Admitiram-se novos docentes, investigadores e técnicos, promoveu-se a sua mobilidade entre polos, estruturas orgânicas e mesmo entre carreiras, e integraram-se todos os trabalhadores que possuíam um vínculo precário à função pública, mas desempenhavam tarefas para suprir necessidades permanentes. O edifício sede da reitoria, antigo palácio do visconde do Porto Formoso, foi registado no património da Universidade por ocasião do 40.º Aniversário da Universidade dos Açores, como aconteceu com a quase totalidade dos terrenos e dos imóveis em que se desenvolvem os três polos. Fizeram-se intervenções de recuperação e beneficiação de instalações e espaços exteriores, modernizaram-

se infraestruturas e renovaram-se equipamentos. Travou-se e inverteu-se a tendência de decréscimo que se vinha observando em termos de estudantes matriculados, criaram-se novos cursos e reviram-se planos de estudos. Na investigação alcançaram-se progressivamente os melhores resultados de sempre em termos de publicações científicas, projetos financiados, serviços contratualizados e investimento privado, e criou-se uma incubadora de empresas de base tecnológica para a promoção da inovação e do empreendedorismo.

Tudo isto num quadro de grandes restrições financeiras, em que foi necessário pagar dívidas a fornecedores, restituir verbas a entidades financiadoras de Ciência, saldar uma dívida ao Estado e cumprir com um rigoroso e impiedoso Plano de Recuperação Financeira imposto pela tutela. Tudo isto, à saída de uma crise financeira mundial, num período de franca austeridade e de grande desinvestimento do país no Ensino Superior. Tudo isto às portas de uma pandemia que, em dois anos, mudou, provavelmente de forma definitiva, a nossa forma de estar, agir, pensar e sentir.

E não é demais recordar que, em momento algum, a Universidade dos Açores contou com a compreensão do Estado e da Região no que se refere aos sobrecustos decorrentes da sua natureza ultraperiférica e insular, nunca tendo beneficiado da justa compensação financeira que continua a reivindicar para se cumprir o desiderato da coesão territorial e social tanta vez propalado. Até no acesso a medidas estruturantes dos programas operacionais assentes em fundos europeus a Universidade dos Açores se viu coartada. Para o país porque tinha sede na Região, para a Região porque tinha tutela nacional...

O Relatório de Atividades e Contas de 2021 deixa claro que a Universidade dos Açores, apesar de todas as adversidades, é hoje uma instituição com contas equilibradas.

Está relançado o futuro da Academia.

Ponta Delgada, 28 de março de 2022.

João Luís Gaspar

Reitor

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2021 foi ainda marcado pela pandemia resultante da propagação do coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19. Os Açores e os açorianos não escaparam à violência desta realidade e a Universidade dos Açores, como as demais, teve de se adaptar, ajustando o seu modo de funcionamento às circunstâncias ditadas pela situação e pelo conhecimento que, entretanto, foi sendo adquirido sobre o comportamento do vírus e o desenvolvimento da doença.

Toda esta realidade teve naturalmente um forte impacto no normal funcionamento da Universidade, que alterou, de um momento para o outro, prioridades e práticas. As instruções e recomendações do Ministério da Ciência Tecnologia e do Ensino Superior foram sempre tardias e baseadas na realidade do Continente, e a nível de apoios financeiros para responder às necessidades mais básicas, em particular à necessidade de se dotar a Universidade de condições tecnológicas para melhorar a qualidade das atividades de ensino e de investigação à distância.

Assim, o ano de 2021 foi mais um ano de grandes restrições orçamentais devido ao subfinanciamento da instituição para fazer face a todos os seus compromissos, os novos e os de sempre, e à impossibilidade legal de concorrer a fundos comunitários do PO Nacional, ao contrário das suas congéneres do continente. Concorreu, ainda, para o subfinanciamento o não cumprimento por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP do financiamento da integração dos PREVPAP e do pagamento das bolsas de doutoramento. Como nos anos anteriores, tal facto teve reflexo no quadro de pessoal permanente, que se mantém estável e deficitário relativamente às necessidades. Outra consequência decorrente das limitações orçamentais residiu na falta de capacidade da instituição para se modernizar definitivamente ao nível quer das tecnologias de informação e comunicação, quer do equipamento científico e laboratorial essencial para o desenvolvimento das duas dimensões complementares que diferenciam o ensino superior, isto é, a formação e a investigação.

O número de alunos inscritos na UAc aumentou relativamente aos anos anteriores, incluindo o daqueles que ingressaram pela primeira vez através do Concurso Nacional de Acesso, e a Academia, em resposta ao pedido de colaboração por parte Governo Regional dos Açores, que incluiu este tipo de formação no PRR da Região, abre pela primeira vez candidaturas para três cursos técnicos superiores profissionais em simultâneo.

No campo da investigação releva-se o número e o financiamento contratado de projetos e serviços atingido em 2021, embora esteja muito condicionado à abertura de concursos e à procura externa por serviços. Verificou-se, ainda, um incremento no número de publicações científicas em revistas indexadas e com revisão por pares.

No âmbito da Inovação e Empreendedorismo destacam-se as diferentes iniciativas desenvolvidas pela InUAc - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores, em parceria com entidades regionais e nacionais

Em termos de formação complementar prosseguiu a oferta de ações de formação e de cursos livres, assim como as atividades de extensão cultural. No que se refere à mobilidade, continuou a registar-se a tendência decrescente da participação de estudantes e trabalhadores não docentes e não investigadores no Programa Erasmus+, seja em ações *incoming* ou *outgoing*.

A nível administrativo e financeiro, foi realizado um investimento ao nível de software, com a atualização para a versão mais recente da ferramenta de gestão ERP PRIMAVERA Public Sector, bem como da implementação de módulos de gestão de projetos, que foram configurados para responder às questões específicas inerentes à gestão de projetos de I&D, tendo em conta as variáveis de cada um dos programas de financiamento. Esta implementação possibilita à entidade gestora - UAc, por um lado, um acompanhamento mais assertivo da execução de cada um dos projetos, facilitando a resposta às entidades financiadoras, e por outro uma perceção mais clara por parte das entidades executantes - Unidades de I&D do desenvolvimento dos respetivos projetos e, em consequência, a otimização da respetiva gestão.

Por via da atualização do programa, várias funcionalidades passaram a estar disponíveis, das quais se destaca o “Addon - CCP - Controlo Limites Legais”, do software ERP Primavera Public Sector, que permite o controlo automatizado dos limites legais da contratação por ajuste direto e consulta prévia, ou seja, esta nova funcionalidade vai permitir, a breve trecho, verificar, de forma célere e imediata, se uma entidade já atingiu ou ultrapassou, no período de três anos económicos, os limites máximos previstos no artigo 113.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, a partir dos quais fica impedida de ser convidada para um novo ajuste direto ou para uma nova consulta prévia.

Por último, de referir que a UAc continuou o seu processo de reorganização e adaptação à realidade que a envolve, acompanhando a produção legislativa, produzindo a necessária

regulamentação interna e melhorando os seus sistemas de informação orientados para a tomada de decisões.

Este relatório de atividades e contas resulta da informação recolhida junto dos diversos serviços da UAc, assim como dos relatórios apresentados pelas unidades orgânicas, faculdades, escolas e institutos, e pelos centros e núcleos de investigação.

## MISSÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### **Missão**

A Universidade dos Açores (UAc) tem por missão criar e difundir cultura, conhecimento e tecnologia, no respeito pela liberdade de pensamento e na valorização do exercício crítico, contribuindo para a educação superior e para a construção de uma sociedade inspirada em valores humanistas, que promova o desenvolvimento sustentável e o bem-estar através do saber, da criatividade, da iniciativa e da cooperação.

### **Objetivos**

São objetivos da Universidade:

- a) Contribuir, através do ensino e da investigação, para a criação, compreensão e divulgação da ciência, da tecnologia, das artes e das humanidades;
- b) Contribuir para a melhoria do nível de qualificação dos cidadãos e para o bem-estar da comunidade;
- c) Aprofundar a prática dos direitos e deveres no exercício da cidadania;
- d) Reforçar a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao emprego;
- e) Participar ativamente na definição e avaliação de políticas públicas e na identificação de prioridades e necessidades nacionais e regionais;
- f) Contribuir para a construção da identidade cultural e ambiental da Região Autónoma dos Açores;
- g) Contribuir para a sustentabilidade económica e social da Região Autónoma dos Açores;
- h) Estreitar a cooperação regional, nacional e internacional e facilitar a aproximação entre povos e culturas.

### **Organização**

A Universidade dos Açores (UAc) compreende como órgãos de governo, o conselho geral, o reitor e o conselho de gestão.

Em 2021, a equipa reitoral era constituída pelas vice-reitorias para a área académica, para a administração, planeamento e qualidade, para a ciência e tecnologia e para a comunicação, relações externas e internacionalização, assim como pelas pró-reitorias para o *campus* universitário de Angra do Heroísmo, para o *campus* universitário da Horta, para a modernização administrativa e tecnologias de informação e comunicação, para o ensino politécnico e ação social escolar e para o desporto e a extensão complementar.

No que respeita a órgãos de coordenação e consulta, estes compreendem o conselho de estratégia e de avaliação, assim como, no subsistema universitário, o conselho científico e o conselho pedagógico e, no subsistema politécnico, o conselho técnico-científico e o conselho pedagógico.

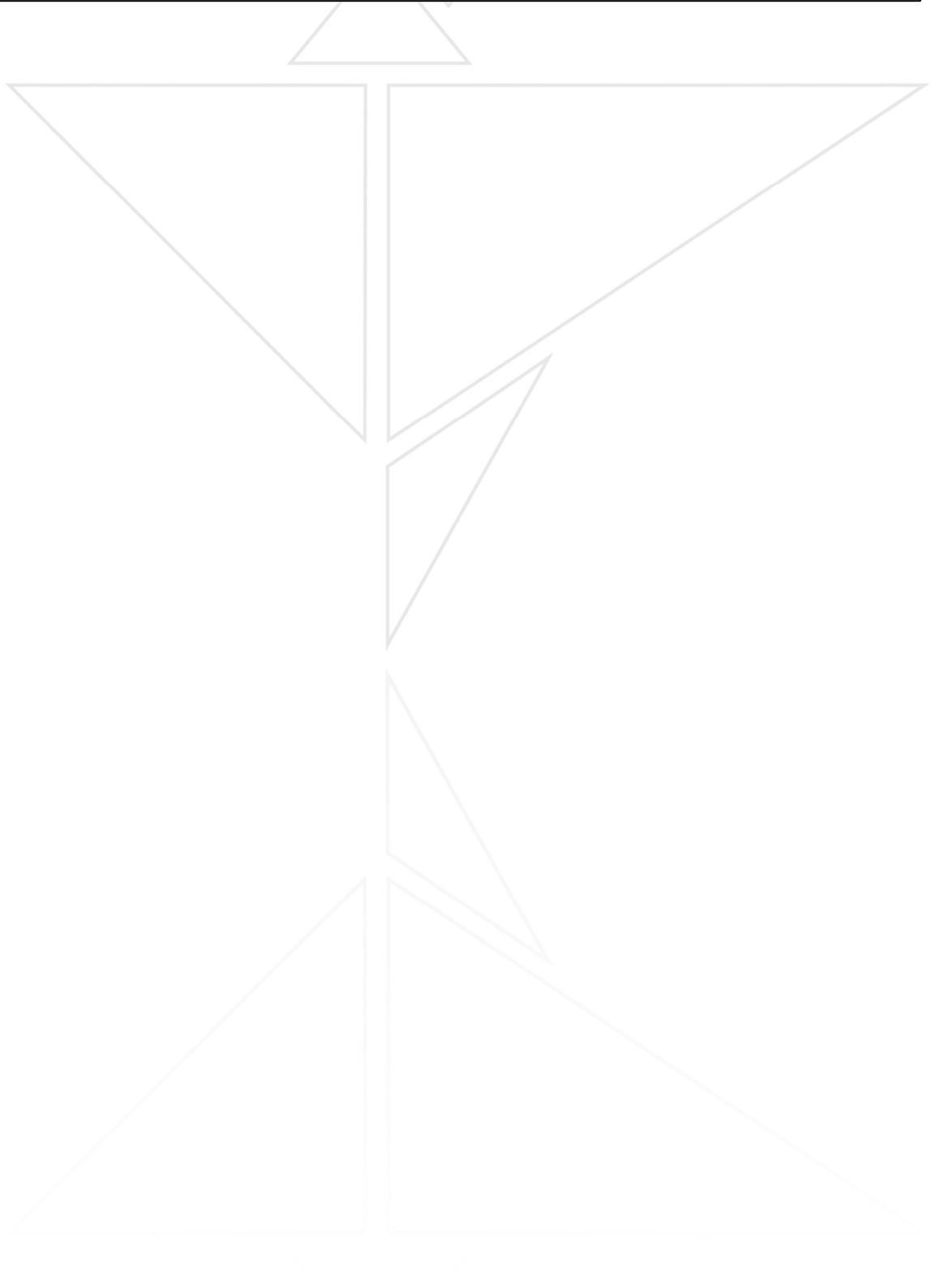
No final do ano de 2021 a UAc compreendia como unidades orgânicas de ensino e de investigação (UOEI) a Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (FCAA), a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e a Faculdade de Economia e Gestão (FEG), assim como a Escola Superior de Saúde e a Escola Superior de Tecnologias (em fase de instalação).

No que respeita às unidades orgânicas de investigação (UOI), a par das demais unidades de I&D, com responsabilidades no apoio científico e laboratorial ao ensino em particular aos cursos de 2.º e 3.º ciclo, existiam em 2021 o Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA), e o Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos (IVAR), estando o Instituto de Investigação em Ciências do Mar (OKEANOS), cuja criação foi aprovada pelo conselho geral, em fase de formalização estatutária.

Quanto aos serviços gerais, a UAc contou com o Serviço da Reitoria, Serviço de Gestão Académica, Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação, Serviço de Ciência e Tecnologia, Serviço de Recursos Humanos, Serviço de Recursos Financeiros, Serviço de Aquisições e Património e Serviço de Gestão Administrativa (Angra do Heroísmo). Adicionalmente, beneficiou ainda dos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) e dos serviços da Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM).

Como unidades operacionais contou-se ainda com a Academia Sénior e a Academia Júnior, o Centro de Formação Complementar e os já referidos Centro de Resposta a Emergências e InUAc, cuja criação formal está prevista na proposta de alteração estatutária aprovada pelo conselho geral.

I - ATIVIDADES

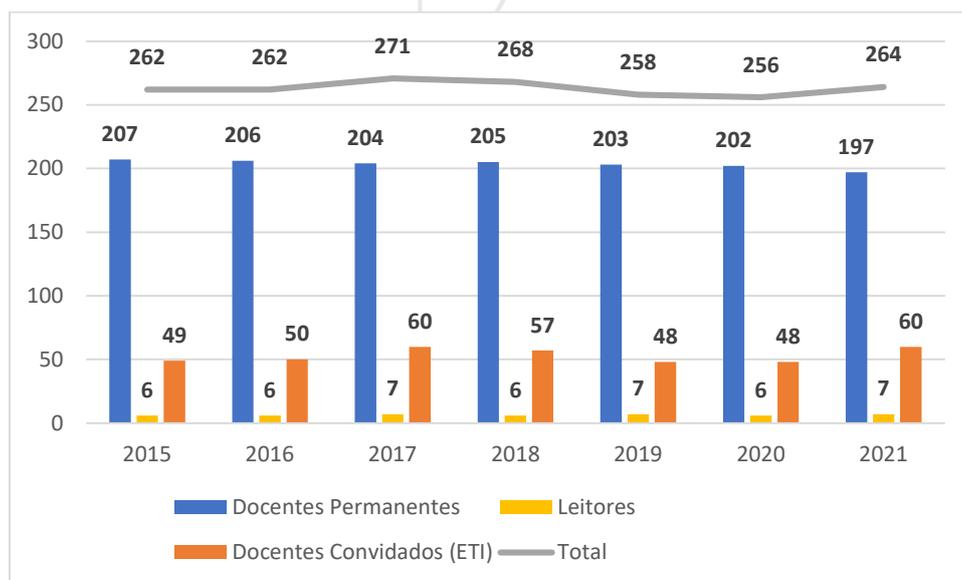


# 1. COMUNIDADE ACADÉMICA

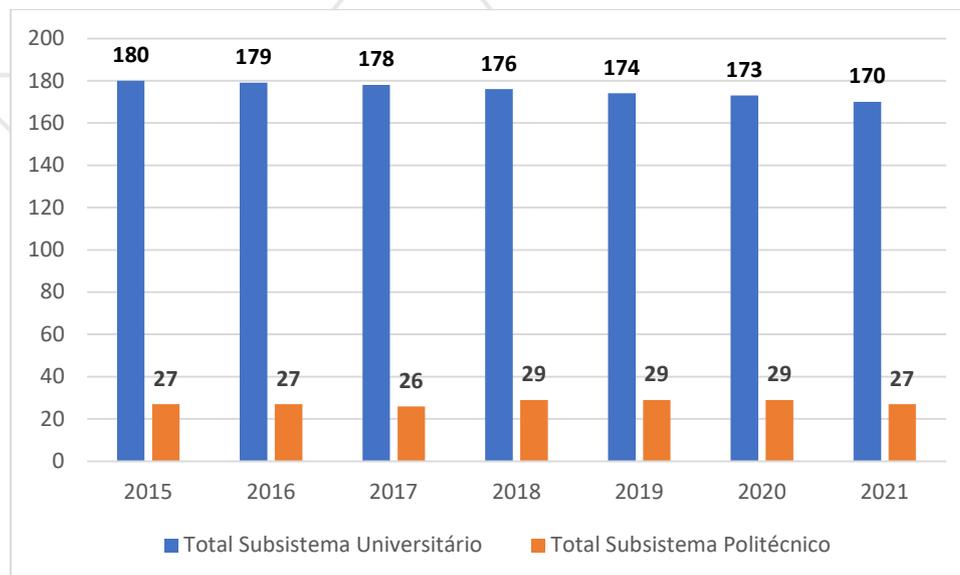
## 1.1 DOCENTES

No que se refere ao corpo docente, o número de docentes do quadro de pessoal da UAc em regime permanente tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos, assim como o número de leitores, tendo-se verificado, em 2021 um aumento do número de docentes convidados, em termos de ETI, devido ao ainda necessário desdobramento de turmas para se fazer face às contingências da pandemia (Figura 1.1). O referido equilíbrio verifica-se ao nível dos subsistemas universitário e politécnico (Figura 1.2).

Figura 1.1 - Evolução do Número de Docentes do Mapa de Pessoal (Permanentes e Temporários)



**Figura 1.2 - Evolução do Número de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente dos Subsistemas Universitário e Politécnico**

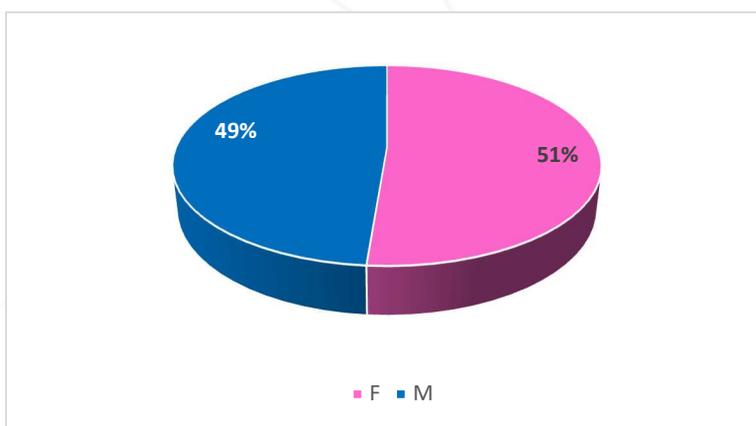


No que respeita à distribuição por sexo, constata-se que a UAc se tem mantido equilibrada ao longo dos anos (Figura 1.3), praticamente com cerca de 50% de homens e mulheres em termos de pessoal docente permanente (Figura 1.4). Não obstante, a análise da questão ao nível dos subsistemas permite constatar que no universitário o número de homens é superior (51%), sendo cerca de 67% do corpo docente do subsistema politécnico constituído por mulheres (Figuras 1.5 e 1.6).

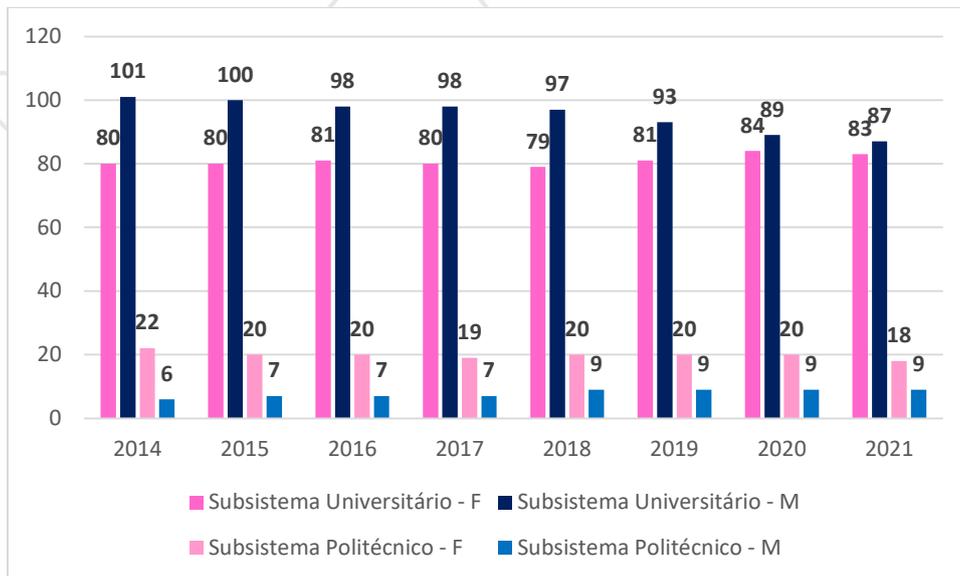
**Figura 1.3 - Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Sexo**



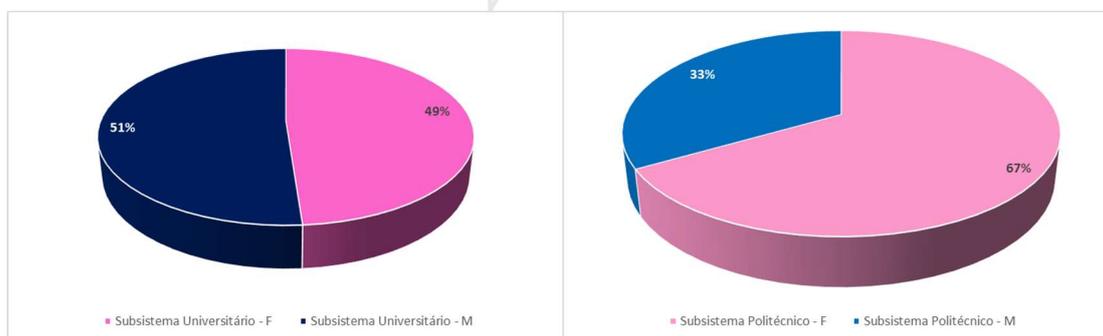
**Figura 1.4 - Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Sexo em 2021**



**Figura 1.5 - Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Sexo nos Subsistemas Universitário e Politécnico**

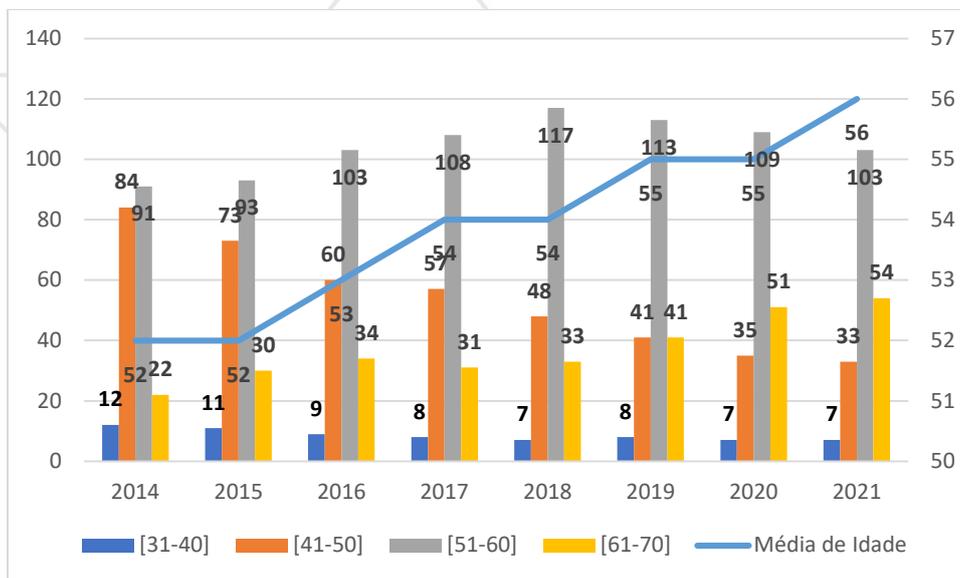


**Figura 1.6 - Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente dos Subsistemas Universitário e Politécnico por Sexo em 2021**

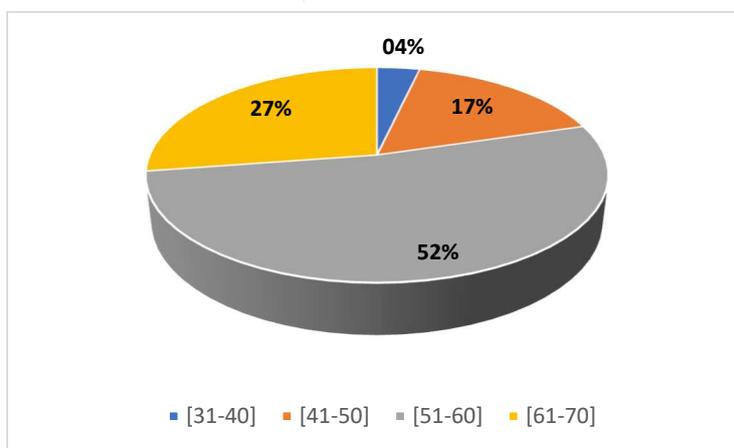


Em termos médios, a idade dos docentes da UAc situava-se, em 2021, nos 56 anos, revelando um aumento face ao ano anterior (Figuras 1.7 e 1.8). Tal situação só poderia ser invertida aumentando o número de concursos internacionais externos de recrutamento para professores auxiliares ou adjuntos relativamente aos concursos para categorias mais elevadas, o que não se verificará nos próximos anos considerando a necessidade de se aumentar a percentagem de docentes com *tenure* sem com isso sobrecarregar as necessidades orçamentais decorrentes do orçamento de estado.

**Figura 1.7 - Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária e da Média de Idades**

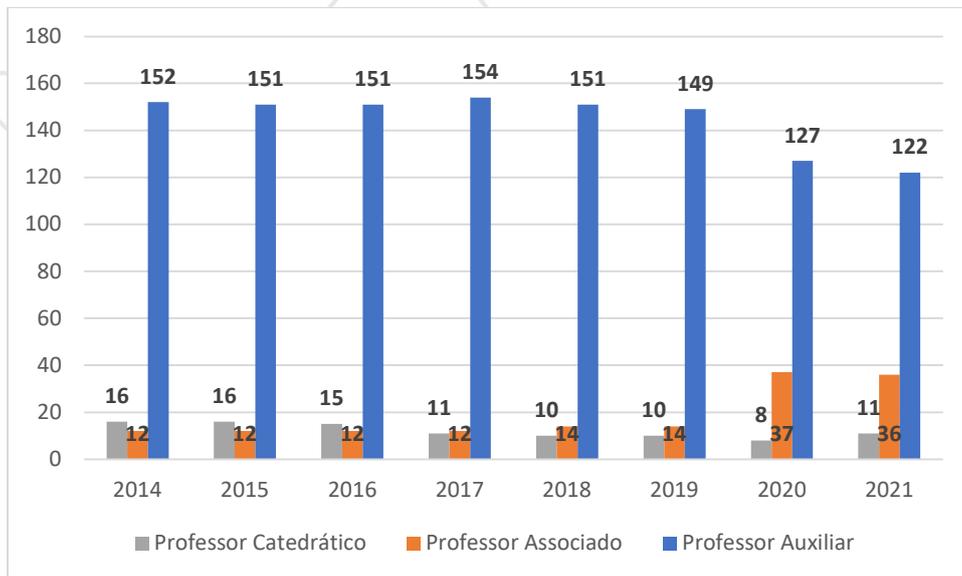


**Figura 1.8 Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária em 2021**

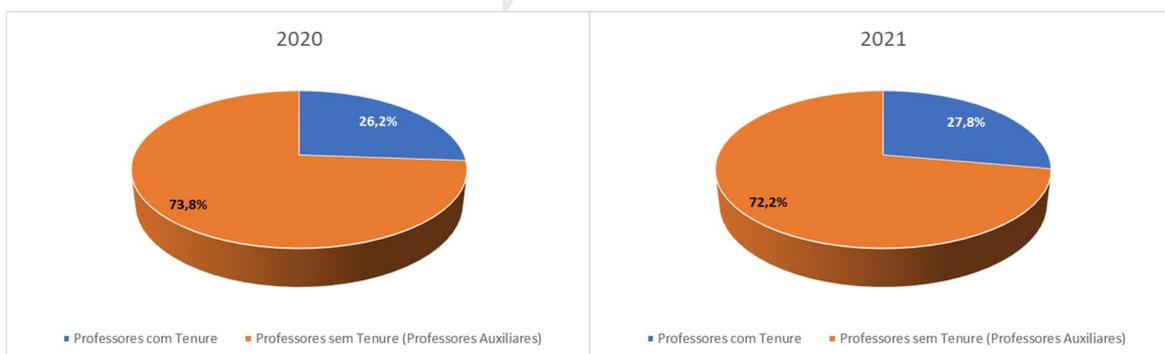


Efetivamente, em termos de categorias, no subsistema universitário, a percentagem de professores auxiliares ronda os 72,2% contra 27,8% de professores associados e catedráticos, isto é, com *tenure* (Figuras 1.9 e 1.10). No subsistema politécnico a situação é diferente, constatando-se que a percentagem de professores coordenadores atinge os 34,6% contra 65,4% de professores adjuntos (Figuras 1.11 e 1.12). A UAc não tem professores coordenadores principais.

**Figura 1.9 - Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Universitário por Categoria**

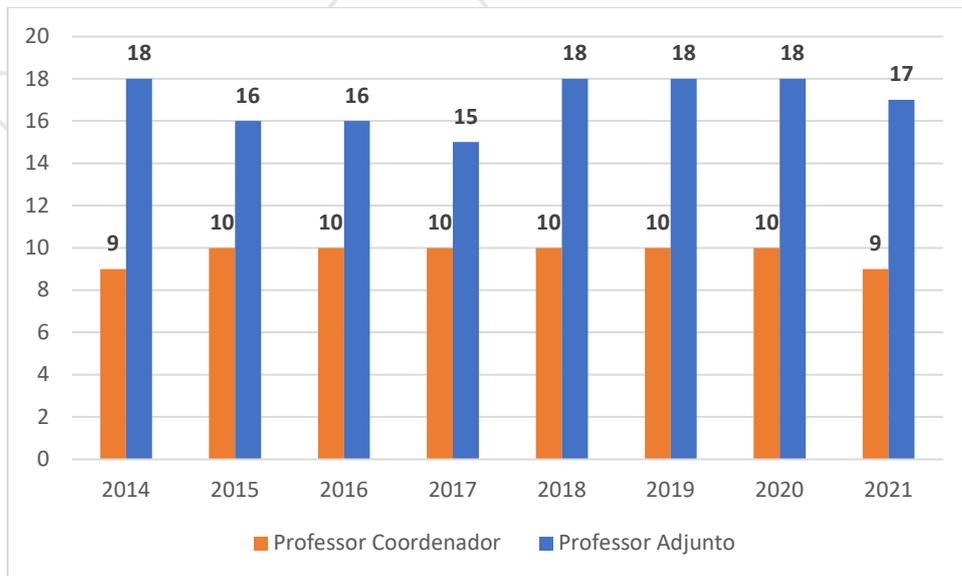


**Figura 1.10 - Percentagem de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Universitário com e sem Tenure**

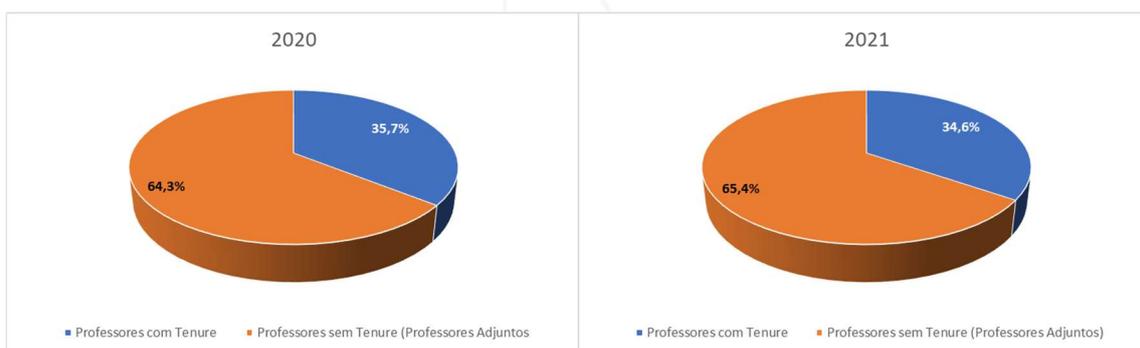


O acréscimo de professores com *tenure* decorreu dos procedimentos concursais internos de progressão na carreira concluídos no ano de 2020 e 2021. Tal decisão cumpriu o previsto no Plano de Ação 2018-2022 apresentado pelo reitor e aprovado pelo conselho geral, e concorre para aproximar a instituição das exigências impostas pelo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior em vigor, aproximando-se das metas fixadas no referido diploma e no ECDU, que apontam para percentagens entre os 50% e os 70%. É de referir, ainda, que a diminuição percentual verificada no subsistema politécnico é momentânea pois resulta da aposentação de uma professora coordenadora, cujo concurso de substituição se encontra a decorrer.

**Figura 1.11 - Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Politécnico por Categoria**



**Figura 1.12 - Percentagem de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Politécnico com e sem Tenure**

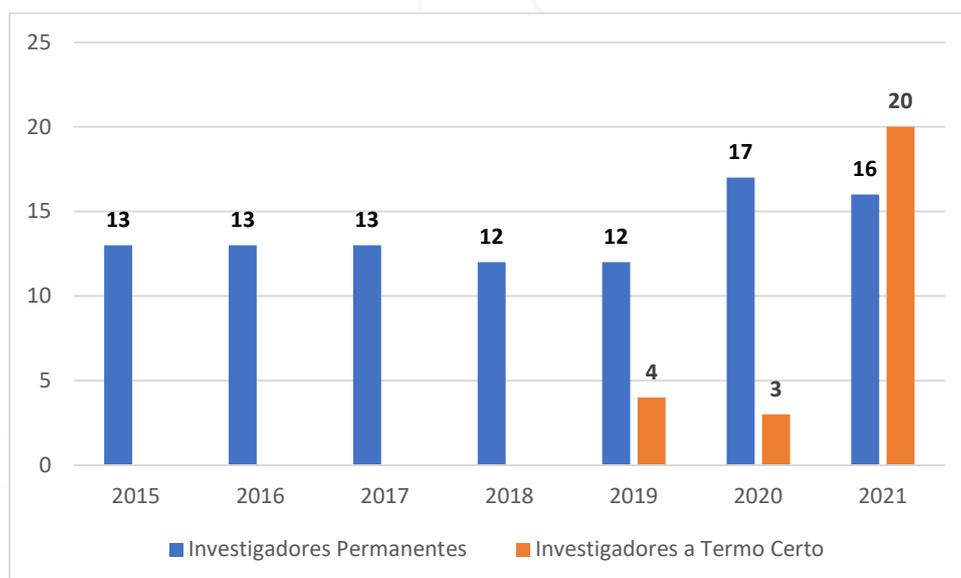


## 1.2 INVESTIGADORES

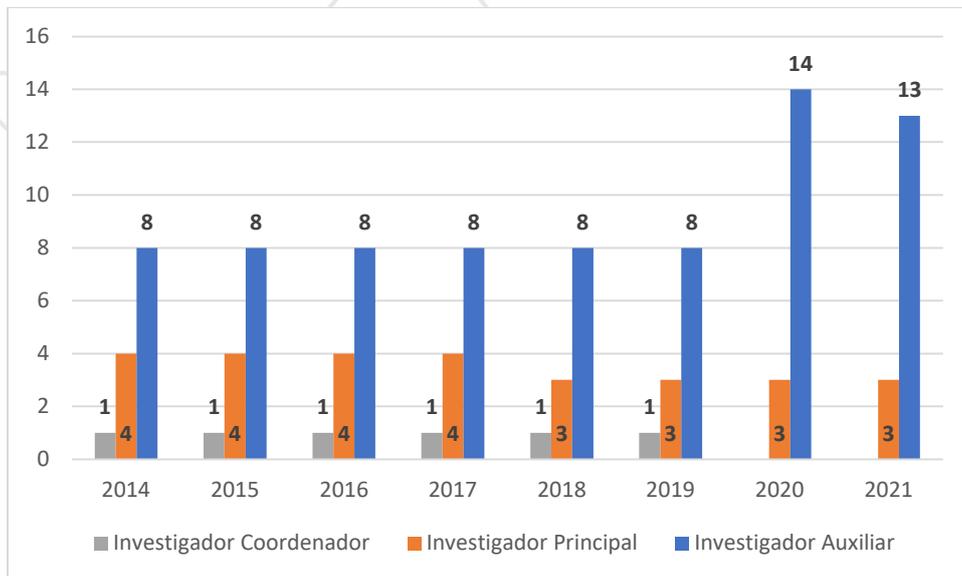
O número total de investigadores permanentes na UAc continua residual, só contrariada pela aplicação do disposto na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, ao abrigo da qual, em 2020, se integraram 7 investigadores para o quadro permanente que tinham vínculo precário com a UAc. Ao abrigo do programa de estímulo ao emprego científico estabelecido pelo Decreto-Lei 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei 57/2017, de 19 de julho, a UAc conta, ainda, com 3 investigadores com contrato de trabalho a termo certo (Figura 1.13). Independentemente desta realidade, estima-se que o número de investigadores venha a aumentar por via dos programas e concursos de Ciência determinados, entre outros, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e aos quais a UAc é candidata.

Na carreira de investigação predominam os investigadores na categoria de auxiliar (Figuras 1.11 e 1.15), que atingem cerca de 81% do total, verificando-se uma predominância de investigadores do sexo masculino (68,8%) (Figuras 1.16 e 1.17) e uma idade média de 56 anos em 2021, revertendo a tendência de 2020 que ocorreu devido à contratação de investigadores (Figuras 1.18 e 1.19), por força da aplicação da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

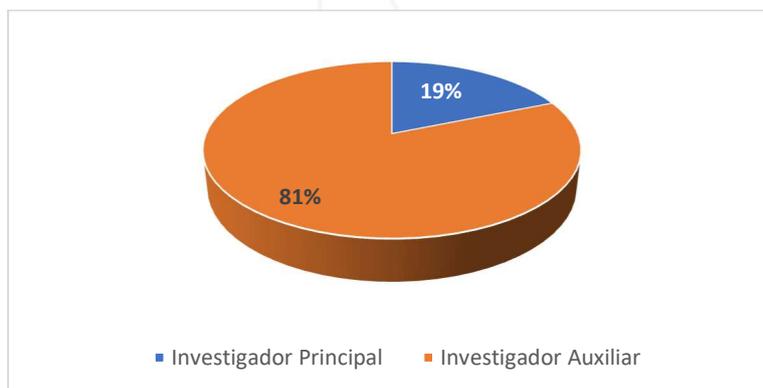
**Figura 1.13 - Evolução do Número Total de Investigadores do Mapa de Pessoal  
(Permanentes e a Termo Certo)**



**Figura 1.14 - Evolução da Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Categoria**



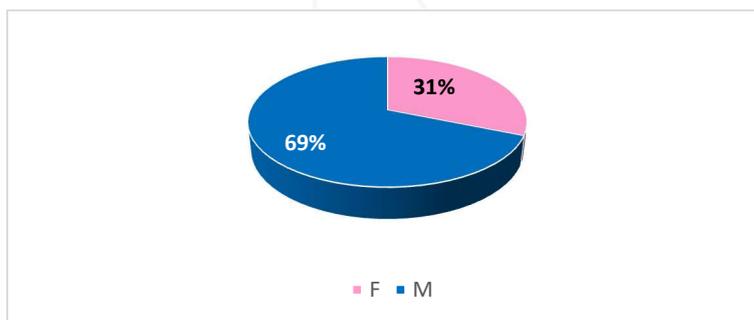
**Figura 1.15 - Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Categoria em 2021**



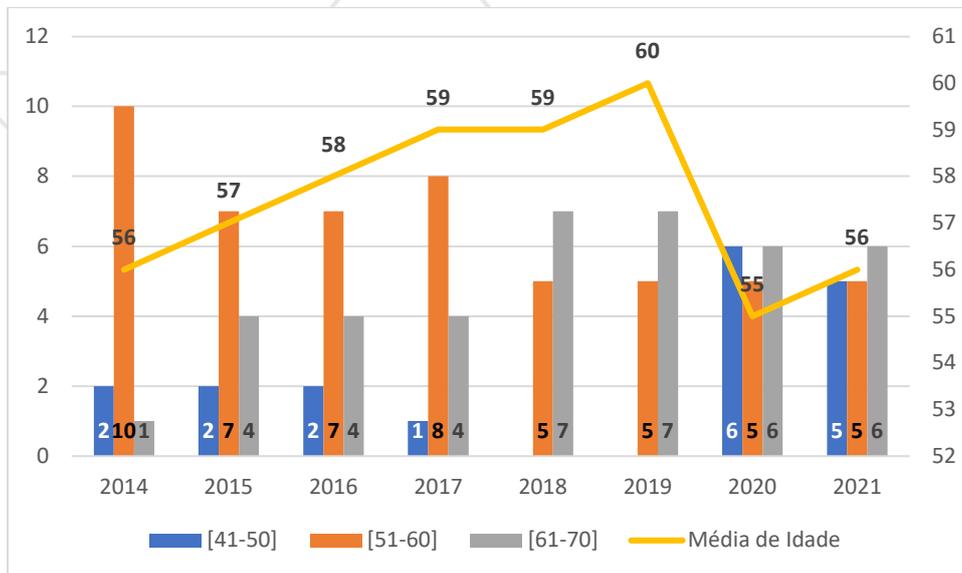
**Figura 1.16 - Evolução da Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Sexo**



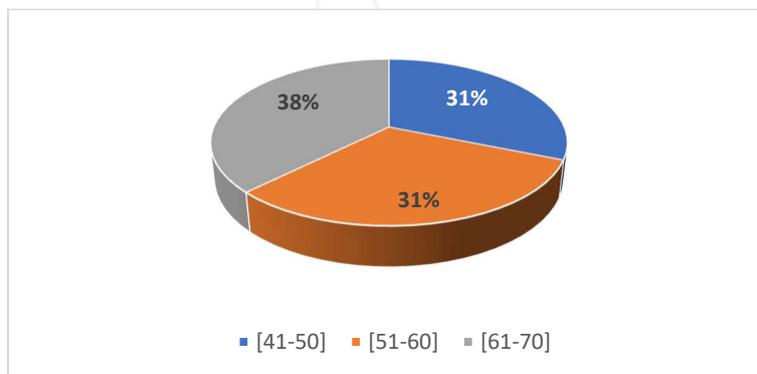
**Figura 1.17 - Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Sexo em 2021**



**Figura 1.18 - Evolução da Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária e da Média de Idades**



**Figura 1.19 - Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária em 2020**



### 1.3 TRABALHADORES NÃO DOCENTES E NÃO INVESTIGADORES

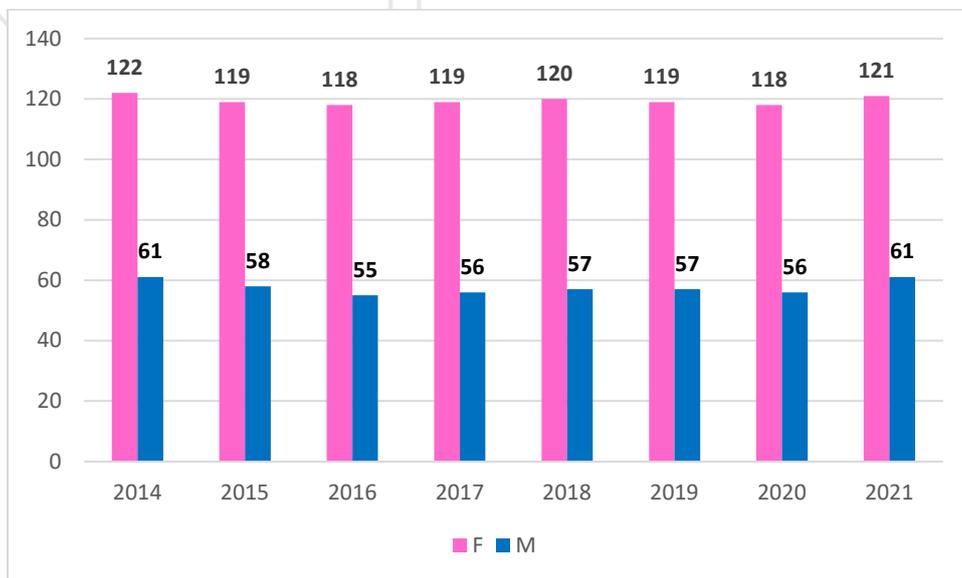
O número de trabalhadores não docentes e não investigadores tem-se mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos, relevando-se, nas diferentes carreiras, o aumento do número de trabalhadores nas categorias mais elevadas (Tabela 1.1), fruto não só da contratação de novos técnicos mais qualificados, mas também da consolidação de mobilidades intercarreiras em resultado do incremento da formação. Neste contexto, o incremento entre 2014 e 2021, dos técnicos superiores e dos especialistas de informática foi de 15 técnicos encontrando-se abertos mais 2 procedimentos concursais para duas posições de técnico superior.

**Tabela 1.1 - Total de Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Carreira/Categoria**

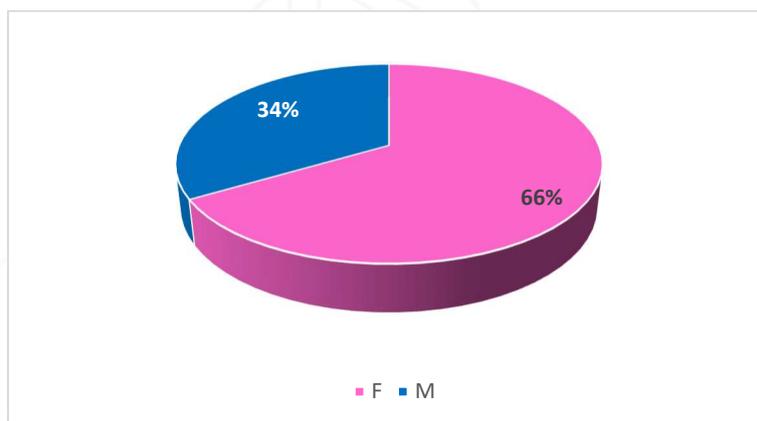
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Técnico Superior	23	20	23	24	27	26	29	34
Assistente Técnico	92	91	89	89	87	86	83	83
Coordenador Técnico	8	7	7	7	7	6	6	7
Encarregado Operacional					1	1	1	1
Assistente Operacional	52	50	45	45	43	44	42	44
Especialista de Informática	1	1	3	4	5	5	5	5
Técnico de Informática	7	8	6	6	7	8	8	8
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>177</b>	<b>173</b>	<b>175</b>	<b>177</b>	<b>176</b>	<b>174</b>	<b>182</b>

Em termos globais, neste grupo da comunidade académica, o número de trabalhadores do sexo feminino (66%) é 2 vezes superior ao de trabalhadores do sexo masculino (Figuras 1.20 e 1.21), situando-se a média de idades, em 2021, nos 54 anos (Figuras 1.22 e 1.23).

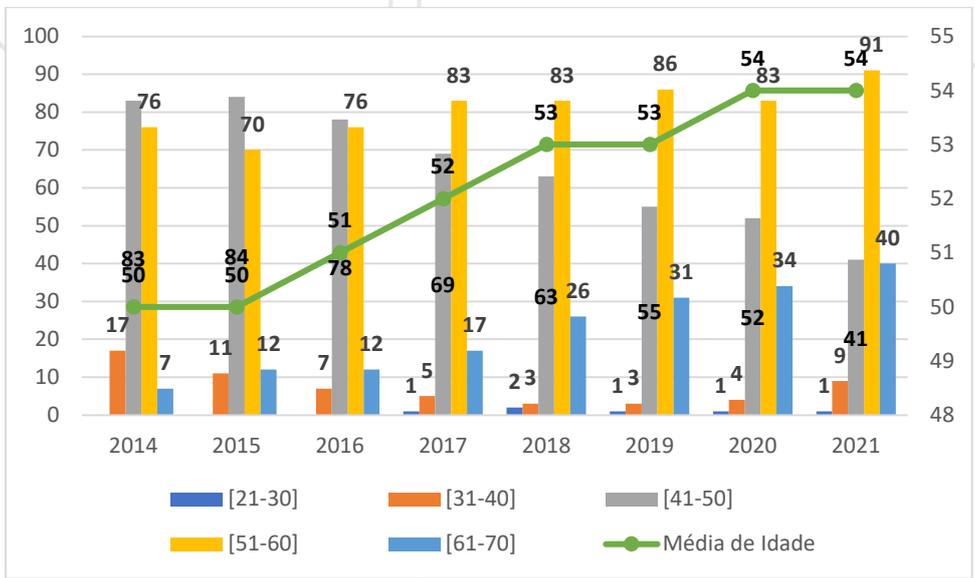
**Figura 1.20 - Evolução da Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Sexo**



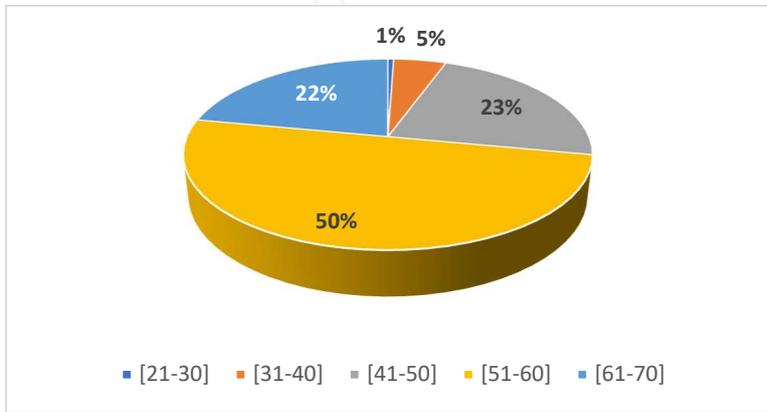
**Figura 1.21 Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Sexo em 2021**



**Figura 1.22 - Evolução da Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Faixa Etária e da Média de Idades**



**Figura 1.23 - Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Faixa Etária em 2021**



Ao nível de dirigentes que não pertencem ao quadro de pessoal permanente, a UAc conta ainda com uma administradora e 6 técnicos superiores contratados em comissão de serviço que se encontram a exercer funções de dirigentes intermédios de 1.º Grau nos serviços de gestão.

#### 1.4 BOLSEIROS E COLABORADORES EVENTUAIS

A comunidade académica da UAc integra ainda bolseiros de doutoramento, mestrado, gestão, investigação e de iniciação à investigação, assim como colaboradores eventuais, incluindo investigadores, técnicos e auxiliares contratados ao abrigo de projetos, serviços de I&D e de programas de apoio social. Em média, a UAc tem mantido cerca de 100 bolseiros e 200 colaboradores eventuais por ano (Tabela 1.2), correspondendo as oscilações observadas ao maior ou menor número de concursos competitivos e de programas de emprego regionais, nacionais e europeus existentes. De salientar que o menor número de bolseiros e o maior número de colaboradores eventuais registados em 2020 e em 2021 são uma consequência direta do impacto da pandemia, no primeiro caso pela redução dos programas de bolsas e da mobilidade de pessoas, e no segundo porque foi necessário recorrer a pessoal externo para a lecionação resultante do desdobramento de turmas, a vigilância e a limpeza, entre outros.

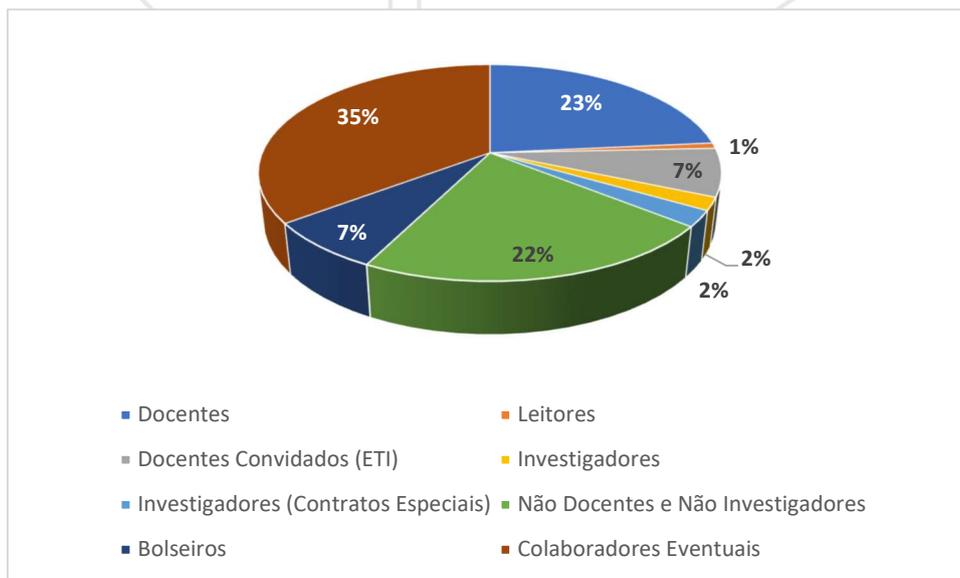
Tabela 1.2 - Total de Bolseiros e Colaboradores Eventuais

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Bolseiros</b>	127	106	82	85	102	118	87	61
<b>Colaboradores Eventuais</b>	154	169	205	264	233	202	264	296
<b>Total</b>	281	275	287	349	335	320	351	357

### 1.5 RELAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DA COMUNIDADE ACADÉMICA

A relação entre os membros da comunidade académica mostra que o pessoal permanente corresponde a pouco mais de 50% do total dos trabalhadores e colaboradores da UAc (Figura 1.24).

**Figura 1.24 – Peso dos Diferentes Grupos da Comunidade Académica, excluindo estudantes, em 2021**



No que se refere aos trabalhadores do quadro de pessoal permanente, conclui-se que o *ratio* docentes e investigadores/trabalhadores não docentes e não investigadores é aproximadamente 1 (Figura 1.25).

**Figura 1.25 - Distribuição do Pessoal Permanente em 2021**

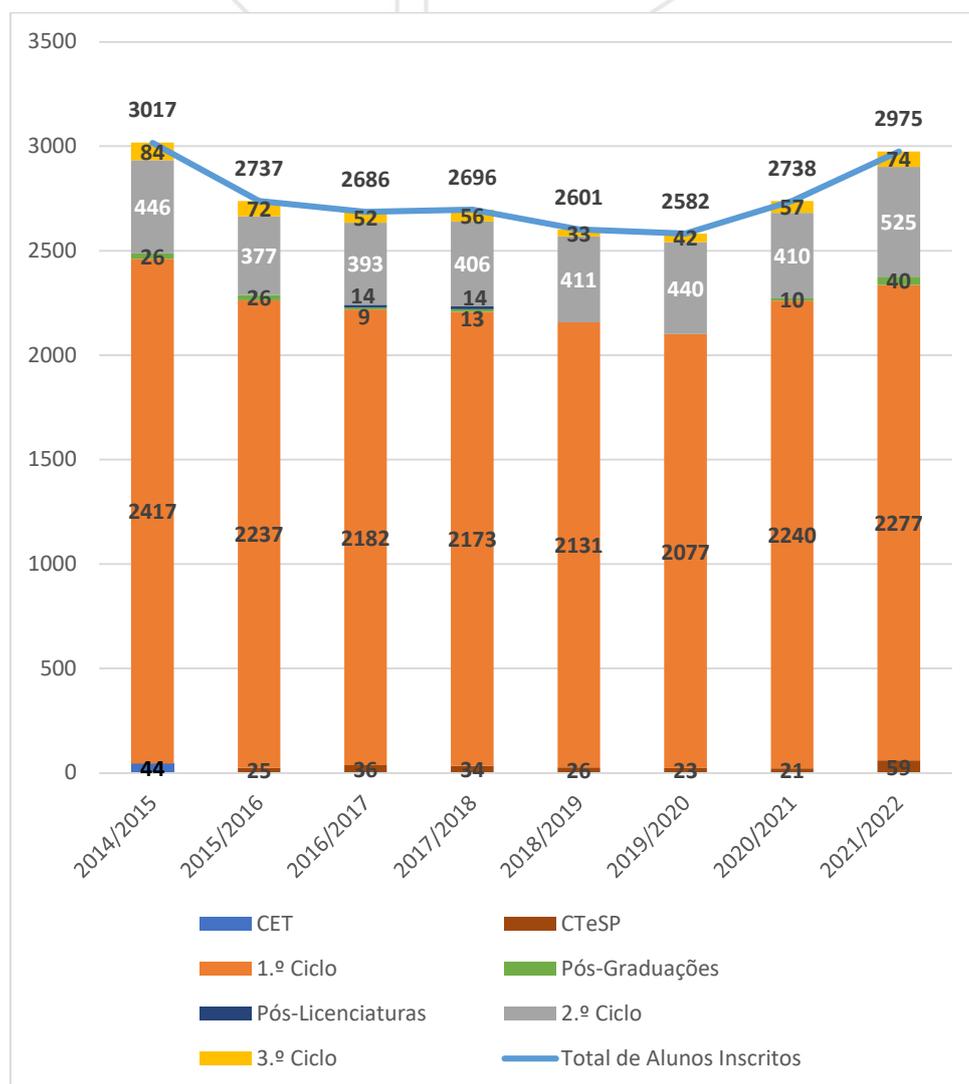


## 2. ENSINO

### 2.1 NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS

O número de alunos inscritos no total dos cursos ministrados na UAc manteve a tendência crescente do ano anterior, tendo-se registado mais 237 estudantes em 2021 comparativamente a 2020 (Figura 2.1).

Figura 2.1 - Evolução do Total de Alunos Inscritos por Ciclos de Estudos

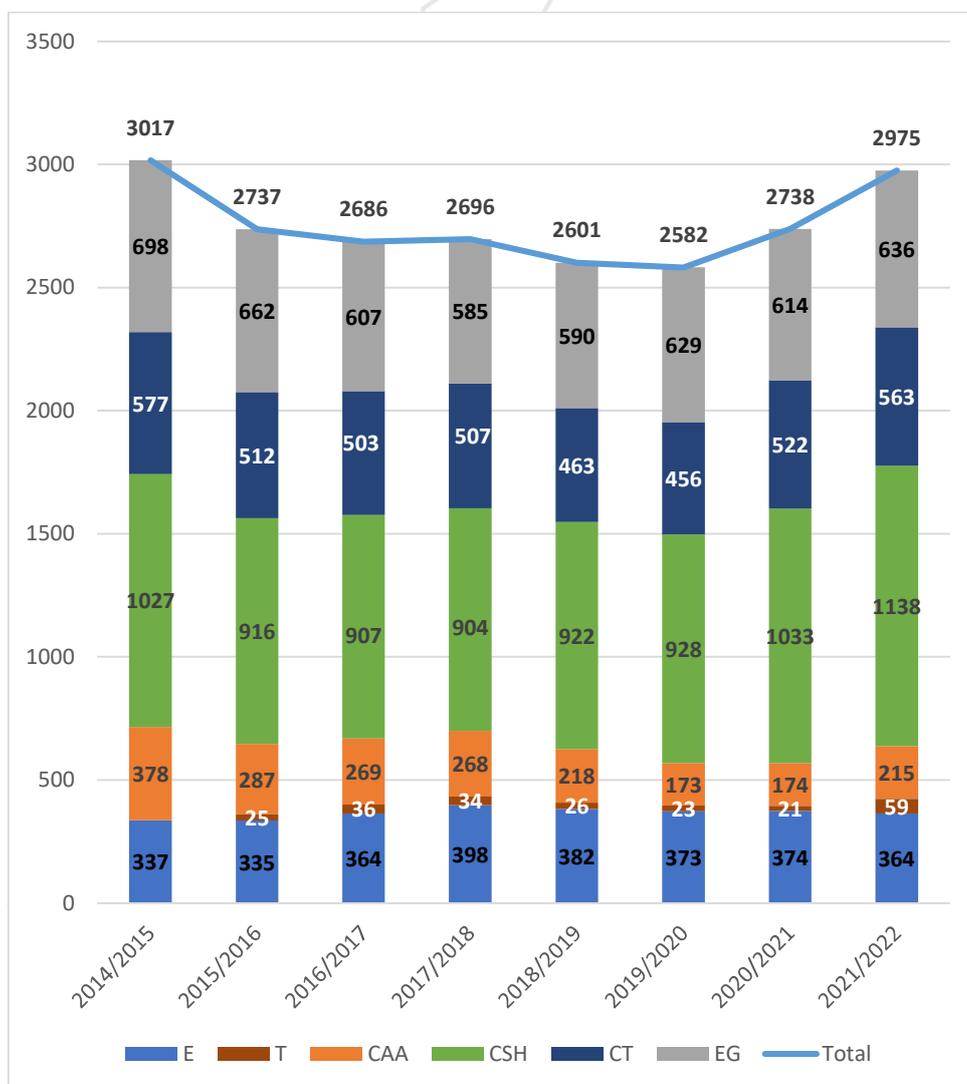


Este crescimento ocorreu num contexto particular em que o número de candidatos à primeira fase do Concurso Nacional de Acesso ao ensino superior público atingiu um novo máximo de cerca de 63 mil, sendo o mais elevado desde 1996. Tal levou a que, à semelhança do ano anterior, o MCTES permitisse às IES aumentar o número de vagas disponíveis, designadamente,

através da transferência de vagas dos concursos especiais para o CNA e do aumento de vagas no curso de medicina.

Olhando para os dados em detalhe, verifica-se que, relativamente a 2020, o número de estudantes inscritos nos CTeSP foi superior ao dobro do número do ano anterior, muito devido à estratégia da Direção Regional da Qualificação Profissional e Emprego no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Ao nível dos cursos de doutoramento e mestrado registou-se um aumento de 132 estudantes. Nos cursos de licenciatura, a UAc aumentou o número de estudantes em 37, repartidos pelas diversas áreas, com exceção da Enfermagem que, por opção da UOEI, diminuiu as vagas oferecidas (Figura 2.2).

**Figura 2.2 - Evolução do Total de Alunos Inscritos por Grupo de Áreas Científicas**



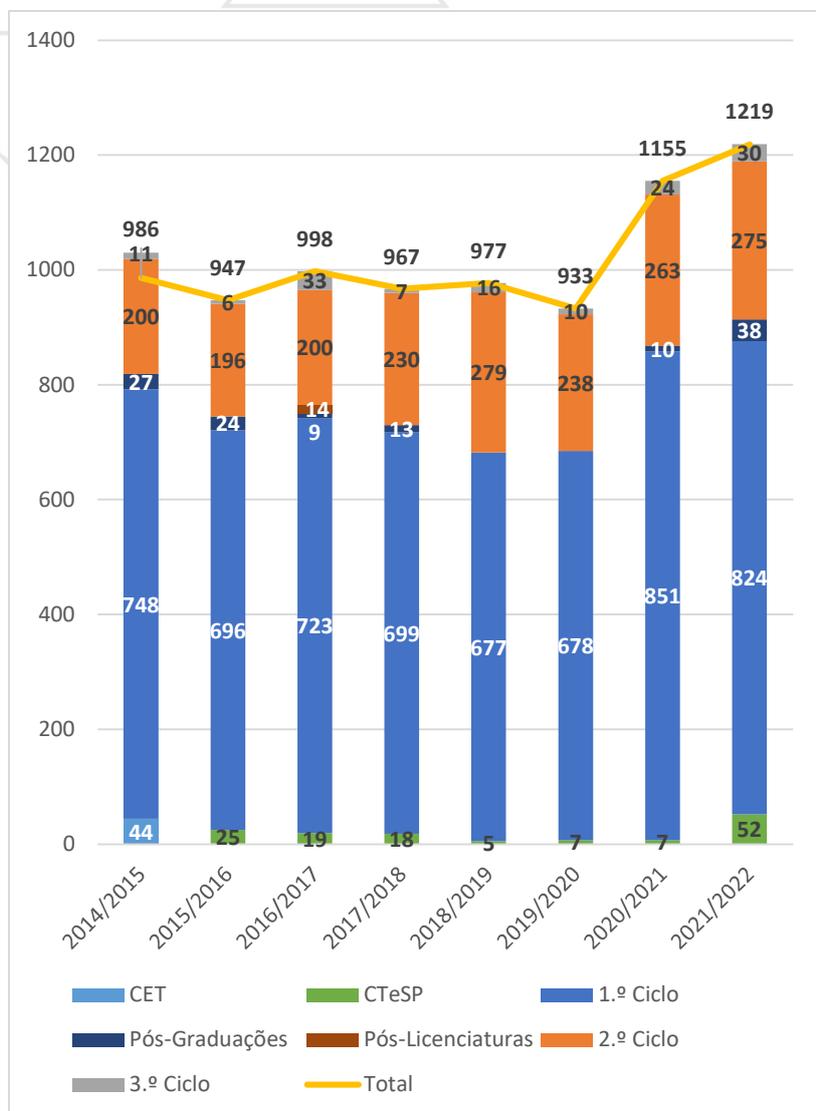
Neste contexto, é de sublinhar que ao nível das licenciaturas, e sobretudo dos cursos de mestrado e de doutoramento, os estudantes dividem as suas atividades entre as referidas unidades orgânicas de ensino e de investigação e as demais estruturas de investigação da universidade, pelo que a análise deve ser realizada em termos transversais às diferentes estruturas universitárias.

A oferta letiva de pós-graduações no âmbito do PRR explica a existência de 40 estudantes neste tipo ciclo de estudos. A reitoria recomendou às unidades orgânicas que reforçassem tal tipo de oferta por se entender que é dirigida a um público-alvo diferente, na maior parte dos casos, pessoas empregadas que procuram competências específicas.

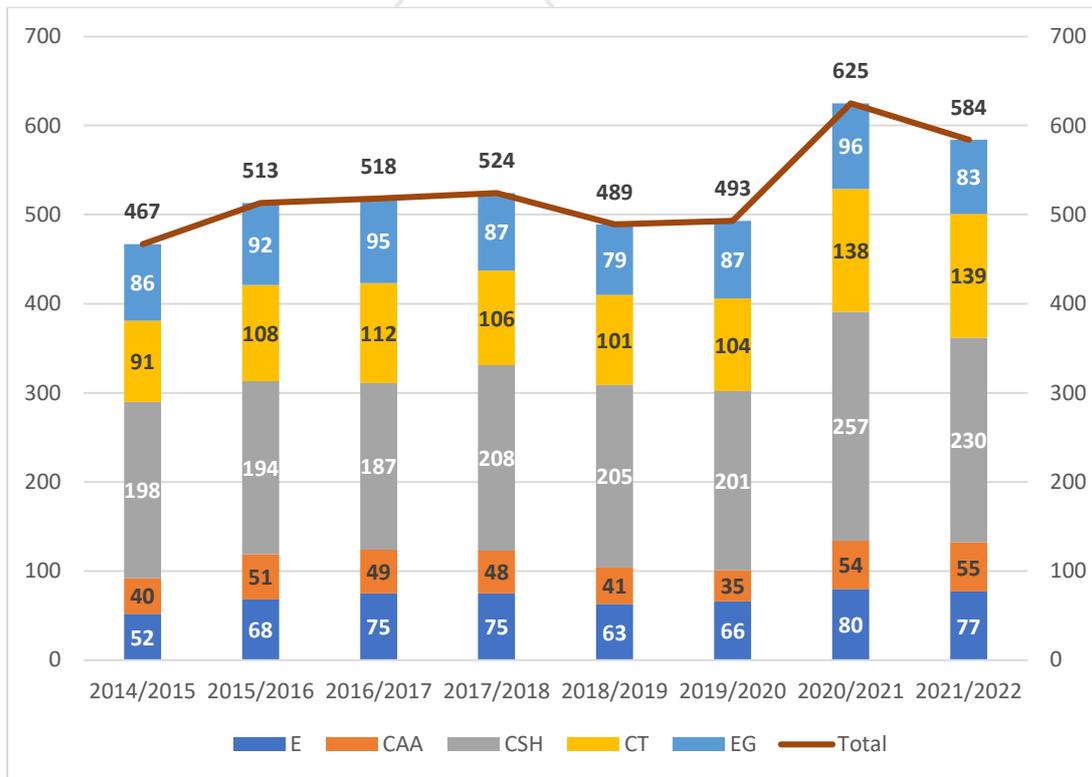
## **2.2 NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS PELA PRIMEIRA VEZ NA UAc**

Um dos principais barómetros da realização das instituições de ensino superior prende-se com o número de alunos que se matricula pela primeira vez em cada ciclo de estudos. Em 2021 registou-se um aumento do número destes estudantes nos cursos técnicos superiores profissionais (TeSP), pós-graduações, mestrados e doutoramentos. Ao nível das licenciaturas o número diminuiu em cerca de 27 alunos (3,2%) (Figura 2.3).

**Figura 2.3 - Evolução do Total de Alunos Matriculados pela 1.ª vez por Ciclos de Estudos**



**Figura 2.4 - Evolução do Total de Alunos Matriculados pela 1.ª vez no 1.º Ciclo – Concurso Nacional de Acesso (CNA)**



Na Figura 2.4 ilustra-se a evolução do total de alunos matriculados pela primeira vez no 1.º ciclo, considerando apenas o Concurso Nacional de Acesso (CNA). Neste contexto verifica-se que desde 2014 se regista uma tendência crescente do número de novos alunos, com exceção do observado na transição do ano letivo de 2017/2018 para o ano letivo de 2018/2019, que reflete os efeitos da crise económica que se atravessou e para a transição entre o ano letivo 2020/2021 e 2021/2022.

### 3. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

#### 3.1 FORMAÇÃO

Os dados relativos à formação complementar dos trabalhadores da UAc (Tabela 3.1) apontam para alguma oscilação no número de inscrições e participações em ações de formação entre 2014 e 2021, tanto ao nível interno como externo, registando-se, em 2021 uma diminuição de participações em ações de formação internas e externas. Ao invés, verificou-se o contínuo da autoformação em resposta à necessidade de continuar a responder aos desafios colocados pela progressão da pandemia e de corresponder às necessidades identificadas pelas unidades orgânicas e os serviços. Foram realizadas 17 ações de formação para apoio ao ensino *online* e ao teletrabalho (competências básicas em moodle, zoom, teams, educast, MS forms, respondus, entre outras). Recebemos 865 inscrições de docentes, 76 inscrições de funcionários e 86 inscrições de estudantes da Academia Sénior.

Neste contexto, é importante salientar que, no início de 2021, a UAc passou a integrar a rede de Instituições que promovem as *Jornadas Interinstitucionais de Desenvolvimento Pedagógico* abertas a docentes do ensino superior com interesse no seu desenvolvimento profissional pedagógico. Estas Jornadas criam oportunidades de interação com especialistas nacionais e a partilha de experiências com colegas de outras instituições, através de um programa de formações pedagógicas, desenvolvidas inteiramente *online*, destinadas aos docentes das instituições participantes. Nas 3 edições realizadas no último ano e meio, foram disponibilizadas cerca de 80 ações de formação, tendo-se registado uma média de 25 participações de docentes da UAc, por cada edição, a acrescentar às que foram acima enumeradas.

A oferta formativa tem correspondido a interesses de formação de diversas categorias profissionais, em especial de assistentes técnicos, técnicos superiores e docentes (Tabela 3.2), e abrangido diferentes estruturas universitárias (Tabela 3.3).

**Tabela 3.1 - Total de Inscrições/Participações em Ações  
de Formação para Trabalhadores da UAc**

		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Internas	Inscrições	45	196	112	58	128	9	641	456
	Participações	45	184	110	57	110	9	589	419
Externas	Inscrições	14	166	198	47	140	76	53	4
	Participações	14	54	41	9	61	8	0	4
Autoformação	Inscrições	0	0	26	57	8	24	126	186
	Participações	0	0	26	54	8	24	126	186

**Tabela 3.2 - Total de Trabalhadores Envolvidos em Ações  
de Formação por Carreira/Categoria**

Categorias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Dirigente	4	6	5	7	12	3	8	15
Técnico Superior	8	17	15	14	20	6	16	25
Assistente Técnico	30	77	28	15	37	6	27	47
Assistente Operacional	3	18	6		1		4	1
Coordenador Técnico	1	8	5				4	6
Especialista de Informática		1			4	3	1	1
Técnico de Informática	1	4	1		3		6	7
Docentes	1	12	11	43	25	8	137	75
Investigadores						1	4	4
Bolseiros			4		2		2	4
Estagiários/Outros Colaboradores			2	1	3		1	14
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>143</b>	<b>77</b>	<b>80</b>	<b>107</b>	<b>27</b>	<b>210</b>	<b>199</b>

**Tabela 3.3 - Total de Trabalhadores Envolvidos em Ações  
de Formação por Unidade Orgânica/Serviço**

UO/Serviços	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
FCAA	2	2	6	7	6		21	17
FCT	9	12	6	10	11	4	48	28
FCSH	5	13	6	14	6	3	44	29
FEG	2	3	2	1	6	1	19	7
ESS	2	9	2	12	12	1	19	11
EST							1	0
CHAM-A							1	0
IITAA							1	1
IVAR					1		0	3
ADM	2	12	2	4	2		0	3
AAUA	1	2					1	0
SASE	7	15	8	4	8	1	5	10
BAM	2	11	8	5	10		5	4
SVCT			1	1	1	6	9	9
SVRF (SVRFM)	1	10	15	4	6		1	10
SVAP								6
SVGA	3	11	2	1	9	1	10	5
SVRH	1	9	4	1	3	1	2	7
SVRTR	10	20	11	15	19	8	17	22
SVTIC		6		1	3		5	7
CICS					1		0	2
FGF	1	8	4		3	1	1	11
CEEApIA-A								1
CIBIO								1
GBA								5
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>129</b>	<b>73</b>	<b>79</b>	<b>100</b>	<b>26</b>	<b>210</b>	<b>199</b>

### 3.2 CURSOS LIVRES

Nos últimos anos tem-se assistido a uma tendência bastante regular na oferta de cursos livres, essencialmente na área das línguas, de entre os quais se destacam os de Inglês, Francês, Espanhol, Alemão, Português Língua Estrangeira, Italiano ou até mesmo Mandarim.

Em 2020/2021 foram oferecidos 3 cursos livres, na área das línguas (Português Língua Estrangeira), tendo sido realizados 3 cursos de Português Língua Estrangeira em Ponta Delgada. Há a registar o cancelamento de alguns dos cursos, a realizar em regime presencial, decorrente dos constrangimentos causados pela pandemia.

No total, frequentaram estes cursos 101 formandos, entre estudantes em mobilidade e público externo à UAc.

### 3.3 ACADEMIA SÉNIOR

A Academia Sénior oferece, anualmente, um programa formativo diversificado, que contempla cursos de natureza científica, de curta duração, e oficinas de duração variável mais orientadas para o desenvolvimento de competências tecnológicas, comunicacionais e de coordenação motora, bem como para a estimulação da criatividade, da capacidade de iniciativa e da socialização.

Nos últimos anos letivos, o número de estudantes tem-se mantido sem grandes oscilações, sendo que no ano letivo de 2019/2020, e contabilizando-se apenas as inscrições feitas no 1.º semestre, houve 72 estudantes inscritos (Tabela 3.4). No 2.º semestre letivo, fruto dos constrangimentos causados pela pandemia, alterou-se o regime de funcionamento desta academia, sendo o seu programa formativo oferecido totalmente à distância. Acompanharam as aulas *online* cerca de 50% dos estudantes inscritos. No ano letivo de 2020/2021 as aulas funcionaram totalmente *online* tendo-se mantido a tendência de inscrições que se havia verificado no 2.º semestre do ano letivo anterior. No primeiro semestre do ano letivo de 2021/2022 o Programa foi oferecido numa modalidade mista, com cursos presenciais e cursos à distância, tendo-se registado até à data um ligeiro aumento no número de inscritos.

**Tabela 3.4 - Programa Formativo da Academia Sénior**

		2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021 (1.º S)
<b>N.º de alunos Inscritos</b>		103	94	84	85	90	72	47	52
<b>N.º Total de Cursos/Horas</b>		4 cursos/ 25h cada	10 cursos/ 20h cada	8 cursos/ 20h cada	6 cursos/ 20h/30h cada	8 cursos/ 20h/30h cada	8 cursos/ 20h cada	7 cursos/ 20h cada	4 cursos/ 20h cada
<b>Oficinas Semestrais/Horas</b>		5 oficinas/ 20h cada	7 oficinas/ 20h cada	7 oficinas/ 20h cada	6 oficinas/ 20h cada	7 oficinas/ 20h cada	6 oficinas/ 20h cada	2 oficinas/ 20h cada	2 oficinas/ 20h cada
<b>Oficinas Anuais</b>		3 oficinas	2 oficinas	2 oficinas	3 oficinas	3 oficinas	3 oficinas	3 oficinas	3 oficinas
<b>Sexo</b>	<b>F</b>	78,60%	78,70%	84,50%	69,40%	65,60%	51,00%	37,00%	35,00%
	<b>M</b>	21,40%	21,30%	15,50%	30,60%	34,40%	21,00%	13,00%	15,00%
<b>Média de Idades</b>		69 anos	70 anos	70 anos	70 anos	70 anos	72 Anos		

### 3.4 ACADEMIA JÚNIOR

A Academia Júnior, cujos principais objetivos se enquadram na promoção da participação dos jovens em atividades de natureza científica nas diversas áreas de conhecimento em que a UAc

desenvolve ensino e investigação, bem como no reforço da interação entre a comunidade académica e a comunidade em geral, sofreu um revés em 2020, tendo visto as suas atividades suspensas em consequência da pandemia. Em 2021 realizou-se uma única visita de estudos (Tabela 3.5).

**Tabela 3.5 - Programa Formativo da Academia Júnior**

		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Campo de Férias UAc	N.º de Inscritos nos <i>Campi</i>	PD - 41	PD - 46	PD - 52	PD - 57	PD - 0	PD - 0
		AH - 9	AH - 9	AH - 9	-	AH - 0	AH - 0
	N.º de Atividades nos <i>Campi</i>	PD - 9	PD - 15	PD - 16	PD - 25	PD - 0	PD - 0
		AH - 12	AH - 9	AH - 9	-	AH - 0	AH - 0
	N.º de Horas nos <i>Campi</i>	PD - 35h	PD - 35h	PD - 35h	PD - 35h	PD - 0h	PD - 0h
		AH - 35h	AH - 35h	AH - 35h	-	AH - 0h	AH - 0h
Visitas de Estudo	N.º Total de Visitas de Estudo	26	25	18	27	0	1

## 4. MOBILIDADE

### 4.1 MOBILIDADE ERASMUS+

O Erasmus+ é o programa de mobilidade mais representativo no conjunto dos programas de mobilidade nos quais a UAc participa. No âmbito deste programa, verificou-se entre 2013/2014 e 2018/2019 um crescimento contínuo do número de mobilidades incoming de estudantes e de mobilidades de staff para formação. Esta tendência crescente sofreu naturalmente com os efeitos da pandemia, decrescendo nos últimos dois anos em resultado do cancelamento ou adiamento de mobilidades na sequência de recomendações ou determinações das universidades de origem e da própria UAc, como medida de contenção da propagação do vírus (Figura 4.1). No contexto ERASMUS+, a UAc registou uma maior concretização de mobilidades de estudantes provindos de instituições de ensino superior espanholas, francesas, italianas e polacas (Tabela 4.1).

Figura 4.1 - Evolução do Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ Incoming

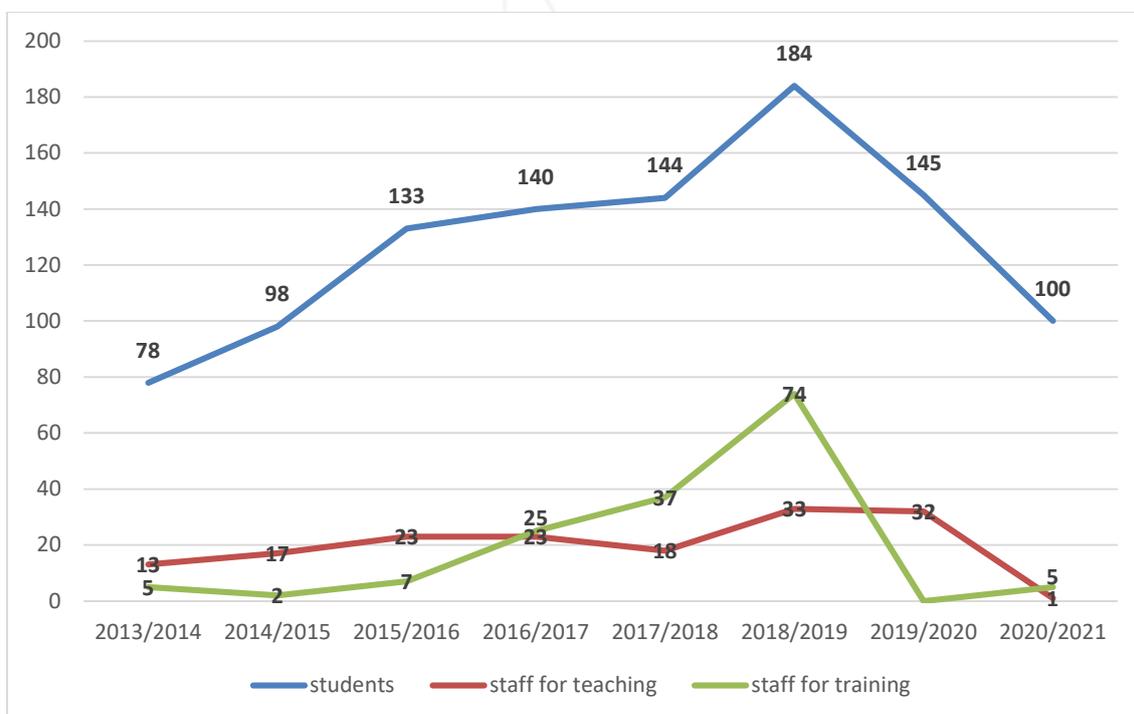
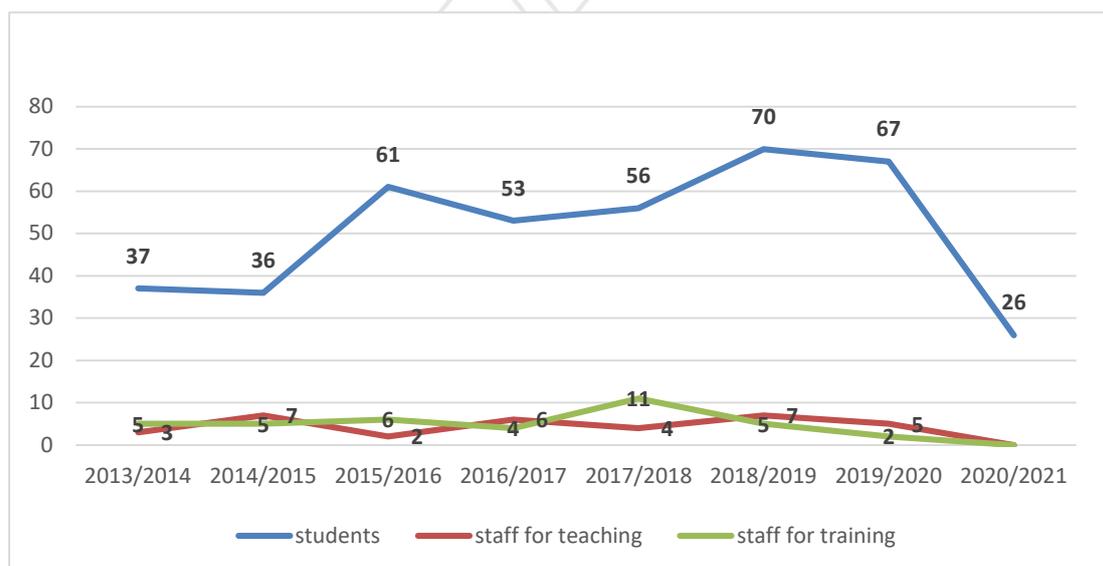


Tabela 4.1 - Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Incoming* por País de Origem

País	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Alemanha	2		2	6	3	9	2	4
Austria		5		2	1	1		
Bélgica			1	1				2
Croácia		1			1	2		3
Eslováquia	2	1	2	1	2	4	6	1
Eslovénia			2	1	2			
Espanha	36	37	51	46	52	79	68	47
Estónia			2	5	1			1
Finlândia			1		2	2	3	
França	1	1	6	1	8	6	1	8
Grécia		5	1	4	7	9	4	1
Holanda					1	2		4
Hungria							1	
Itália	3	13	14	23	28	28	19	8
Lituânia		2	3	2				
Noruega				1	1			
Polónia	4	15	24	14	9	14	15	8
Reino Unido		1	1	1	1	1		
República Checa	6	10	10	11	6	1	2	6
Roménia	8	4	8	13	12	16	11	4
Suécia			1		1			
Turquia	16	3	4	8	6	10	13	3
<b>Total Mobilidades</b>	<b>78</b>	<b>98</b>	<b>133</b>	<b>140</b>	<b>144</b>	<b>184</b>	<b>145</b>	<b>100</b>

Esta tendência decrescente foi ainda mais visível no ano 2020/2021 ao nível das mobilidades Erasmus+ outgoing, considerando em 2020/2021, quando irrompeu a pandemia já o 1.º semestre decorreria e o segundo já tivera início nas universidades de acolhimento. No que respeita às mobilidades outgoing de staff, tendencialmente baixas pelo reduzido número de bolsas Erasmus+ disponíveis, os resultados de 2021 refletem os cancelamentos ou adiamentos decorrentes da pandemia. A pandemia teve, assim, maior impacto no ano letivo 2020/2021, no quadro da segunda vaga pandémica, sendo o medo e a incerteza fatores dissuasores da realização de mobilidade (Figura 4.2). Ao nível outgoing, as preferências dos estudantes da UAc continuam a recair sobre instituições de ensino superior polacas e espanholas (Tabela 4.2).

Figura 4.2. Evolução do Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Outgoing*Tabela 4.2 - Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Outgoing* por País de Destino

Ano Letivo	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Alemanha					3	1	1	
Bélgica	1				1			
Bulgária	2		3	2		4		
Croácia						1	1	
Dinamarca					1			
Eslováquia				1				
Eslovénia							1	
Espanha	11	14	7	14	15	24	23	5
Estónia		1	4	5	7	0		
Finlândia		2		1			1	
França					3	1		4
Grécia		2	6	8		3	3	
Holanda				1		2		
Hungria								
Irlanda								1
Itália	2	1	5	2	2	3	1	1
Letónia					3	2	4	
Lituânia	2	5		2		3	1	
Malta								
Noruega		1		1			2	
Polónia	12	5	24	4	8	24	24	13
Reino Unido			2	1			1	1
República Checa	1	3	1	5	3	2	4	
Roménia	6	2	8	6	10			1
Suécia			1					
<b>Total Mobilidades</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>61</b>	<b>53</b>	<b>56</b>	<b>70</b>	<b>67</b>	<b>26</b>

## 4.2 OUTRAS MOBILIDADES

No âmbito dos programas de mobilidade de estudantes a nível nacional Almeida Garrett (Ensino Universitário) e Vasco da Gama (Ensino Politécnico), o registo de mobilidades mantém-se residual, o que se deverá em parte ao facto de estas mobilidades não auferirem de bolsas. As mobilidades outgoing de estudantes no âmbito do programa Almeida Garrett decorrem sobretudo no âmbito dos cursos preparatórios, cujos estudantes antecipam a ida para a Universidade parceira através da mobilidade (Tabelas 4.3 e 4.4).

Adicionalmente, em 2019/2020 e 2020/2021, foi suspensa a realização de cursos de verão, bem como de mobilidades ao abrigo da parceria com o Banco Santander e com a Universidade de Massachussets Dartmouth no âmbito do programa Bridging the Atlantic. No que respeita ao programa Crossing the Atlantic, patrocinado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, tendo o mesmo cessado em 2018/2019, não se registam mobilidades desde então (Tabelas 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6).

Tabela 4.3 - Evolução do Total de Estudantes em Outras Mobilidades *Outgoing*

Programas	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Almeida Garrett	2	4	6	7	13	7	3	5
Vasco da Gama	3	1	1					
Santander				4	2	6		
Crossing the Atlantic			2	2	8	8		
Bridging the Atlantic		8	8	12	14	14		
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>37</b>	<b>35</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Tabela 4.4 - Evolução do Total de Estudantes em Outras Mobilidades *Incoming*

	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Almeida Garrett		1		4		3	3
Vasco da Gama	1	1	3			1	
Bridging the Atlantic	8	8	12	14	12		
Crossing the Atlantic					2		
Cursos Verão		11	35	31	31		
Eurodisseia				28	25		
Free Mover			2	2	3	1	
Estágios			5	15	19	9	14
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>21</b>	<b>57</b>	<b>94</b>	<b>92</b>	<b>14</b>	<b>17</b>

Tabela 4.5 - Evolução do Total de Trabalhadores em Outras Mobilidades *Outgoing*

	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Santander			1	1			
Crossing the Atlantic		7	7	10	9		
Bridging the Atlantic	2	2	4	4	3		
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Tabela 4.6 - Evolução do Total de Trabalhadores em Outras Mobilidades *Incoming*

	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Crossing the Atlantic		7	6	4	9		
Bridging the Atlantic	2	2	4	4	4		
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 5. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

### 5.1 UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DE APOIO AO ENSINO

A UAc tem 12 estruturas de investigação científica dedicadas à investigação e desenvolvimento tecnológico, assim como ao apoio do ensino, incluindo institutos, centros e núcleos especializados de I&D.

Em resultado do último processo de avaliação das Unidades de I&D do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) o número de unidades de I&D da Universidade dos Açores acreditadas no SCTN é atualmente de 9 (Tabela 5.1). Comparando com o processo de avaliação anterior, a classificação dos centros foi globalmente superior, com quatro unidades de I&D a alcançar o Excelente e três o Muito Bom, uma vez que a classificação do CHAM Centro de Humanidades (onde se enquadra o CHAM-A) foi reavaliada em 2020, passando de Bom para Muito Bom.

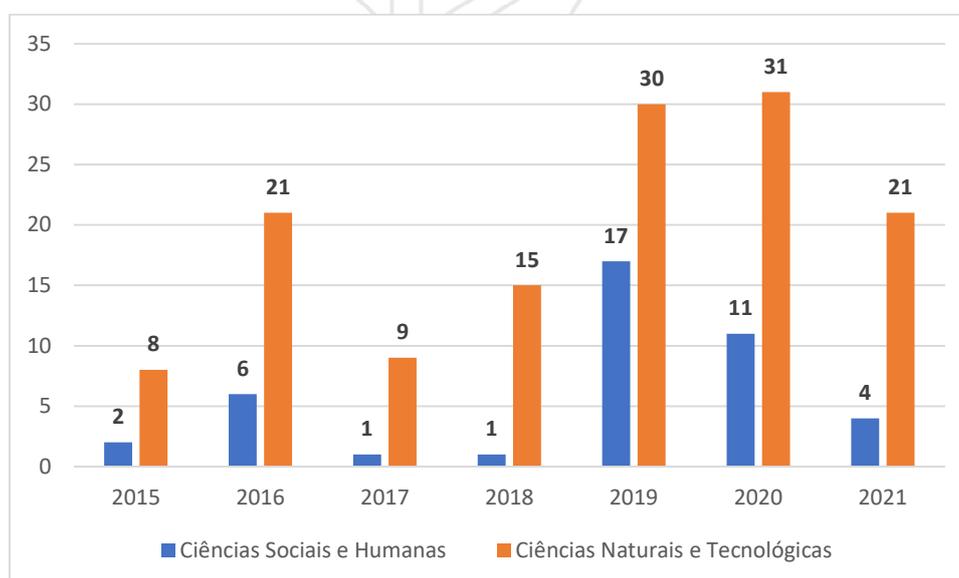
**Tabela 5.1 - Resultado da avaliação das unidades de investigação da UAc pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, em 2019/2020**

Unidade Orgânica de Investigação	Unidade de I&D Nacional	Avaliação FCT 2013	Avaliação FCT 2019
IITAA - Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente dos Açores	-	Bom	Muito Bom
IVAR - Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos	-	Muito Bom	Excelente
OKEANOS - Instituto de Investigação em Ciências do Mar	-	não aplicável	Excelente
Unidade de I&D	Unidade de I&D Nacional	Avaliação FCT 2013	Avaliação FCT 2019
CBA - Centro de Biotecnologia dos Açores	-	não aplicável	Muito Bom
CEEApIA-A - Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico - Açores	-	Bom	Bom
CHAM-Açores - Centro de História d'Aquém e d'Além Mar - Açores	CHAM - Centro de Humanidades	Excelente	Muito Bom
CIBIO-Açores - Centro de Investigação e, Biodiversidade e Recursos Genéticos - Açores	InBio - Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva	Muito Bom	Excelente
CICS.UAc - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Polo da Universidade dos Açores	CICS.UAc - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais	Muito Bom	Bom
GBA - Grupo da Biodiversidade dos Açores	cE3c - Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais	Excelente	Excelente
CEHu - Centro de Estudos Humanísticos	-	não aplicável	não aplicável
Núcleo Especializado de I&D	Unidade de I&D Nacional	Avaliação FCT 2013	Avaliação FCT 2019
NICA - Núcleo Interdisciplina da Criança e do Adolescente	-	não aplicável	não aplicável
NIDeS - Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em e-Saúde	-	não aplicável	não aplicável

## 5.2 PROJETOS DE I&D

Considerando a UAc e a Fundação Gaspar Frutuoso como entidades de gestão, no ano de 2021, verificou-se uma diminuição no número de contratos de projetos de I&D, quando comparado com o ano anterior (Figura 5.1). Neste contexto importa referir que tal diminuição se fez sentir mais na área das Ciências Sociais e Humanas do que na área das Ciências Naturais e Tecnológicas, sendo certo que, em grande parte, o número de projetos contratados é, naturalmente, condicionado pela existência de concursos promovidos por entidades financiadoras externas à universidade.

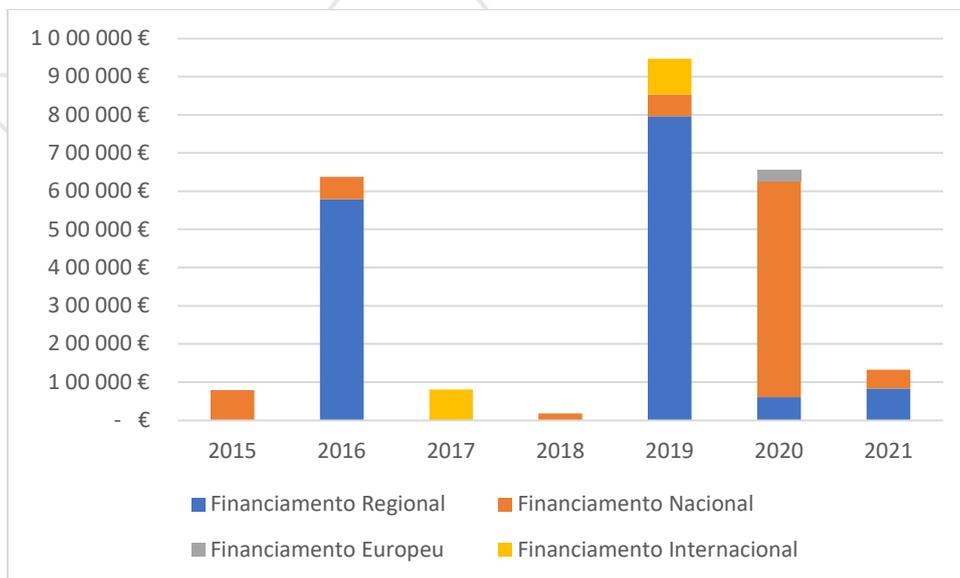
Figura 5.1 - Evolução do Total de Contratos de Projetos de I&D por Área Científica



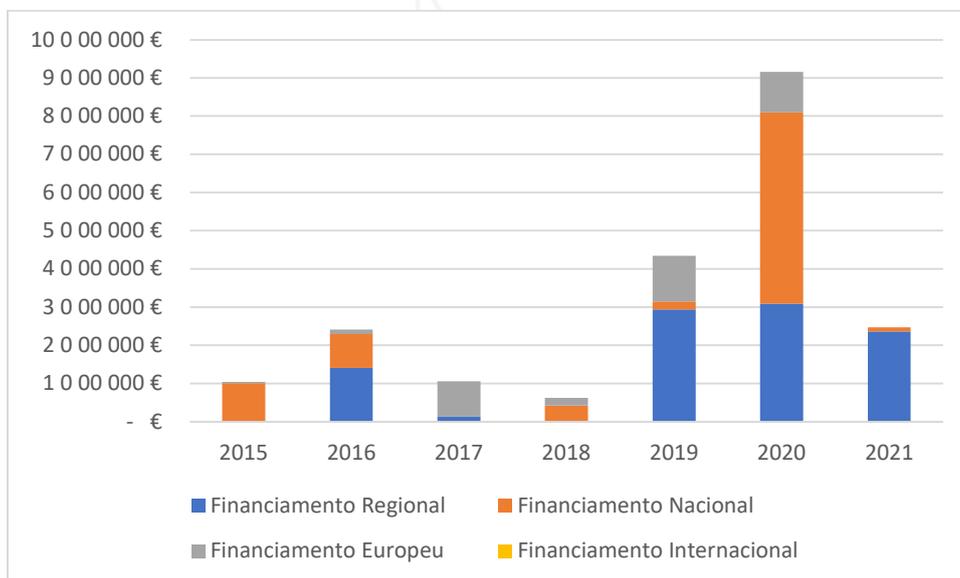
No que respeita aos montantes contratualizados, em 2021 atingiu-se o segundo valor mais baixo dos últimos anos na área das Ciências Naturais e Tecnológicas. Importa sublinhar que tais contratos não espelham o financiamento do ano a que reportam, mas sim o que será garantido ao longo da duração dos projetos, em geral, dois ou mais anos (Figuras 5.2 e 5.3).

Globalmente, e independentemente da área científica, realça-se a execução dos contratos celebrados com a FCT, relativos ao programa de financiamento plurianual das Unidades de I&D em resultado da avaliação. É igualmente de sublinhar o número crescente de candidaturas submetidas e aprovadas no âmbito de programas de financiamento de I&D europeus, nomeadamente os projetos do Programa Erasmus K2, entre outros.

**Figura 5.2 - Projetos de I&D - Tipo de Financiamento/Ano**  
**Área das Ciências Sociais e Humanas**



**Figura 5.3 - Projetos de I&D - Tipo de Financiamento/Ano**  
**Área das Ciências Naturais e Tecnológicas**

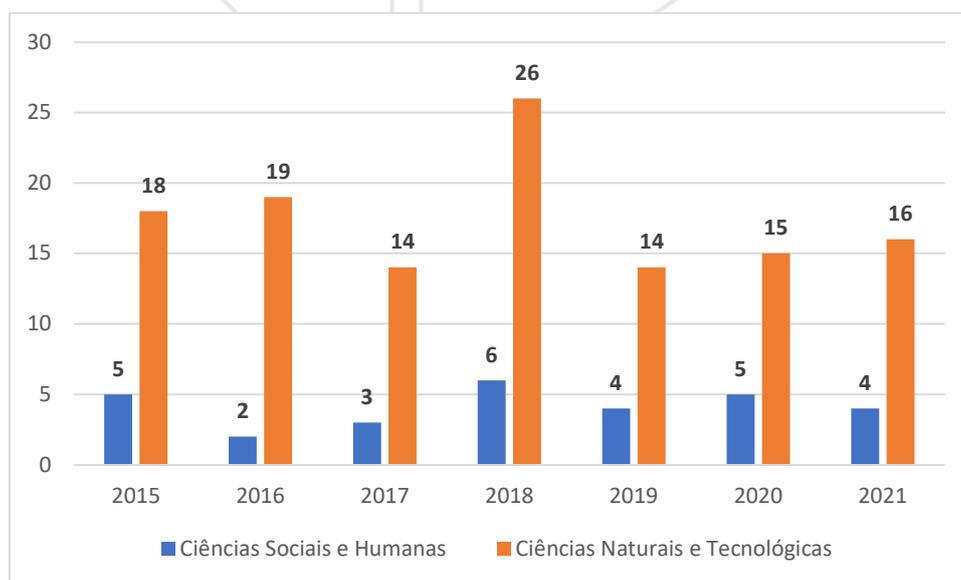


### 5.3 SERVIÇOS DE I&D

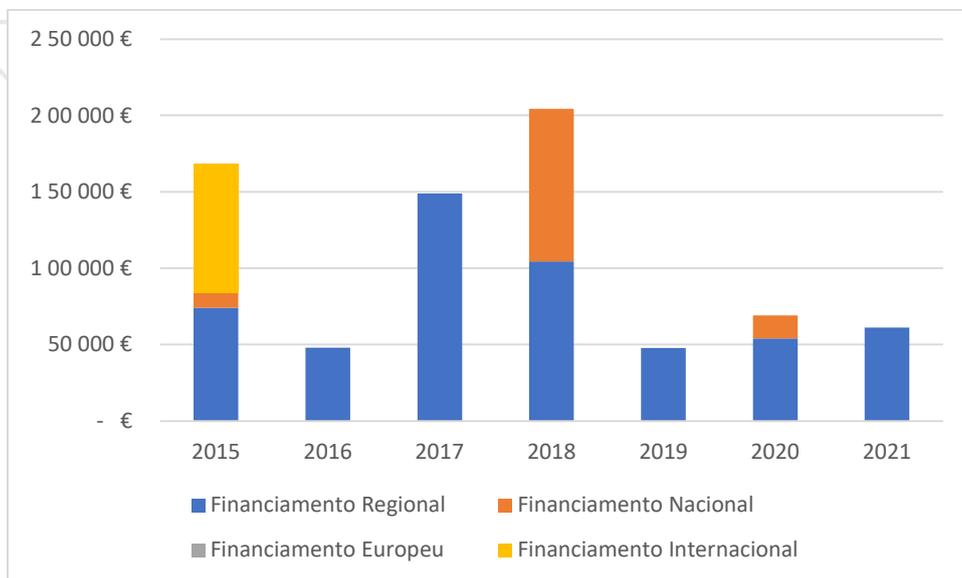
No que respeita aos Serviços de I&D, e independentemente de a entidade de gestão ser a UAc ou a Fundação Gaspar Frutuoso, observa-se uma relativa estabilidade ao longo dos anos no que se refere ao número de contratos celebrados, dominando as áreas das Ciências Naturais e

Tecnológicas (Figura 5.4). Em qualquer das áreas científicas releva o financiamento de entidades regionais (Figuras 5.5 e 5.6). Nesta matéria, importa referir que o volume financeiro de serviços contratados diminuiu relativamente ao ano anterior, o que poderá relacionar-se com o contínuo impacto da pandemia na economia, e a alteração das prioridades e objetivos das entidades contratantes.

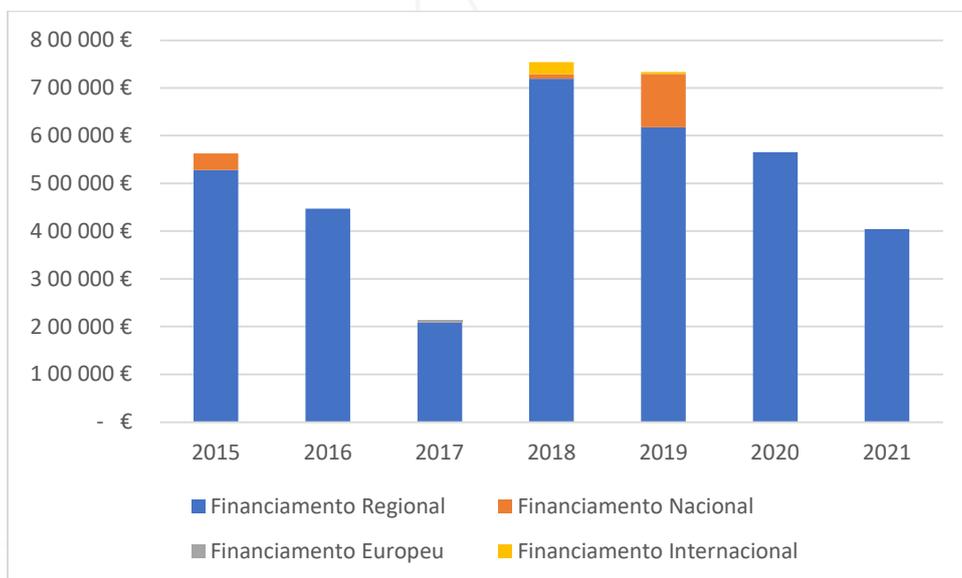
**Figura 5.4 - Evolução do Total de Contratos de Serviços de I&D  
por Área Científica**



**Figura 5.5 - Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano**  
**Área das Ciências Sociais e Humanas**



**Figura 5.6 - Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano**  
**Área das Ciências Naturais e Tecnológicas**

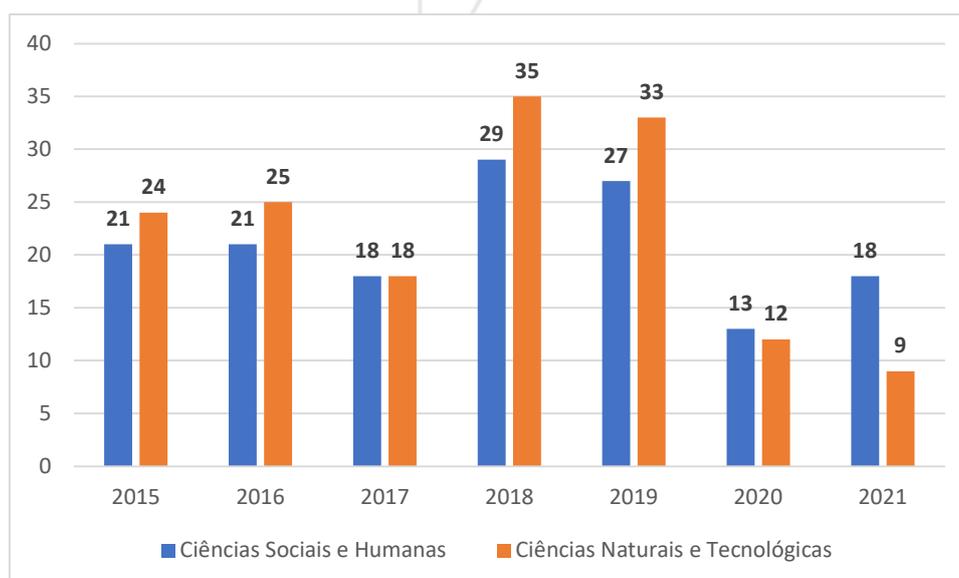


#### 5.4 OUTRAS INICIATIVAS DE I&D

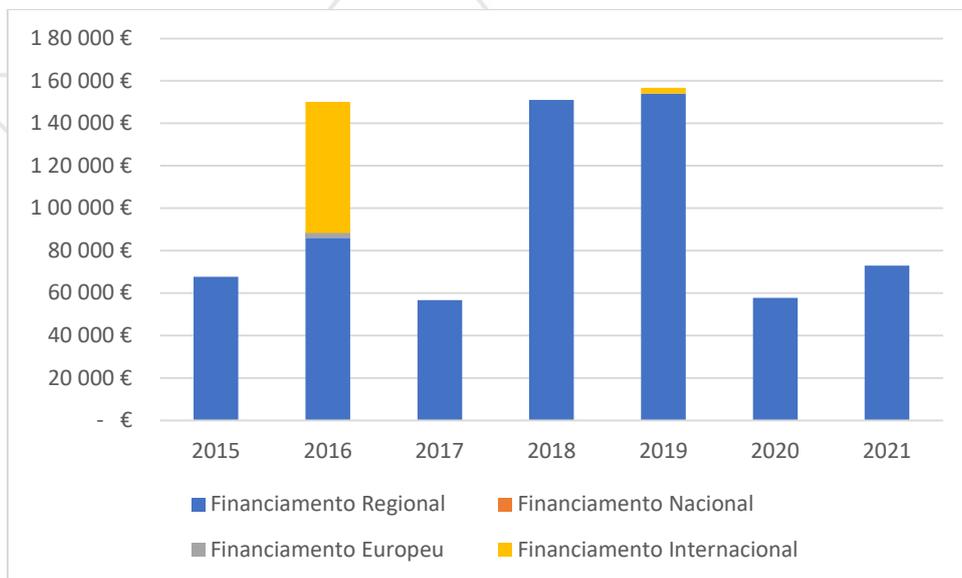
No item relativo a Outras Iniciativas de I&D incluem-se, designadamente, o financiamento de atividades relacionadas com a organização de eventos científicos, a participação em congressos e reuniões científicas e o apoio a publicações científicas. Em 2021, verificou-se uma diminuição no número de iniciativas financiadas na área das Ciências naturais e Tecnológicas (Figura 5.7), tendo as que se concretizaram sido unicamente patrocinadas por programas regionais (Figuras 5.8 e 5.9).

É neste capítulo que o efeito da pandemia COVID-19 mais se fez sentir, na medida em que muitas das ações alvo de financiamento tinham como objetivo a realização e participação em eventos de I&D que, naturalmente, não se realizaram dadas as restrições em termos de mobilidade e a passagem das conferências para um regime *online*.

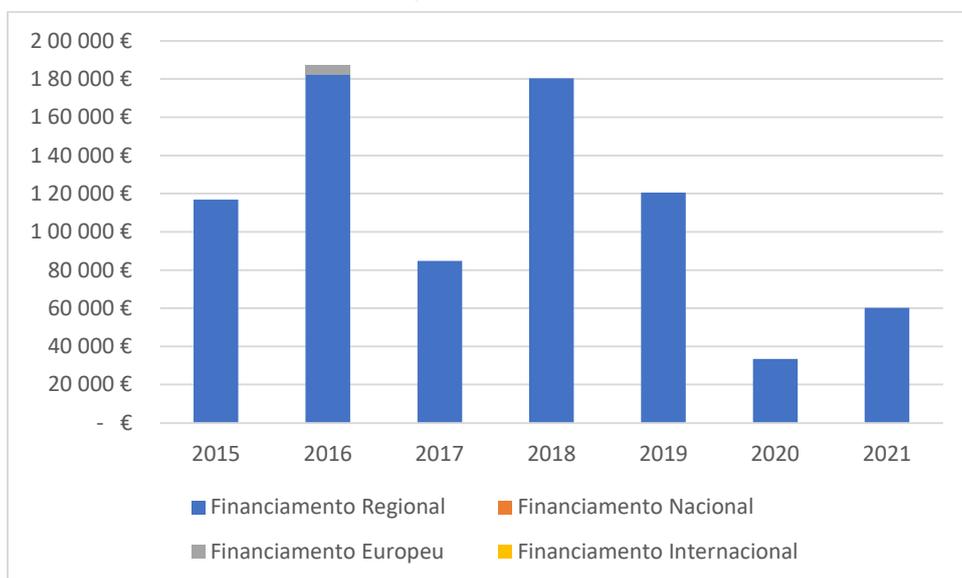
Figura 5.7 - Evolução do Total de Contratos de Outras Iniciativas de I&D por Área Científica



**Figura 5.8 - Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano**  
**Área das Ciências Sociais e Humanas**



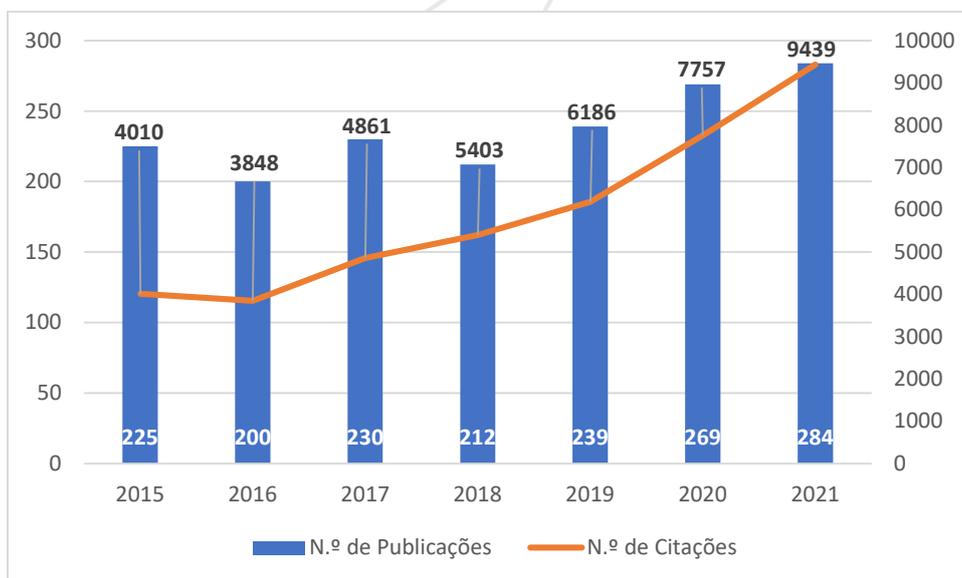
**Figura 5.9 - Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano**  
**Área das Ciências Naturais e Tecnológicas**



### 5.5 PUBLICAÇÕES INDEXADAS

Um dos indicadores mais relevantes no que respeita à atividade de investigação prende-se com a produção científica. Neste domínio, e tomando como referência o conjunto de bases de dados da *Web of Science*, da *Clarivate Analytics*, verifica-se que nos últimos anos o número de publicações de investigadores da Universidade dos Açores mantém uma tendência crescente, tendo atingido em 2021 o seu valor máximo (284). No que se refere ao número de citações associadas a publicações indexadas nas mesmas bases de dados, observa-se um claro incremento nos últimos anos (Figura 5.10).

**Figura 5.10 - Evolução do Total de Publicações Indexadas na *Web of Science* e do Número de Citações**



## 6. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A InUAc – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores, constitui um espaço com serviços e equipas especializadas, onde se pretende articular a ligação entre a Universidade dos Açores e o mundo empresarial, explorando e desenvolvendo ideias inovadoras, projetos, conhecimentos e negócios, de membros da comunidade académica da UAc, de empresas já existentes, bem como de pessoas singulares ou coletivas, ligadas ou não à Academia. Neste contexto, foi elaborado o Regulamento da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Universidade dos Açores, definindo os procedimentos, a forma e os termos da incubação física e virtual proporcionada pela InUAc, no que respeita à utilização de espaços e serviços de apoio para os fins de pré-incubação, incubação e pós-incubação empresarial.

Em 2021, primeiro ano de atividade da incubadora, existiram algumas limitações devido à pandemia de COVID-19. No entanto, a InUAc marcou presença de forma assídua nas plataformas digitais e redes sociais, desenvolvendo uma série de iniciativas. De forma global, as atividades da InUAc envolveram aproximadamente 667 participantes, de acordo com diversas (Figura 6.1).

Figura 6.1 - Atividades desenvolvidas pela InUAc em 2021.



Tendo em atenção a importância das parcerias para o fomento de um ecossistema empreendedor inovador regional, a InUAc estabeleceu uma série de parcerias e acordos de cooperação com investigadores, empresários e entidades relevantes, indo ao encontro das

necessidades de competitividade dos empreendedores acolhidos na incubadora, nomeadamente no que se refere aos aspetos relativos à inovação e à valorização comercial de resultados de I&D.

Em 2021 foi desenvolvido o 1º *Bootcamp* de Empreendedores InUAc, com o apoio da empresa Territórios Criativos, destinado a empreendedores que procuram auxílio no desenvolvimento dos seus projetos ou negócios, fornecendo-lhes ferramentas para levarem os seus projetos para o próximo patamar. Com o mesmo objetivo, a InUAc apoiou a ONG MOVE no desenvolvimento do “Programa Shake” e da “Feira do Empreendedor”. Os finalistas destes programas de ideação foram premiados com a incubação na InUAc, usufruindo dos serviços e infraestruturas da incubadora.

## 7. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No ano de 2021, dando continuidade ao processo de constante evolução da área das tecnologias de informação e comunicação, procedeu-se à instalação de uma central telefónica IP (configuração da nova central, substituição dos telefones analógicos no campus de Ponta Delgada e integração dos telefones de Angra do Heroísmo e Horta na nova central), à atualização da aplicação de gestão financeira ERP Primavera, do sistema de gestão documental *Edoclink*, da plataforma de ensino Moodle, da plataforma de desenvolvimento *Scriptcase*, à configuração de um servidor remoto para acesso ao ERP Primavera, ao licenciamento do *VEEAM* e à consequente reconfiguração dos backups diários incrementais e datas de retenção, à implementação de uma controladora WiFi e à implementação de acesso federado ao *Booking*.

Continuando o processo de informatização do acesso às instalações, foram configurados novos leitores de controlo de acessos ao *campus* da Horta e, no *campus* de Ponta Delgada, foram colocados leitores na BAM, na sala de reuniões da Reitoria, no pavilhão desportivo e no edifício contíguo, no acesso norte ao SVCT e na FGF. Instalaram-se, igualmente, leitores nas salas de aula do Complexo Pedagógico em Angra do Heroísmo e nas salas de aula do Edifício das Ciências Humanas em Ponta Delgada.

Com a passagem para regime presencial houve a necessidade da reativação do sistema de controlo de assiduidade *Sisqual*. Encontra-se em fase de testes a implementação de um novo sistema de assiduidade, associado ao mesmo sistema de controlo de acessos (*Unicard*). Para este efeito foram adquiridos 14 leitores de controlo de assiduidade, que se encontram configurados e que serão instalados nos três *campi* universitários e nas residências universitárias das Laranjeiras e do Morrão.

No campus de Angra do Heroísmo, deu-se início ao projeto de instalação do novo sistema de controlo de barreiras do parque de estacionamento.

No que diz respeito à proteção de dados pessoais, o cumprimento do Regulamento Geral da Proteção de Dados foi acompanhado e assegurado tendo em consideração as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados com especial atenção aos aspetos relacionados com a cibersegurança e ao registo de dados biométricos. Ainda neste contexto, foram dadas respostas e elaborados pareceres a diversos pedidos de esclarecimentos recebidos através do endereço reitoria.rgpd@uac.pt e através do sistema de documental *Edoclink* e iniciou-se a revisão do levantamento dos sistemas de informação e dos dados pessoais associados à UAc.

Com o objetivo de sensibilização para as questões da cibersegurança a UAc participou na campanha #ProtegeOTeuCampus da Metared.

Na área do desenvolvimento de software, a UAc continuou o desenvolvimento da plataforma SITUA. Ao longo do ano foi efetuada a passagem de todos os formulários da plataforma *LightSwitch* para *Scriptcase*, efetuou-se a interoperabilidade entre o SITUA e a *Active Directory* (AD) no que concerne à atualização de dados dos funcionários e foram criados diversos *scripts* de forma a agilizar alguns procedimentos existentes, tais como, a ativação/desativação e criação de utilizadores na AD a partir de formulários existentes no SITUA. Foram complementados/atualizados vários módulos cujos dados são provenientes da plataforma NONIO e foram criadas áreas no SITUA para disponibilização de dados relacionados com o relatório de atividades no que diz respeito a informação sobre os Cursos e o Pessoal.

No seguimento da normalização de procedimentos e fluxos de informação, de extrema relevância para a Qualidade, continuaram a ser concebidos e disponibilizados novos formulários para as várias áreas de intervenção da UAc e para diferentes públicos.

**Tabela 7.1 - Total de Novos Formulários Disponibilizados e de Processos Gerados por Ano - Portal do Estudante**

Áreas	Portal do Estudante													
	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Formulários Disponíveis	Processos Gerados												
Ensino	15	950	2	1516	18	2101	9	2407	4	2279	33	3234	10	4483
Extensão Cultural	1	3		80	1	104	2	138	8	128		8	1	75
Gestão	12	85	20	132	15	240	2	213	31	354	10	400	33	979

**Tabela 7.2 - Total de Novos Formulários Disponibilizados e de Processos Gerados por Ano - Portal Externo**

Áreas	Portal Externo													
	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Formulários Disponíveis	Processos Gerados												
Ensino	58	949	61	1182	52	1972	59	1551	11	1046	10	685	15	767
Extensão Cultural	55	382	30	616	22	531	24	620	21	494	1	65	2	45
Gestão	3		2	26		8		3	2	6	11	393	13	293

**Tabela 7.3 - Total de Novos Formulários Disponibilizados e de Processos Gerados por Ano - Portal de Serviços**

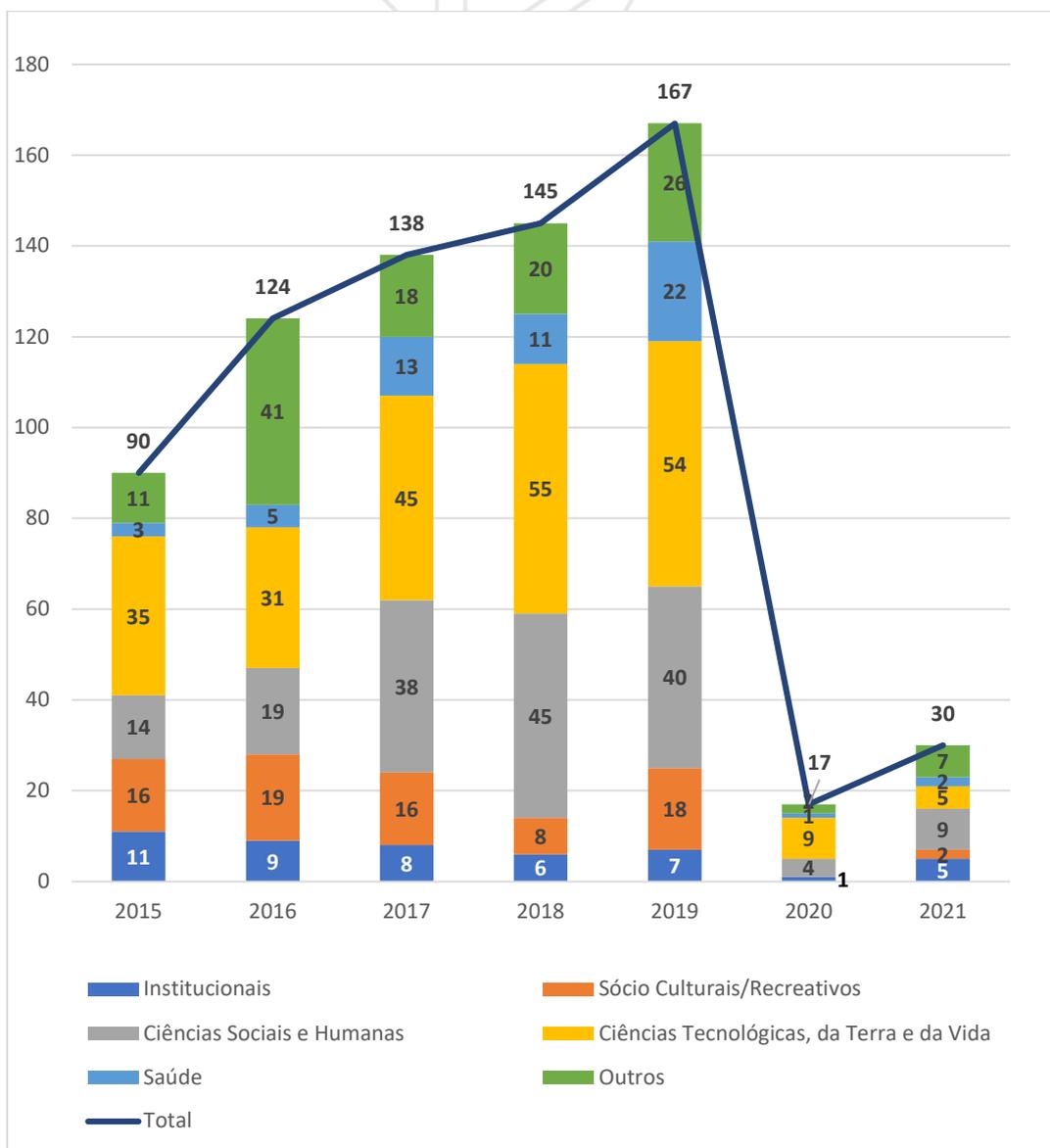
Áreas	Portal de Serviços													
	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	Formulários Disponíveis	Processos Gerados												
Ensino	12	362	12	573	5	772	8	933	6	827	15	723	3	1045
Extensão Cultural	8	70	3	63	2	62	3	73	9	80	1	28		19
Gestão	25	4276	56	5055	70	7218	43	6874	112	8189	44	5555	96	7293
Investigação	2	278	4	177	7	249	3	265	3	171	6	238		250

## 8. EVENTOS

### 8.1 EVENTOS INTERNOS

O número de eventos organizados na UAc por estruturas internas e membros da comunidade académica apresentou um ligeiro crescimento em 2021 relativamente a 2020, mas muito aquém do número de eventos registados desde 2015, em resultado das limitações colocadas pelas autoridades regionais e da aplicação do próprio plano de contingência COVID-19 da UAc.

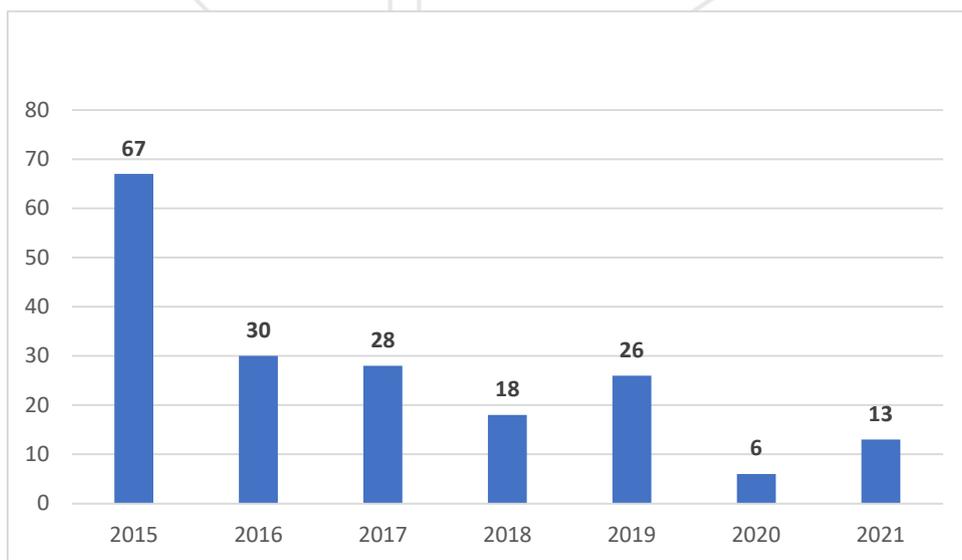
Figura 8.1 - Total de Eventos Internos por Tipo/Área



### 8.2 EVENTOS EXTERNOS

Tal como sucedeu a nível interno, o número de eventos organizados na UAc por entidades externas também cresceu ligeiramente em 2021, ficando ainda muito aquém do histórico pelas mesmas razões que afetaram a evolução do número de eventos internos.

Figura 8.2 - Total de Eventos Externos



## 9. PROTOCOLOS E ACORDOS

Anualmente a UAc procede à assinatura de acordos de parceria com diversas entidades regionais, nacionais e internacionais com objetivos diversos no âmbito das atividades que se inscrevem na sua missão. Considerando que muitos dos protocolos assinados são plurianuais, os números denotam um crescimento global e progressivo do número de parcerias da UAc desde 2015.

São habitualmente em maior número os protocolos assinados com entidades regionais, desvelando a proximidade e colaboração frequente entre a UAc e um número alargado e diversificado de entidades sediadas nos Açores. Continua a ser expressivo e crescente o número de protocolos assinados com escolas da Região, em particular para o apoio à formação inicial de educadores de infância e professores 1.º ciclo do Ensino Básico. Tal constatação manteve-se em 2021 (Tabela 9.1).

**Tabela 9.1 - Total de Protocolos Regionais Assinados**

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Associações		1	6	7	2	1	1	
Câmaras	2	3	16	7	7	9	1	1
Casas do Povo e Centros Sociais e Paroquiais			2	6	1	3	3	3
Empresas	11	12	70	8	17	5	5	7
Escolas	1	6	10	15	21	25	17	16
Fundações		5			1	1	2	1
Governo	1	2	12	5	5	5	5	8
Hospitais e Centros de Saúde e Bem-Estar	1		2	13	6	4	2	7
Institutos		1	1	8	3	2	4	1
Outros	4	8	5	5	6	19	9	5
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>38</b>	<b>124</b>	<b>74</b>	<b>69</b>	<b>74</b>	<b>49</b>	<b>49</b>

O número de protocolos assinados a nível nacional aumentou consideravelmente, em consequência do abrandamento da pandemia COVID-19 (Tabela 9.2), tendência que também se verificou no número de novas parcerias estabelecidas internacionalmente (Tabela 9.3).

**Tabela 9.2 - Total de Protocolos Nacionais Assinados**

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Empresas	1	2				1		4
Escolas						1		
Embaixadas	1	2	1	2	2	2	1	1
Fundações		2	1		2	5	1	1
Hospitais e Centros de Saúde e Bem-Estar				1		3	3	2
Institutos		1		1				6
Universidades	3	2	4	1	11	2		2
Outros		1		1		1		
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>16</b>

Tabela 9.3 - Total de Protocolos Internacionais Assinados

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Institutos			1					1
Universidades	1	3	3	7	9	17	5	15
Outros					1		1	2
Total	1	3	4	7	10	17	6	18

## II – RELATO FINANCEIRO

O relato financeiro ou relatório de gestão apresenta a análise das demonstrações financeiras e da execução orçamental da UAc no ano de 2021, preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que se encontra implementado desde o exercício de 2018.

Na leitura do relatório e dos indicadores económicos e financeiros apresentados, deve ter-se em consideração que a Universidade dos Açores está integrada no setor público administrativo e que, como tal, depende de financiamento do Orçamento do Estado e está subordinada aos princípios e às regras orçamentais aplicáveis ao setor das administrações públicas, sem prejuízo do regime de autonomia administrativa e financeira das instituições de ensino superior públicas. Esta circunstância condiciona a interpretação sobre indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

A análise constante do presente relatório reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, sendo que todas as quantias monetárias nele constantes encontram-se em euros, exceto quando expressamente indicada outra forma de apresentação.

## 1. ANÁLISE FINANCEIRA

### 1.1. BALANÇO

A estrutura do balanço da Universidade dos Açores teve um ligeiro crescimento em 2021, face ao final de 2020, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 1: Estrutura do balanço de 2021 e 2020

(montantes em euros)	2021		2020		Δ 2021 / 20
	Quantia líquida	Peso %	Quantia líquida	Peso %	
<b>Ativo não corrente</b>	<b>45 718 010</b>	<b>90,1%</b>	<b>44 496 790</b>	<b>91,6%</b>	<b>2,7%</b>
Ativos fixos tangíveis	44 871 196	88,4%	43 649 729	89,8%	2,8%
Ativos intangíveis	3 763	0,0%	4 009	0,0%	-6,1%
Participações financeiras	843 051	1,7%	843 051	1,7%	0,0%
<b>Ativo corrente</b>	<b>5 013 916</b>	<b>9,9%</b>	<b>4 086 902</b>	<b>8,4%</b>	<b>22,7%</b>
Inventários	103 174	0,2%	112 293	0,2%	-8,1%
Devedores por transferências e subsídios	0	0,0%	0	0,0%	
Clientes, contribuintes e utentes	1 729 074	3,4%	1 602 027	3,3%	7,9%
Outras contas a receber	359 697	0,7%	0	0,0%	
Diferimentos	33 813	0,1%	42 237	0,1%	-19,9%
Caixa e depósitos	2 788 158	5,5%	2 330 345	4,8%	19,6%
<b>Total do ativo</b>	<b>50 731 926</b>	<b>100,0%</b>	<b>48 583 691</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,4%</b>
<b>Património líquido</b>	<b>42 363 630</b>	<b>83,5%</b>	<b>41 002 026</b>	<b>84,4%</b>	<b>3,3%</b>
Património / Capital	6 901 377	13,6%	6 901 377	14,2%	0,0%
Resultados transitados	-7 637 198	-15,1%	-7 733 232	-15,9%	-1,2%
Outras variações no património líquido	42 967 407	84,7%	41 737 848	85,9%	2,9%
Resultado líquido do período	132 045	0,3%	96 034	0,2%	37,5%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>1 424 014</b>	<b>2,8%</b>	<b>1 481 537</b>	<b>3,0%</b>	<b>-3,9%</b>
Provisões	1 424 014	2,8%	1 481 537	3,0%	-3,9%
<b>Passivo corrente</b>	<b>6 944 281</b>	<b>13,7%</b>	<b>6 101 043</b>	<b>12,6%</b>	<b>13,8%</b>
Fornecedores	75 001	0,1%	13 305	0,0%	463,7%
Estado e outros entes públicos	4 808	0,0%	1 925	0,0%	149,8%
Financiamentos obtidos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Fornecedores de investimentos	23 131	0,0%	5 147	0,0%	349,4%
Outras contas a pagar	2 791 318	5,5%	2 544 802	5,2%	9,7%
Diferimentos	4 050 024	8,0%	3 535 864	7,3%	14,5%
<b>Total património líquido e passivo</b>	<b>50 731 926</b>	<b>100,0%</b>	<b>48 584 607</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,4%</b>

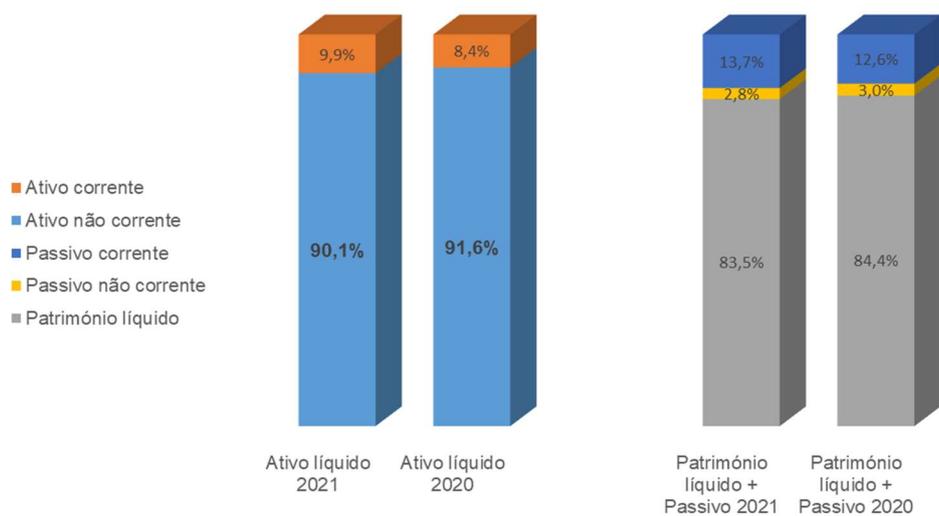
Em termos de estrutura global do balanço da Universidade, à data de 31 de dezembro de 2021, destaca-se:

- o aumento de 4,4% no total do balanço, face ao ano antecedente;
- a estabilidade do peso do património líquido e do passivo no total do balanço, face ao ano antecedente.

Na figura seguinte, apresenta-se uma análise da estrutura resumida do balanço, tomando em consideração apenas os grandes agregados.

## Estrutura de Capitais e de Financiamento

Figura 1: Estrutura de capitais e de financiamento de 2021 e 2020



Esta estrutura de capitais, apesar de ter que ser interpretada com cautela tendo em consideração a natureza pública da UAc, revela uma insuficiência de capitais permanentes, para financiar a estrutura de ativos não correntes e uma pressão estrutural da tesouraria, sendo, em grande medida, o espelho da inexistência de saldos de gerência acumulados que não estejam consignados.

### 1.1.1. ATIVO

O ativo líquido ascendia a 50.732 milhares de euros, no final de 2021, registando um aumento de 4,4%, face ao ano anterior.

A principal rubrica do ativo líquido é composta pelos “Ativos fixos tangíveis”, que representa 88,4% do ativo líquido, seguida dos saldos de “Caixa e depósitos”, que representa 5,5% do ativo líquido, e pelas dívidas de “Clientes, contribuintes e utentes”, que representa 3,4% do ativo líquido

Em 2021 registou-se um aumento, face a 2020, nos “Ativos fixos tangíveis, na sua maioria relativos aos movimentos contabilísticos relacionados com a passagem da gestão do pavilhão desportivo do *campus* de Ponta Delgada para a Universidade, depois de ter estado sob gestão dos SASE.

Os saldos de “Caixa e depósitos” tiveram um aumento significativo, mas a grande maioria destes saldos correspondem a verbas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia ou outras entidades públicas e privadas e por isso não disponíveis para a gestão corrente da UAc.

O saldo de “Clientes, contribuintes e utentes”, no final do ano de 2021, no montante de 1.729,1 milhares de euros, é composto, em 99,97% por dívidas de utentes (1.728,6 milhares de euros).

Encontram-se registados em cobrança duvidosa 402,1 milhares de euros, dos quais 50 milhares de euros referem-se a clientes e 352,1 milhares de euros referem-se a utentes.

Existe imparidade constituída para a totalidade dos clientes e utentes em cobrança duvidosa.

No ano de 2021, existem 360 milhares de euros em “Outras contas a receber”, sendo:

- 202 mil euros referentes ao acordo de projeto celebrado entre a UAc e a Fundação Gaspar Frutuoso, referente à cedência de recursos humanos de projetos concluídos até 31 de dezembro de 2021, cujas verbas serão recebidas em 2022; e
- 157 mil euros referentes ao valor em atraso da Fundação para a Ciência e Tecnologia, relativo ao contrato-programa para a integração de investigadores no âmbito do PREVPAP, 2021-2027, celebrado em 9 outubro de 2020.

A este propósito refira-se que, à data do fecho de contas, a FCT continuava sem efetuar o pagamento devido, o que em muito penaliza a UAc, pois teve de suportar no ano de 2021, com receitas próprias, custos com investigadores integrados ao abrigo do PREVPAP sem a compensação da FCT prevista contratualmente.

### 1.1.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

O “Património líquido”, que representa 83,5% do balanço, registou uma redução do peso relativo, mas um aumento do valor absoluto.

A principal componente do património líquido são os subsídios ao investimento, constantes da rubrica “Outras variações no património líquido” que, no final de 2021, ascendiam a 34.295.188 euros, mais 4,4%, motivados em 2021, na sua maior parte, pela passagem da gestão do pavilhão desportivo do *campus* de Ponta Delgada para a Universidade, que teve efeitos ao nível do ativo e ao nível dos subsídios relacionados com esse bem.

Estes subsídios ao investimento são amortizados anualmente na mesma proporção das amortizações dos bens que financiaram, compensando-se nessa proporção o efeito de ambos nos resultados do ano.

No que concerne ao passivo, as rubricas mais relevantes são os “Diferimentos”, com o valor de 4.050 milhares de euros, que representam 8% do passivo e património líquido (7,3% em 2020), e que correspondem a rendimentos a reconhecer no ano seguinte relativos:

- a receitas consignadas de projetos, no montante de 2.232 milhares de euros (1.877 milhares de euros em 2020), cuja execução transitou para o ano seguinte;
- a propinas, no montante de 1.622 milhares de euros (1.485 milhares de euros em 2020); e
- à verba recebida da FGF em dezembro de 2019, que se destina a suportar encargos com a contratação de docentes ao abrigo de concursos internacionais, com saldo de 196 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2021.

As “Outras contas a pagar”, que representam 5,5% do passivo e património líquido (5,2% em 2020), correspondem, na sua quase totalidade, às remunerações de férias e subsídios de férias a pagar no ano de 2022 (2.724 milhares de euros).

## 1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados da Universidade dos Açores referente ao ano de 2021 e a respetiva comparação com ano anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

**Quadro 2:** Rendimentos e gastos de 2021 e 2020

(montantes em euros)	2021	2020	Δ 2021 / 20	
			Absoluta	%
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2 527 149	2 500 202	26 947	1,1%
Vendas e Prestações de serviços	224 184	220 463	3 722	1,7%
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	19 673 224	17 737 264	1 935 960	10,9%
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-32 588	-27 822	-4 766	17,1%
Fornecimentos e serviços externos	-1 772 158	-1 250 088	-522 070	41,8%
Gastos com pessoal	-19 886 577	-18 820 423	-1 066 154	5,7%
Transferências e subsídios concedidos	-318 088	-260 514	-57 573	22,1%
Imparidades (perdas/reversões)	-147 600	-11 978	-135 621	1132,2%
Provisões (aumentos/reduções)	13 277	-26 628	39 906	-149,9%
Outros rendimentos e ganhos	684 028	807 079	-123 051	-15,2%
Outros gastos e perdas	-52 370	-56 657	4 287	-7,6%
<b>Resultados antes de depreciações e gastos financeiros</b>	<b>912 483</b>	<b>810 898</b>	<b>101 585</b>	<b>12,5%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-780 438	-714 865	-65 574	9,2%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>132 045</b>	<b>96 034</b>	<b>36 011</b>	<b>37,5%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	-
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	-
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>132 045</b>	<b>96 034</b>	<b>36 011</b>	<b>37,5%</b>
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	-
<b>Resultados líquido do período</b>	<b>132 045</b>	<b>96 034</b>	<b>36 011</b>	<b>37,5%</b>

### 1.2.1. RENDIMENTOS E GANHOS

Os rendimentos da UAc, por ordem de valor, repartem-se em: “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos”, “Impostos de taxas (propinas e taxas)”, “Outros rendimentos e ganhos” e “Vendas e prestações de serviços”.

Em 2021, as rubricas que representaram 96% (22.200 milhares de euros) do total de rendimentos e ganhos obtidos foram:

- as transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, no valor de 19.673 milhares de euros, que se referem na sua maior parte às transferências do Orçamento do Estado;
- os impostos de taxas, no valor de 2.527 milhares de euros, referente, na sua maior parte, à receita de propinas.

O detalhe destas rubricas será aprofundado na análise orçamental.

### 1.2.2. GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas da Universidade, por ordem de valor, repartem-se em: “Gastos com pessoal”, “Fornecimentos e serviços externos”, “Gastos/reversões de depreciação e amortização”, “Transferências e subsídios concedidos”, “Imparidades”, “Outros gastos e perdas” e “Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”.

Em 2021, as rubricas que representaram 94% (21.659 milhares de euros) do total dos gastos e perdas suportados foram os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos.

Quanto aos gastos com o pessoal, no valor de 19.867 milhares de euros, detalham-se como se segue:

**Quadro 3:** Gastos com o pessoal de 2021 e 2020

<i>(montantes em euros)</i>	2021	2020	Δ 2021 / 20	
			Absoluta	%
<b>Remunerações dos órgãos sociais e de gestão</b>	<b>476 255</b>	<b>473 414</b>	<b>2 841</b>	<b>0,6%</b>
Remunerações certas e permanentes	476 129	471 646	4 484	1,0%
Abonos variáveis ou eventuais	126	1 768	-1 643	-92,9%
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>15 547 350</b>	<b>14 692 984</b>	<b>854 366</b>	<b>5,8%</b>
Remunerações certas e permanentes	15 423 832	14 577 409	846 424	5,8%
Abonos variáveis ou eventuais	123 517	115 575	7 942	6,9%
<b>Indemnizações</b>	<b>56 341</b>	<b>56 608</b>	<b>-267</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>3 730 214</b>	<b>3 516 521</b>	<b>213 693</b>	<b>6,1%</b>
Caixa Geral de Aposentações	3 041 441	3 156 288	-114 847	-3,6%
Segurança Social	688 773	360 233	328 540	91,2%
<b>Acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>6 359</b>	<b>5 446</b>	<b>913</b>	<b>16,8%</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>240</b>	<b>1 529</b>	<b>-1 289</b>	<b>-84,3%</b>
<b>Outros encargos sociais</b>	<b>69 818</b>	<b>73 921</b>	<b>-4 103</b>	<b>-5,6%</b>
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>19 886 577</b>	<b>18 820 423</b>	<b>1 066 154</b>	<b>5,7%</b>

Os gastos com o pessoal registaram um aumento de 5,7%, de 2020 para 2021, representando um aumento nos custos de 1.066 milhares de euros. As remunerações certas e permanentes e os encargos sobre remuneração são responsáveis pela quase totalidade deste aumento.

Segue-se quadro com alguns indicadores relativos aos recursos humanos:

**Quadro 4:** Indicadores de Recursos Humanos de 2021 e 2020

Indicadores (montantes em euros)	2021	2020	Δ 2021 / 20	
			Absoluta	%
Gastos com pessoal / (propinas + Vendas + Transf. correntes)	88,7%	92,0%		
Gasto médio por empregado (em milhares de euros)	44 192,4	42 198,3	1 994	4,7%
Número médio de empregados	450	446		
Número de empregados no final do ano	450	449		

O peso dos gastos com o pessoal no ano de 2021 representou 88,7% das receitas da UAc, sendo menor do que em 2020 devido ao aumento da receita.

O gasto médio por colaborador cresceu 4,7%, face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2021, existiam 450 colaboradores na UAc, mais um que no final do ano de 2020.

Durante o ano de 2021 registaram-se 10 saídas por aposentação (das quais a maior parte referentes a docentes) e 12 admissões com carácter permanente, dos quais 4 técnicos superiores, 3 professores auxiliares, 3 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais. Também se verificaram 17 admissões de investigadores ao abrigo de projetos.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, representaram, em 2021, o montante de 1.772 milhares de euros e foram relativos às seguintes rubricas:

Quadro 5: Fornecimentos e Serviços Externos de 2021 e 2020

(montantes em euros)	2021	2020	Δ 2021 / 20	
			Absoluta	%
<b>Serviços especializados</b>	<b>799 675</b>	<b>577 592</b>	<b>222 083</b>	<b>38,4%</b>
Trabalhos especializados	53 435	55 425	-1 989	-3,6%
Publicidade, comunicação e imagem	7 769	16 654	-8 885	-53,4%
Vigilância e segurança	180 149	175 103	5 046	2,9%
Honorários	324 043	214 240	109 804	51,3%
Conservação e reparação	234 279	116 171	118 109	101,7%
<b>Materiais de consumo</b>	<b>179 239</b>	<b>120 746</b>	<b>58 493</b>	<b>48,4%</b>
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 050	7 997	-1 947	-24,3%
Livros e documentação técnica	-	1 716	-1 716	-100,0%
Material de escritório	20 304	27 706	-7 403	-26,7%
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	19 965	1 780	18 185	1021,7%
Material de educação, cultura e recreio	9 035	2 463	6 572	266,8%
Produtos químicos e de laboratórios	24 560	21 954	2 606	11,9%
Outros materiais	99 325	57 129	42 195	73,9%
<b>Energia e fluídos</b>	<b>316 097</b>	<b>295 913</b>	<b>20 184</b>	<b>6,8%</b>
Eletricidade	257 003	249 072	7 931	3,2%
Combustíveis e lubrificantes	7 103	5 270	1 833	34,8%
Água	51 991	41 398	10 593	25,6%
Outros	-	173	-173	-100,0%
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>33 535</b>	<b>21 439</b>	<b>12 096</b>	<b>56,4%</b>
Deslocações e estadas	32 881	21 009	11 872	56,5%
Transporte de mercadorias e outros bens	654	430	224	52,1%
<b>Serviços diversos</b>	<b>443 612</b>	<b>234 397</b>	<b>209 215</b>	<b>89,3%</b>
Rendas e alugueres	483	-	483	
Comunicação	17 302	16 560	742	4,5%
Seguros	10 435	11 162	-727	-6,5%
Contencioso e notariado	-	-	0	
Limpeza, higiene e conforto	4 068	41 748	-37 680	-90,3%
Outros serviços	411 324	164 927	246 396	149,4%
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>1 772 158</b>	<b>1 250 088</b>	<b>522 070</b>	<b>41,8%</b>

Face ao ano de 2020, os fornecimentos e serviços externos aumentaram 522 mil euros, revelando um crescimento de 41,8%.

Os maiores aumentos registaram-se ao nível dos outros serviços, que aumentaram 246 mil euros e ao nível dos serviços especializados – conservação e reparação e honorários, que teve um crescimento de 222 mil euros.

Os outros serviços referiram-se, em especial, aos pagamentos realizados à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) do custo com a avaliação dos ciclos de estudo no período 2021-2022 e à aquisição ou atualização de ferramentas de natureza informática, como os módulos de gestão de projetos do programa *ERP Primavera Public Sector*, os serviços de desenvolvimento e adaptação do *NONIO* (aplicação *web* para a gestão académica), o aumento do custo do licenciamento *Microsoft* e a atualização do *Edoclink*;

A conservação e reparação refere-se a um conjunto de intervenções inadiáveis de diversa índole, como reparações dos elevadores, avarias de equipamentos e intervenção nas instalações da Escola Superior de Tecnologias.

Os honorários referem-se, em especial, a custos com a lecionação.

### 1.2.3. RESULTADOS

No ano de 2021, os resultados da Universidade dos Açores foram sobretudo influenciados:

- Positivamente, em especial pelo aumento das “Transferências correntes e subsídios exploração obtidos”, que cresceram 1.936 milhares de euros, ou seja, mais 10,9%, cuja evolução melhor se detalha na análise orçamental;
- Negativamente, em especial pelo aumento dos “Gastos com o pessoal” e dos “Fornecimentos e serviços externos”.

Em função dos rendimentos e ganhos obtidos e dos gastos e perdas suportados, os resultados do período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, são os que se apresentam no quadro seguinte:

**Quadro 6:** Resultados de 2021 e 2020

<i>(montantes em euros)</i>	2021	2020	Δ 2021 / 20	
			Absoluta	%
<i>EBITDA (1)</i> ou Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações	1 046 805,65	849 504,69	197 300,96	23,2%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	912 483,43	810 898,30	101 585,13	12,5%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	132 045,06	96 033,66	36 011,40	37,5%
Resultados antes de impostos	132 045,06	96 033,66	36 011,40	37,5%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>132 045,06</b>	<b>96 033,66</b>	<b>36 011,40</b>	<b>37,5%</b>

No ano de 2021 a evolução dos resultados foi positiva, tendo o Resultado líquido do exercício, em base SNC-AP, sido de 132.045,06 euros, revelando um crescimento de 36 mil euros face ao ano de 2020, o que representa um crescimento de 37,5% de 2020 para 2021

## 2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

No ano de 2021, a gestão orçamental da Universidade dos Açores continuou a evidenciar uma exigente afetação dos escassos recursos disponíveis às atividades e projetos desenvolvidos, em função das prioridades definidas, sempre num quadro de contenção e rigor orçamental e de procura de outras fontes de receitas próprias.

As demonstrações orçamentais que se apresentam e que seguidamente se analisam evidenciam, com detalhe, a previsão e execução, durante o ano de 2021, das diversas rubricas do orçamento da Universidade dos Açores.

### 2.1. DESEMPENHO ORÇAMENTAL

A conta de gerência relativa a 31 de dezembro de 2021 apresentou o valor global de 25.141.096,57 euros, conforme o seguinte mapa de fluxos:

**Quadro 7:** Recebimentos e Pagamentos e Saldo de Gerência de 2021

Fluxos de recebimentos		Fluxos de pagamentos	
<i>1. Saldo da gerência anterior</i>		<i>3. Pagamentos na gerência</i>	
De dotações orçamentais (OE)	144 188,61	De dotações orçamentais (OE)	18 013 954,65
Da União Europeia (UE)	917 093,31	Da União Europeia (UE)	430 054,75
De receitas próprias	1 269 063,18	De receitas próprias	3 907 420,10
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	0,00	Fundos alheios (operações tesouraria)	1 509,56
	<b>2 330 345,10</b>		<b>22 352 939,06</b>
<i>2. Recebimentos na gerência</i>		<i>4. Saldo para a gerência seguinte (1+2-3)</i>	
De dotações orçamentais (OE)	17 950 278,41	De dotações orçamentais (OE)	80 512,37
Da União Europeia (UE)	411 344,96	Da União Europeia (UE)	898 383,52
De receitas próprias	4 447 618,54	De receitas próprias	1 809 261,62
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	1 509,56	Fundos alheios (operações tesouraria)	0,00
	<b>22 810 751,47</b>		<b>2 788 157,51</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25 141 096,57</b>	<b>TOTAL</b>	<b>25 141 096,57</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo resultante da execução orçamental foi de 2.788.157,51 euros (2.330.345,10 euros, no final do ano económico de 2020), devendo ser sublinhado que este saldo inclui 2.715.484,23 euros (2.204.251,32 euros, em 2020) de receitas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia ou outras entidades públicas e privadas.

A Universidade dos Açores continua a ser fortemente condicionada pela insuficiência das dotações atribuídas pelo Orçamento do Estado (OE), que são estruturalmente insuficientes para pagamento da totalidade das Despesas com o Pessoal.

Apesar de, em 2021, a Universidade dos Açores ter obtido a compensação de algumas das medidas, continuou a verificar-se o incumprimento do compromisso assumido pela tutela, no montante de 1.200 milhares de euros, tendo o reforço orçamental atribuído no orçamento 2021 sido inferior ao aumento dos encargos com pessoal resultantes da aplicação das medidas de valorização remuneratória estabelecidas legalmente.

O atraso no cumprimento do contrato-programa do PREVPAP por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, já detalhado no capítulo da análise financeira, aliado à ausência de pagamento de propinas de bolsas deste instituto durante o ano de 2021, agravaram a situação.

Neste contexto e apesar da Universidade dos Açores manter um quadro de contenção e rigor orçamental e de procura de outras fontes de receitas próprias, só foi possível afastar um quadro de rutura financeira em 2021 com o diferimento de algumas contratações previstas para a substituição de pessoal entretanto aposentado, assim como de novos docentes necessários para responder a exigências impostas pela A3ES.

Também a realização de importantes investimentos na UAc foi novamente adiada, como a intervenção em infraestruturas degradadas ou a substituição de viaturas utilizadas para o ensino, com idade média superior a 20 anos, extremamente deterioradas e com elevados custos de manutenção e consumos.

O quadro seguinte sintetiza os indicadores gerais do desempenho orçamental do ano findo em 31 de dezembro de 2021.

**Quadro 8:** Principais Indicadores Orçamentais

(montantes em euros)	2021	2020	Δ 2021 / 2020	
			Absoluta	Relativa
Orçamento Inicial	24 505 583	21 861 233	2 644 350	12,1%
Orçamento Corrigido	28 184 633	24 667 740	3 516 893	14,3%
Δ Orç. Corrigido / Inicial	15,0%	12,8%		
Receita Cobrada	25 139 587	23 307 447	1 832 140	7,9%
Despesa Paga	22 351 430	20 977 102	1 374 328	6,6%
<b>Saldo de Gerência</b>	<b>2 788 158</b>	<b>2 330 345</b>	<b>457 813</b>	<b>19,6%</b>
Grau Execução Receita	89,2%	94,5%		-5,6%
Grau Execução Despesa	79,3%	85,0%		-6,7%
Orçamento do Estado (OE) (corrigido)	17 586 875	16 842 530	744 345	4,4%
Peso Financiamento do Estado	62,4%	68,3%		-8,6%

## 2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

As alterações ao orçamento inicialmente aprovado para 2021 resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 2.330.349 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receitas provenientes da Região Autónoma dos Açores, não previstas em orçamento, para investimentos realizados no reequipamento científico dos centros de investigação da UAc, no montante total de 1.023.653 euros;
- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, não prevista em orçamento, para apoio à tripolaridade, no montante de 150.000 euros;
- receitas provenientes da FCT, não previstas em orçamento, para apoio à contratação de doutorados no âmbito do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, no montante total de 172.048 euros;
- outras receitas provenientes da Administração Local não previstas em orçamento, no total de 3.000 euros.

O quadro seguinte apresenta o resumo das alterações orçamentais ocorridas em 2021.

Quadro 9: Alterações Orçamentais em 2021

	FF 311	FF 313	FF 316	FF 319	FF 422	FF 482	FF 488	FF 513	FF 522	FF 541	Total
(montantes em euros)	OE	Saldo Gerência	Saldo Gerência	FCT	UE - Projetos	UE - Erasmus	Saldo Gerência	Receitas Próprias	Saldo Gerência	Transf. AP	
<b>Orçamento Inicial</b>	17 586 875	0	0	537 705	124 758	973 811	0	4 748 789	0	533 645	24 505 583
<b>Integração do Saldo de Gerência de 2020</b>											
Despesas com Pessoal		8	2				90 905		267 161		358 076
Aquisição de Bens e Serviços			140 797				239 530		819 185		1 199 512
Transferências Correntes							586 659		111 989		698 648
Aquisição de Bens de Capital			3 383						70 730		74 113
<b>Investigadores da FCT</b>											
Despesas com Pessoal				172 048							172 048
<b>Projetos não previstos em orçamento</b>											
Aquisição de Bens de Capital										996 799	996 799
Aquisição de Bens e Serviços										23 000	23 000
Transferências Correntes										6 854	6 854
<b>Verba GRA aumento tripolaridade</b>											
Aquisição de Bens de Capital										100 000	100 000
Aquisição de Bens e Serviços										50 000	50 000
<b>Total de alterações orçamentais</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>144 182</b>	<b>172 048</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>917 094</b>	<b>0</b>	<b>1 269 065</b>	<b>1 176 653</b>	<b>3 679 050</b>
<b>Orçamento Corrigido</b>	<b>17 586 875</b>	<b>8</b>	<b>144 182</b>	<b>709 753</b>	<b>124 758</b>	<b>973 811</b>	<b>917 094</b>	<b>4 748 789</b>	<b>1 269 065</b>	<b>1 710 298</b>	<b>28 184 633</b>

<sup>(1)</sup> As diferenças para os saldos indicados no Quadro 1 devem-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais.

Em consequência das alterações orçamentais acima referidas, o orçamento corrigido da receita ascendeu a 28.184.633 euros, mais 15% do que o orçamento inicial aprovado, conforme se discrimina no quadro seguinte.

**Quadro 10:** Orçamento da Receita: Inicial versus Corrigido

Classificação Económica (montantes em euros)	2021		Δ Orç. Corrigido / Inicial	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	2 441 428	2 441 428	0	0,0%
5 Rendimentos de propriedades	4 385	4 385	0	0,0%
6 Transferências correntes	19 342 618	20 513 167	1 170 549	6,1%
7 Vendas de bens e serviços correntes	236 465	236 465	0	0,0%
8 Outras receitas correntes	1 996 926	1 996 926	0	0,0%
<b>Total das receitas correntes</b>	<b>24 021 822</b>	<b>25 192 371</b>	<b>1 170 549</b>	<b>4,9%</b>
10 Transferências de capital	480 376	652 424	172 048	35,8%
15 Reposições não abatidas	3 385	9 489	6 104	180,3%
16 Saldo da gerência anterior	0	2 330 349	2 330 349	-
<b>Total das receitas de capital</b>	<b>483 761</b>	<b>2 992 262</b>	<b>2 508 501</b>	<b>518,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24 505 583</b>	<b>28 184 633</b>	<b>3 679 050</b>	<b>15,0%</b>

As “Transferências de capital” correspondem ao financiamento da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a contratação de investigadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016, bem como para o desenvolvimento de projetos de investigação, classificado nesta rubrica por determinação da DGO (Direção Geral do Orçamento).

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da receita de 2021 teve um aumento de 14,3%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

**Quadro 11:** Orçamento da Receita: Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

Classificação Económica (montantes em euros)	2021	2020	Δ Orç. Corrigido 2021 / 20	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	2 441 428	2 749 062	-307 634	-11,2%
5 Rendimentos de propriedades	4 385	4 385	0	0,0%
6 Transferências correntes	20 513 167	19 345 852	1 167 315	6,0%
7 Vendas de bens e serviços correntes	236 465	268 551	-32 086	-11,9%
8 Outras receitas correntes	1 996 926	602 012	1 394 914	231,7%
<b>Total das receitas correntes</b>	<b>25 192 371</b>	<b>22 969 862</b>	<b>2 222 509</b>	<b>9,7%</b>
10 Transferências de capital	652 424	336 171	316 253	94,1%
15 Reposições não abatidas	9 489	12 666	-3 177	-25,1%
16 Saldo da gerência anterior	2 330 349	1 349 041	981 308	72,7%
<b>Total das receitas de capital</b>	<b>2 992 262</b>	<b>1 697 878</b>	<b>1 294 384</b>	<b>76,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28 184 633</b>	<b>24 667 740</b>	<b>3 516 893</b>	<b>14,3%</b>

Por sua vez, a variação positiva de 15% do orçamento corrigido da despesa global, face ao orçamento inicial aprovado, ocorreu, em termos absolutos, essencialmente nas despesas correntes (+2.218.048 euros), em especial nas aquisições de bens e serviços, em grande parte destinadas à dinamização de atividades e projetos conducentes ao aumento da competitividade do tecido empresarial dos Açores, sendo também muito expressiva a variação registada ao nível da aquisição de bens de capital, com destaque para os investimentos realizados no

reequipamento científico dos centros de investigação da Universidade, com apoios do Programa PRO-SCIENTIA.

**Quadro 12:** Orçamento da Despesa: Inicial versus Corrigido

Classificação Económica (montantes em euros)	2021		Δ Orç. Corrigido / Inicial	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	21 456 437	21 737 983	281 546	1,3%
2 Aquisição de bens e serviços	2 441 833	3 667 094	1 225 261	50,2%
3 Juros e outros encargos	0	0	0	-
4 Transferências correntes	501 969	1 161 632	659 663	131,4%
6 Outras despesas correntes	40 262	91 840	51 578	128,1%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>24 440 501</b>	<b>26 658 549</b>	<b>2 218 048</b>	<b>9,1%</b>
7 Aquisição de bens de capital	65 082	1 526 084	1 461 002	2244,9%
9 Ativos Financeiros	0	0	0	-
10 Passivos financeiros	0	0	0	-
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>65 082</b>	<b>1 526 084</b>	<b>1 461 002</b>	<b>2244,9%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24 505 583</b>	<b>28 184 633</b>	<b>3 679 050</b>	<b>15,0%</b>

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da despesa de 2021 teve um aumento de 14,3%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

**Quadro 13:** Orçamento da Despesa: Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

Classificação Económica (montantes em euros)	2021	2020	Δ Orç. Corrigido 2021 / 20	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	21 737 983	20 153 500	1 584 483	7,9%
2 Aquisição de bens e serviços	3 667 094	2 764 336	902 758	32,7%
4 Transferências correntes	1 161 632	1 020 971	140 661	13,8%
6 Outras despesas correntes	91 840	97 405	-5 565	-5,7%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>26 658 549</b>	<b>24 036 212</b>	<b>2 622 337</b>	<b>10,9%</b>
7 Aquisição de bens de capital	1 526 084	631 528	894 556	141,6%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>1 526 084</b>	<b>631 528</b>	<b>894 556</b>	<b>141,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28 184 633</b>	<b>24 667 740</b>	<b>3 516 893</b>	<b>14,3%</b>

## 2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

### 2.3.1. GRAU DE EXECUÇÃO DA RECEITA

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da receita, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma, avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Quadro 14: Grau de Execução Orçamental da Receita

Classificação Económica (montantes em euros)	2021			2020			Δ Rec. Cobrada 2021 / 20	
	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	2 441 428	2 426 327	99,4%	2 749 062	2 269 870	82,6%	156 457	6,9%
5 Rendimentos de propriedades	4 385	4 385	100,0%	4 385	4 385	100,0%	0	0,0%
6 Transferências correntes	20 513 167	19 766 327	96,4%	19 345 852	19 092 889	98,7%	673 438	3,5%
MCTES	17 586 875	17 586 875	100,0%	16 842 530	16 842 530	100,0%	744 345	4,4%
Serviços e Fundos Autónomos	57 329	0	0,0%	233 000	33 000	14,2%	-33 000	-100,0%
Administração Regional	1 701 598	1 701 597	100,0%	1 631 675	1 631 675	100,0%	69 922	4,3%
Administração Local	8 700	8 700	100,0%	19 200	10 700	55,7%	-2 000	-18,7%
EU/Instituições	1 092 465	405 242	37,1%	511 243	499 398	97,7%	-94 156	-18,9%
Outros	66 200	63 913	96,5%	108 204	75 587	69,9%	-11 673	-15,4%
7 Vendas de bens e serviços correntes	236 465	206 682	87,4%	268 551	253 469	94,4%	-46 787	-18,5%
8 Outras receitas correntes	1 996 926	33 341	1,7%	602 012	8 263	1,4%	25 078	303,5%
<b>Total das receitas correntes</b>	<b>25 192 371</b>	<b>22 437 061</b>	<b>89,1%</b>	<b>22 969 862</b>	<b>21 628 876</b>	<b>94,2%</b>	<b>808 185</b>	<b>3,7%</b>
10 Transferências de capital	652 424	363 403	55,7%	336 171	316 867	94,3%	46 537	14,7%
15 Reposições não abatidas	9 489	8 777	92,5%	12 666	12 666	100,0%	-3 888	-30,7%
16 Saldo da gerência anterior	2 330 349	2 330 345	100,0%	1 349 041	1 349 039	100,0%	981 306	72,7%
<b>Total das receitas de capital</b>	<b>2 992 262</b>	<b>2 702 526</b>	<b>90,3%</b>	<b>1 697 878</b>	<b>1 678 571</b>	<b>98,9%</b>	<b>1 023 955</b>	<b>61,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28 184 633</b>	<b>25 139 587</b>	<b>89,2%</b>	<b>24 667 740</b>	<b>23 307 447</b>	<b>94,5%</b>	<b>1 832 140</b>	<b>7,9%</b>

Em 31 de dezembro de 2021, a receita cobrada do orçamento da Universidade dos Açores totalizou 25.139.587 euros, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 89,2% (94,5% em 2020).

A redução do grau de execução da receita cobrada em 2021 é justificada:

- pela rubrica de “Outras receitas correntes”, que teve uma execução de apenas 33 milhares de euros, quando se encontrava prevista uma receita de 1.997 milhares de euros, relativa maioritariamente a:
  - 1.200 milhares de euros do MCTES, conforme compromisso pela tutela, que não foi novamente cumprido;
  - 436 milhares de euros de medidas de apoio relacionadas com a pandemia por COVID-19 que se estimava receber do Governo da República, que não se concretizaram;
  - 174 milhares de euros da Fundação para a Ciência e Tecnologia relativos ao contrato programa de integração de investigadores PREVPAP, cujo cumprimento se encontra em atraso;

- pela rubrica de “Transferências correntes”, que previa a execução de 1.092 milhares de euros de projetos com origem na EU/Instituições, e que apenas se concretizou em 405 milhares de euros;
- pela rubrica de “Transferências de capital”, cuja execução quedou-se em 363 milhares de euros, contra os 652 milhares de euros previstos, face à verba prevista receber da FCT para aplicação em projetos de investigação (328 milhares de euros) ter sido concretizada apenas em 39 milhares de euros;

Face ao ano anterior, a receita cobrada apresenta uma variação positiva de 7,9% (7%, em 2020), justificada principalmente:

- pelo aumento das transferências correntes, nomeadamente de:
  - transferências do OE, que, conforme se referiu anteriormente, ainda foram insuficientes para o aumento de despesas com o pessoal decorrentes das progressões das valorizações remuneratórias determinadas legalmente;
  - transferências do Governo Regional dos Açores, que, em 2021, aumentou o apoio à tripolaridade da UAc para 500.000 euros (350.000 euros em anos anteriores), estimando-se que exista um crescimento de idêntica ordem em 2022, em virtude do apoio atribuído revelar-se ainda insuficiente para financiar os sobrecustos de funcionamento da estrutura tripolar da UAc, conforme tem sido reafirmado publicamente pelos órgãos desta instituição.
- pelo aumento das receitas próprias de propinas, registada na rubrica “Taxas, multas e outras penalidades”, ao nível das propinas do 2.º e 3.º ciclo e outras propinas. Ao nível das receitas com propinas de 1.º ciclo e mestrado integrado, as mesmas registaram uma redução de 2020 para 2021;
- pelo aumento das “Transferências de capital” da FCT para a contratação de investigadores doutorados no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2016, que se estimou em 152 milhares de euros em 2021, referentes a 4 investigadores, mas cuja execução foi de 324 milhares de euros, referentes a 7 investigadores integrados (mais 3 do que o previsto aquando da elaboração do orçamento de 2021);

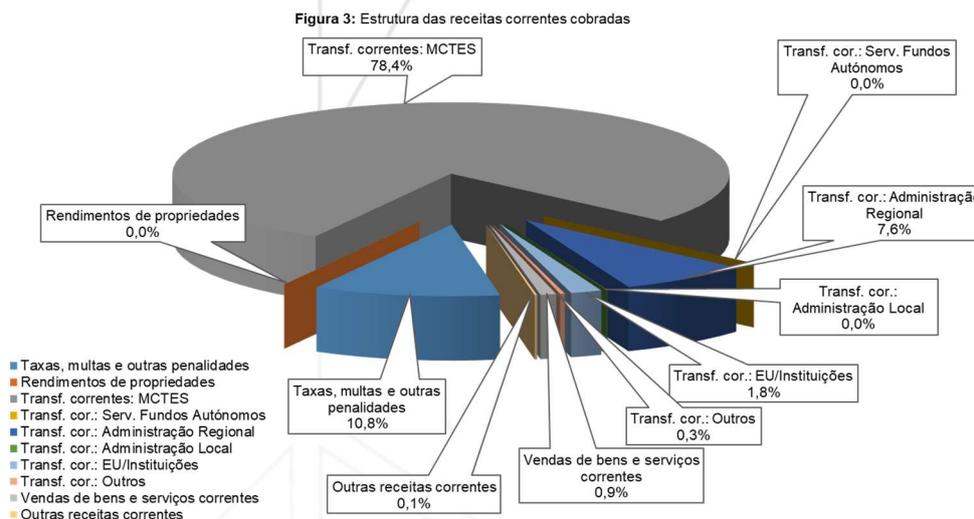
A execução das receitas correntes e de capital e respetivo peso no orçamento corrigido apresenta-se na figura seguinte:

Figura 2: Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida (euros)



### Receitas Correntes:

Cerca de 89,0% das receitas cobradas em 2021 são correntes, pelo que importa discriminar por grandes rubricas, conforme se apresenta na figura seguinte:



A principal fonte de financiamento da Universidade dos Açores é o Orçamento do Estado (OE), que se esgota nas despesas com o pessoal, não sendo sequer suficiente para a totalidade destes encargos. O financiamento direto do OE ascendeu, em 2021, a 17.586.875 euros, o que representa 78,4% das receitas correntes e 70% (72,3% em 2020) do total da receita cobrada pela UAc.

Face ao ano anterior, as transferências do OE aumentaram 4,4% sendo:

- 2% relativos ao reforço previsto no contrato para a legislatura;

- 376 milhares de euros relativos à compensação da redução do valor das propinas imposta legalmente; e
- 182 milhares de euros relativos ao cumprimento do contrato programa para integração de investigadores PREVPAP, na parcela prevista suportar pelo OE.

Apesar da redução do valor das propinas determinada pela Lei do Orçamento do Estado para 2020 e que se manteve em 2021, a receita cobrada de propinas (“Taxas, multas e outras penalidades”) continua a representar a segunda fonte de financiamento, com 10,8% das receitas correntes e 9,7% (idêntica percentagem em 2020) da receita total cobrada pela Universidade dos Açores. No ponto seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada da estrutura e evolução recente desta rubrica.

A receita atribuída pela Região Autónoma dos Açores representou 7,6% das receitas correntes de 2021 e 6,8% (7,0% em 2020) do total da receita da Universidade dos Açores.

A receita proveniente das vendas de bens e serviços correntes, em 2021, representou 0,9% (1,1% em 2020) da receita corrente cobrada, tendo atingido o montante de 206.682 euros, traduzindo uma redução de 18,5% face ao ano precedente. Inclui-se nesta rubrica a cobrança da afetação dos recursos humanos da Universidade dos Açores com funções no IMAR e no CIVISA.

As outras receitas correntes, em 2021, representaram 0,1% (0,04% em 2020) da receita cobrada, tendo atingido o montante de 33.341 euros, traduzindo um aumento de 303,5%, face ao ano de 2020, onde a assume relevância a imputação de custos relacionados com utilização de licenças e manutenção de software a entidades do grupo UAc.

#### **Receitas de Capital:**

Em 2021, as receitas de capital atingiram 10,8% (7,2% em 2020) do total da receita cobrada pela Universidade dos Açores, com uma variação absoluta de 1.023.955 euros relativamente ao ano precedente, justificada sobretudo pelo aumento do saldo da gerência do ano anterior, correspondente, na sua quase totalidade, a verbas consignadas a projetos, por isso não disponíveis para investimento.

### 2.3.2. Propinas

A receita de propinas e outras taxas é a principal fonte de receitas próprias da Universidade dos Açores. Em 2021, a evolução desta receita foi positiva em 6,9% face ao ano anterior, conforme detalhe que se apresenta no quadro seguinte:

**Quadro 15:** Comparativo de taxas, multas e outras penalidades 2021-2020

<i>(montantes em euros)</i>	2021	2020	△ 2021-2020	
			Absoluta	Relativa
<b>Taxas</b>	<b>2 418 803</b>	<b>2 263 345</b>	<b>155 458</b>	<b>6,9%</b>
<b>Propinas</b>	<b>2 205 485</b>	<b>2 082 407</b>	<b>123 078</b>	<b>5,9%</b>
1º Ciclo	1 310 950	1 337 272	-26 322	-2,0%
2º Ciclo	580 707	458 045	122 663	26,8%
3º Ciclo	120 231	97 679	22 552	23,1%
Mestrado integrado	137 982	153 405	-15 423	-10,1%
Propinas - Outras	55 615	36 007	19 608	54,5%
Taxas diversas	213 318	180 938	32 380	17,9%
<b>Multas e outras penalidades</b>	<b>7 524</b>	<b>6 525</b>	<b>999</b>	<b>15,3%</b>
Juros de mora	7 524	6 525	999	15,3%
<b>TOTAL</b>	<b>2 426 327</b>	<b>2 269 870</b>	<b>156 457</b>	<b>6,9%</b>

Como já referido anteriormente, a variação positiva das propinas de 2020 para 2021, no valor absoluto de 155.458 euros, deveu-se, na sua maioria, à receita relativa às propinas do 2.º ciclo de estudos.

A principal rubrica do agrupamento de “Taxas, multas e outras penalidades” é a receita de propinas, cuja estrutura detalhada, para o ano de 2021, se apresenta no quadro seguinte com a repartição por unidades orgânicas, ciclo de estudos e anos letivos de 2021-2022, 2020-2021 e anteriores.

Quadro 16: Total de propinas cobradas no ano de 2021 por unidade orgânica

Unidade Orgânica	Propinas 2021 (montantes em euros)									Total	% Total
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Mest Int	Pós-Grad	CET	CTeSP	Outros			
<b>ESS</b>	<b>258 680</b>									<b>258 680</b>	<b>11,7%</b>
Anteriores	2 505									2 505	
20.21	176 865									176 865	
21.22	79 310									79 310	
<b>EST</b>							<b>9 708</b>			<b>9 708</b>	<b>0,4%</b>
Anteriores							330			330	
20.21							7 171			7 171	
21.22							2 207			2 207	
<b>FCAA</b>	<b>59 201</b>	<b>54 310</b>	<b>17 571</b>	<b>29 814</b>					<b>2 445</b>	<b>163 342</b>	<b>7,4%</b>
Anteriores	2 898	2 973	210	749						6 831	
20.21	37 690	31 746	16 445	16 728					685	103 294	
21.22	18 613	19 591	917	12 337					1 760	53 218	
<b>FCSH</b>	<b>554 138</b>	<b>172 509</b>	<b>28 090</b>		<b>6 539</b>					<b>8 369</b>	<b>34,9%</b>
Anteriores	8 767	9 383	3 954		39					22 144	
20.21	377 293	100 589	16 164		5 500				2 434	501 980	
21.22	168 079	62 536	7 971		1 000				5 935	245 521	
<b>FCT</b>	<b>181 089</b>	<b>96 364</b>	<b>25 647</b>	<b>111 677</b>	<b>2 300</b>	<b>102</b>			<b>13 110</b>	<b>430 290</b>	<b>19,5%</b>
Anteriores	4 720	996			528		102		125	6 472	
20.21	115 358	64 986	19 310	66 848					4 905	271 407	
21.22	61 011	30 382	6 338	44 300	2 300				8 080	152 411	
<b>FEF</b>	<b>258 462</b>	<b>257 523</b>	<b>49 349</b>						<b>7 495</b>	<b>572 830</b>	<b>26,0%</b>
Anteriores	5 993	9 251	4 336							19 580	
20.21	179 216	164 270	30 393						2 830	376 710	
21.22	73 253	84 002	14 620						4 665	176 540	
<b>IVAR</b>									<b>1 425</b>	<b>1 425</b>	<b>0,1%</b>
20.21									1 050	1 050	
21.22									375	375	
<b>TOTAL <sup>(1)</sup></b>	<b>1 311 571</b>	<b>580 707</b>	<b>120 657</b>	<b>141 491</b>	<b>8 839</b>	<b>102</b>	<b>9 708</b>	<b>32 844</b>	<b>2 205 920</b>	<b>2 205 920</b>	<b>100,0%</b>
<b>% Total</b>	<b>59,5%</b>	<b>26,3%</b>	<b>5,5%</b>	<b>6,4%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>1,5%</b>	<b>100,0%</b>		

<sup>(1)</sup> A diferença entre os totais do presente quadro e a rubrica de propinas do quadro anterior deve-se a diferenças de classificação, que não são relevantes para a análise.

Em termos de peso relativo por unidade orgânica (U.O.), verifica-se umas alterações pouco significativas face ao ano anterior.

Por ciclo de estudos, verifica-se que o montante mais elevado de propinas corresponde ao 1.º ciclo de estudos, com 59,5% do total, tendo, contudo, registado uma diminuição de 3,7% face ao ano de 2020.

Relativamente a propinas de anos letivos anteriores em dívida, apresenta-se no quadro seguinte a situação agregada dessas dívidas e os montantes recuperados através da Autoridade Tributária, desde 2015. Como se pode verificar pelas taxas médias de recuperação, este procedimento tem produzido resultados muito satisfatórios, com uma taxa média de recuperação que atinge 82,3% até ao ano letivo de 2018/2019.

Quadro 17: Dívidas de propinas em cobrança na Autoridade Tributária (AT)

Ano letivo (montantes em euros)	Dívida inicial	Recebido desde 2015	Dívida 31/12/2020	% recuperação acumulada 31/12/2020	% recuperação acumulada 31/12/2019
2006 / 2007	38 859,51	34 024,00	4 835,51	87,6%	87,6%
2007 / 2008	53 132,83	48 645,37	4 487,46	91,6%	91,6%
2008 / 2009	78 201,00	64 525,87	13 675,13	82,5%	82,5%
2009 / 2010	81 436,62	72 786,63	8 649,99	89,4%	89,4%
2010 / 2011	108 734,20	91 584,21	17 149,99	84,2%	84,2%
2011 / 2012	98 861,42	74 684,44	24 176,98	75,5%	75,5%
2012 / 2013	91 789,17	76 894,40	14 894,77	83,8%	83,8%
2013 / 2014	59 992,50	53 342,86	6 649,64	88,9%	88,9%
2014 / 2015	46 663,71	35 076,93	11 586,78	75,2%	75,2%
2015 / 2016	42 897,81	39 982,85	2 914,96	93,2%	93,2%
2016 / 2017	30 226,83	24 092,83	6 134,00	79,7%	79,7%
2017 / 2018	59 101,04	46 545,21	12 555,83	78,8%	78,8%
2018 / 2019	44 803,29	24 780,75	20 022,54	55,3%	55,3%
<b>Total AT</b>	<b>834 700</b>	<b>686 966</b>	<b>147 734</b>	<b>82,3%</b>	<b>81,8%</b>

Os processos de execução fiscal de propinas relativos ao ano letivo de 2019/2020 foram submetidos junto da AT no final do ano de 2021, motivo pelo qual não existem valores recebidos por essa via referentes a esse ano letivo.

## 2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

### 2.4.1. GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da despesa, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma, avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Quadro 18: Grau de Execução Orçamental da Despesa

Classificação Económica (montantes em euros)	2021			2020			Δ Desp. Paga 2021 / 20	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	21 737 983	19 769 938	90,9%	20 153 500	18 901 771	93,8%	868 167	4,6%
Remunerações certas e permanentes	16 443 683	15 836 104	96,3%	15 310 962	15 144 250	98,9%	691 855	4,6%
Abonos variáveis	190 394	179 984	94,5%	178 978	173 952	97,2%	6 033	3,5%
Encargos sobre remunerações	5 103 906	3 753 849	73,5%	4 663 560	3 583 570	76,8%	170 279	4,8%
2 Aquisição de bens e serviços	3 667 094	1 639 437	44,7%	2 764 336	1 235 939	44,7%	403 498	32,6%
Aquisição de bens	805 648	211 034	26,2%	447 329	201 516	45,0%	9 519	4,7%
Aquisição de serviços	2 861 446	1 428 403	49,9%	2 317 007	1 034 423	44,6%	393 980	38,1%
3 Juros e outros encargos	0	0	-	0	0	-	0	-
4 Transferências correntes	1 161 632	318 088	27,4%	1 020 971	260 514	25,5%	57 573	22,1%
6 Outras despesas correntes	91 840	90 135	98,1%	97 405	95 532	98,1%	-5 397	-5,6%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>26 658 549</b>	<b>21 817 598</b>	<b>81,8%</b>	<b>24 036 212</b>	<b>20 493 756</b>	<b>85,3%</b>	<b>1 323 842</b>	<b>6,5%</b>
7 Aquisição de bens de capital	1 526 084	533 831	35,0%	631 528	483 346	76,5%	50 485	10,4%
9 Ativos Financeiros	0	0	-	0	0	-	0	-
10 Passivos financeiros	0	0	-	0	0	-	0	-
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>1 526 084</b>	<b>533 831</b>	<b>35,0%</b>	<b>631 528</b>	<b>483 346</b>	<b>76,5%</b>	<b>50 485</b>	<b>10,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28 184 633</b>	<b>22 351 430</b>	<b>79,3%</b>	<b>24 667 740</b>	<b>20 977 102</b>	<b>85,0%</b>	<b>1 374 327</b>	<b>6,6%</b>

Em 2021, a despesa total executada, no orçamento da Universidade dos Açores, foi de 22.351.430 euros, 6,6% superior à despesa total executada no ano anterior, principalmente justificado pelo aumento das “Despesas com o Pessoal”.

Face à despesa orçamentada corrigida, que totalizava 28.184.633 euros, o grau de execução foi de 79,3% (85%, em 2020). Esta redução do grau de execução do orçamento total é justificada pelo aumento de verbas não executadas de projetos, mas que continuam consignadas à execução dos mesmos.

A execução das despesas correntes e de capital e respetivo peso no orçamento corrigido apresenta-se na figura seguinte:

Figura 4: Despesa executada vs despesa orçamentada corrigida (em euros)

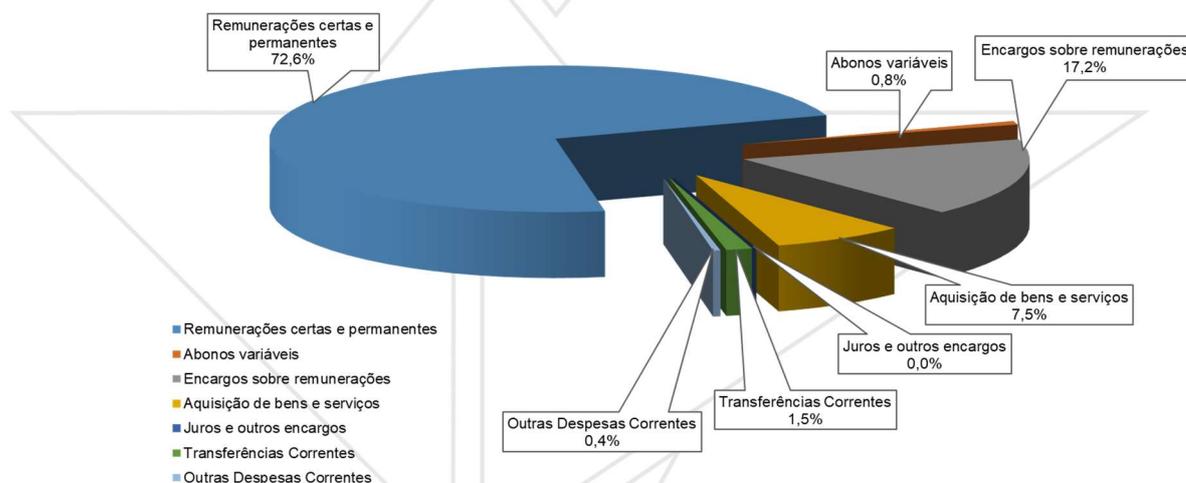


De referir que, em meados do ano de 2021, foram recebidas verbas destinadas a investimentos nos centros de investigação da UAc, que se encontravam em curso no final de 2021, transitando para execução em 2022, o que explica a baixa execução das despesas de capital em 2021. Para além deste facto, acresce que o início de 2021 ainda foi afetado, a nível de investimentos, pela pandemia por COVID-19, assistindo-se a uma gradual recuperação à medida que decorria o ano de 2021.

#### **Despesas Correntes:**

Cerca de 97,6% da despesa executada em 2021 corresponde a despesas correntes, pelo que importa discriminar a sua composição e evolução por grandes rubricas, conforme figura seguinte:

Figura 5: Estrutura da despesa corrente executada



As “Despesas com pessoal”, em 2021, ascenderam a 19.770 milhares de euros e representam 90,6% (92,2% em 2020) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2020, registou-se um acréscimo de 868 milhares de euros, o que representa um aumento de 4,6%, consequência, sobretudo, dos efeitos das valorizações remuneratórias previstas legalmente, da integração de investigadores ao abrigo do PREVPAP, despesas relacionadas com novas contratações para substituição de algumas aposentações, bem como de contratações ao abrigo de projetos.

As “Remunerações certas e permanentes”, em 2021, representaram 72,6% (73,9% em 2020) da despesa corrente paga, tendo atingido o montante de 15.836 milhares de euros, indicando um aumento de 4,6% face ao ano anterior.

Os “Abonos variáveis” mantiveram, em 2021, o peso relativo de 0,8% no total da despesa corrente paga, perfazendo o montante global de 180 milhares de euros, com um aumento muito ligeiro na ordem dos 6 mil euros face ao ano anterior.

Os “Encargos sobre remunerações”, em 2021, representaram 17,2% (17,5% em 2020) da despesa corrente paga, no montante global de 3.754 milhares de euros, traduzindo um aumento de 4,8% face ao ano precedente.

A “Aquisição de bens e serviços”, em 2021, ascendeu a 1.639 milhares de euros e representou 7,5% (6,0% em 2020) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2020, verificou-se um aumento de 403 milhares de euros (mais 32,6%), que se detalha no ponto específico desta rubrica.

As “Transferências correntes”, em 2021, representaram cerca de 1,5% (1,3% em 2020) da despesa corrente paga, no montante global de 318 milhares de euros, traduzindo um aumento de 22,1% face ao ano precedente. Esta rubrica inclui principalmente o pagamento de bolsas de mobilidade, cujos programas foram retomados em 2021.

As “Outras despesas correntes”, em 2021, ascenderam a 90 milhares de euros e representaram 0,4% (0,5% em 2020) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2020, regista-se uma redução de cerca de 5,6%, correspondendo a menos cerca de 5 milhares de euros face ao ano anterior

#### **Despesas de Capital:**

As despesas de capital, em 2021, representavam cerca de 5,4% (2,6% em 2020) do orçamento corrigido.

A execução da despesa na aquisição de bens de capital teve um aumento de 50 milhares de euros face ao ano anterior, revelando uma variação de 10,4%.

Dada a falta de meios financeiros disponíveis, as despesas de capital realizadas na aquisição de bens continuam a ser manifestamente insuficientes para as necessidades de investimento da UAc e continuam a representar uma fatia diminuta da despesa total realizada, sendo de 2,4% da despesa total, em 2021 (2,3% em 2020). A impossibilidade de se aceder a fundos europeus, designadamente, no que se refere a medidas relacionadas com a modernização administrativa e a transformação digital, continuou a acentuar esta realidade.

No ano de 2019 foi paga a última prestação do empréstimo concedido em 2012 pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças, à Universidade dos Açores, pelo que não existiu execução de serviço de dívida em 2020 e 2021, eliminando-se do mapa da execução da despesa as classificações económicas relativas a despesas de capital com passivos financeiros e despesas correntes com juros e outros encargos, por terem valor zero.

## 2.4.2. DESPESAS COM PESSOAL

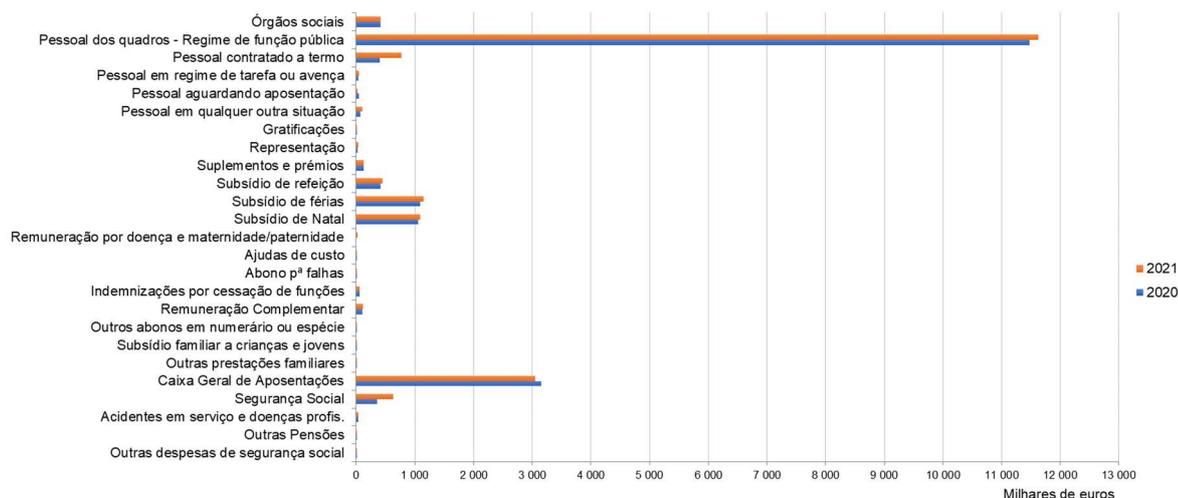
A rubrica das “Despesas com pessoal”, dado o seu peso na estrutura da despesa total da Universidade dos Açores, é considerada a mais crítica para a execução orçamental. O peso desta rubrica, apesar de um crescimento no valor absoluto, diminuiu para 88,5% da despesa total em 2021, que compara com 90,1% em 2020.

O quadro e figura seguintes apresentam em detalhe a composição das despesas com pessoal em 2021 e a sua comparação com o ano precedente.

Quadro 19 - Desagregação das Despesas com Pessoal

Classificação Económica (montantes em euros)	2021				2020		Δ Desp. Paga 2021 / 20	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orç.	% total	Despesa Paga	% total	Absoluta	Relativa
<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>16 443 683</b>	<b>15 836 104</b>	<b>96,3%</b>	<b>80,1%</b>	<b>15 144 250</b>	<b>80,1%</b>	<b>691 855</b>	<b>4,6%</b>
Órgãos sociais	410 257	410 256	100,0%		410 291		-35	0,0%
Pessoal dos quadros - Regime de função pública	12 090 048	11 623 773	96,1%		11 474 358		149 415	1,3%
Pessoal contratado a termo	821 471	764 026	93,0%		400 973		363 052	90,5%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	78 110	45 909	58,8%		34 910		10 999	
Pessoal aguardando aposentação	26 724	26 724	100,0%		49 530		-22 807	-46,0%
Pessoal em qualquer outra situação	146 670	106 131	72,4%		68 452		37 679	55,0%
Gratificações	1 400	1 400	100,0%		1 400		0	0,0%
Representação	32 750	32 750	100,0%		28 974		3 776	13,0%
Suplementos e prémios	124 828	124 827	100,0%		122 865		1 962	1,6%
Subsídio de refeição	448 372	444 492	99,1%		418 525		25 968	6,2%
Subsídio de férias	1 146 643	1 143 026	99,7%		1 084 221		58 805	5,4%
Subsídio de Natal	1 094 323	1 090 705	99,7%		1 049 752		40 954	3,9%
Remuneração por doença e maternidade/paternidade	22 087	22 086	100,0%					
<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>190 394</b>	<b>179 984</b>	<b>94,5%</b>	<b>0,9%</b>	<b>173 952</b>	<b>0,9%</b>	<b>6 033</b>	<b>3,5%</b>
Ajudas de custo	10 909	2 275	20,9%		4 487		-2 212	-49,3%
Abono p <sup>o</sup> falhas	3 371	3 371	100,0%		3 621		-250	-6,9%
Indemnizações por cessação de funções	56 342	56 341	100,0%		56 608		-267	-0,5%
Remuneração Complementar	117 538	115 764	98,5%		104 480		11 284	10,8%
Outros abonos em numerário ou espécie	2 234	2 233	100,0%		4 756		-2 522	-53,0%
<b>Segurança social</b>	<b>5 103 906</b>	<b>3 753 849</b>	<b>73,5%</b>	<b>19,0%</b>	<b>3 583 570</b>	<b>19,0%</b>	<b>170 279</b>	<b>4,8%</b>
Subsídio familiar a crianças e jovens	9 144	9 144	100,0%		12 393		-3 249	-26,2%
Outras prestações familiares	1 317	1 316	100,0%		2 633		-1 316	
<b>Contribuições p<sup>o</sup> a segurança social</b>	<b>5 038 351</b>	<b>3 688 497</b>	<b>73,2%</b>		<b>3 515 271</b>		<b>173 227</b>	<b>4,9%</b>
Caixa Geral de Aposentações	4 365 052	3 052 885	69,9%		3 156 075		-103 190	-3,3%
Segurança Social	673 299	635 613	94,4%		359 196		276 416	77,0%
Acidentes em serviço e doenças profis.	30 089	29 887	99,3%		30 130		-243	-0,8%
Outras Pensões	14 457	14 457	100,0%		14 457		0	0,0%
Outras despesas de segurança social	10 548	10 548	100,0%		8 687		1 861	21,4%
<b>TOTAIS</b>	<b>21 737 983</b>	<b>19 769 938</b>	<b>90,9%</b>	<b>100,0%</b>	<b>18 901 771</b>	<b>100,0%</b>	<b>868 167</b>	<b>4,6%</b>

Figura 6: Despesas com Pessoal



O aumento verificado na principal rubrica de despesas com o pessoal refere-se, maioritariamente, à integração de investigadores no âmbito do PREVPAP e às valorizações remuneratórias ocorridas no ano de 2021, respeitando a legislação em vigor.

No que concerne ao pessoal contratado a termo, deve-se maioritariamente aos 10 investigadores contratados através do projeto MAR AZ.

### 2.4.3. DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A rubrica de “Aquisição de bens e serviços”, que representa 7,3% da despesa total da Universidade dos Açores (5,9% em 2020), corresponde ao segundo maior grupo de despesa corrente e engloba toda a tipologia de despesa afeta ao funcionamento da instituição. O aumento destas despesas de 2020 para 2021 coloca o nível das aquisições de bens e serviços no patamar de 2019, em pré-pandemia, com uma tendência crescente.

O quadro seguinte apresenta em detalhe a composição das despesas desta rubrica em 2021 e a comparação com o ano precedente.

Quadro 20 - Desagregação das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

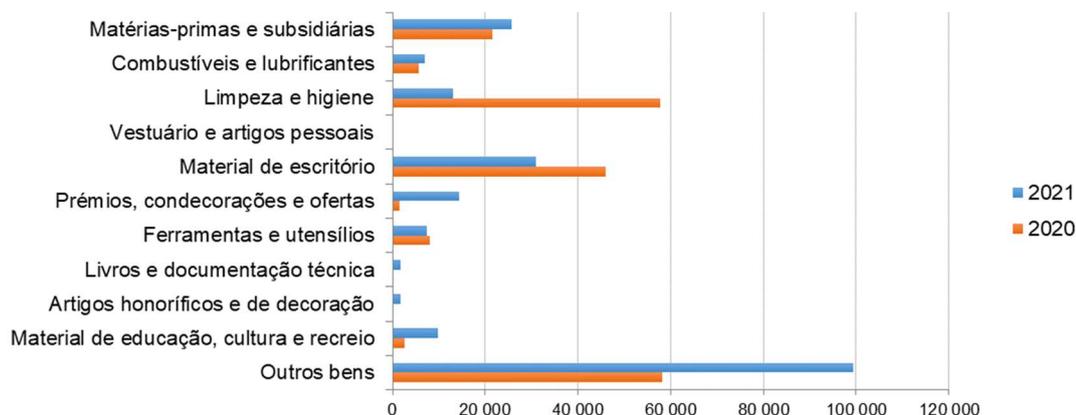
Classificação Económica (montantes em euros)	2021				2020		Δ Desp. Paga 2021 / 20	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orç.	% total	Despesa Paga	% total	Absoluta	Relativa
<b>Aquisição de bens</b>	<b>805 648</b>	<b>211 034</b>	<b>26,2%</b>	<b>12,9%</b>	<b>201 516</b>	<b>16,3%</b>	<b>9 519</b>	<b>4,7%</b>
Matérias-primas e subsidiárias	266 295	25 597	9,6%	1,6%	21 504	1,7%	4 093	19,0%
Combustíveis e lubrificantes	9 080	6 974	76,8%	0,4%	5 566	0,5%	1 407	25,3%
Limpeza e higiene	154 301	13 094	8,5%	0,8%	57 682	4,7%	-44 588	-77,3%
Vestuário e artigos pessoais	1 537	240	15,6%	0,0%	212	0,0%	28	13,0%
Material de escritório	48 121	30 918	64,3%	1,9%	46 041	3,7%	-15 123	-32,8%
Prémios, condecorações e ofertas	39 513	14 354	36,3%	0,9%	1 603	0,1%	12 751	795,5%
Ferramentas e utensílios	8 509	7 432	87,3%	0,5%	7 997	0,6%	-565	-7,1%
Livros e documentação técnica	2 076	1 716	82,7%	0,1%	0	0,0%	1 716	-
Artigos honoríficos e de decoração	1 705	1 705	100,0%	0,1%	177	0,0%	1 528	863,1%
Material de educação, cultura e recreio	10 051	9 743	96,9%	0,6%	2 650	0,2%	7 093	267,6%
Outros bens	264 460	99 262	37,5%	6,1%	58 082	4,7%	41 179	70,9%
<b>Aquisição de serviços</b>	<b>2 861 446</b>	<b>1 428 403</b>	<b>49,9%</b>	<b>87,1%</b>	<b>1 034 423</b>	<b>83,7%</b>	<b>393 980</b>	<b>38,1%</b>
Encargos das instalações	521 751	283 575	54,4%	17,3%	291 388	23,6%	-7 813	-2,7%
Limpeza e higiene	1 531	1 531	100,0%	0,1%	0	-	1 531	-
Conservação de bens	156 936	127 381	81,2%	7,8%	43 968	3,6%	83 412	189,7%
Comunicações	31 185	16 935	54,3%	1,0%	16 903	1,4%	32	0,2%
Transportes	1 857	1 137	61,2%	0,1%	430	0,0%	707	164,5%
Seguros	16 643	16 114	96,8%	1,0%	17 679	1,4%	-1 566	-8,9%
Deslocações e estadas	203 483	33 060	16,2%	2,0%	20 830	1,7%	12 230	58,7%
Estudos, pareceres, projetos e consult.	12 761	7 168	56,2%	0,4%	6 004	0,5%	1 164	19,4%
Formação	6 585	5 434	82,5%	0,3%	1 995	0,2%	3 439	172,4%
Publicidade	60 703	7 769	12,8%	0,5%	16 898	1,4%	-9 129	-54,0%
Vigilância e segurança	180 299	180 149	99,9%	11,0%	175 103	14,2%	5 046	2,9%
Assistência técnica	107 645	96 156	89,3%	5,9%	64 600	5,2%	31 557	48,8%
Outros trabalhos especializados	915 788	267 060	29,2%	16,3%	215 092	17,4%	51 969	24,2%
Outros serviços de saúde	2 928	217	7,4%	0,0%	569	0,0%	-352	-61,9%
Outros serviços	641 351	384 718	60,0%	23,5%	162 965	13,2%	221 753	136,1%
<b>TOTAIS</b>	<b>3 667 094</b>	<b>1 639 437</b>	<b>44,7%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 235 939</b>	<b>100,0%</b>	<b>403 498</b>	<b>32,6%</b>

A “Aquisição de bens” registou, em 2021, um aumento de 10 mil euros, mais 4,7% do que no ano anterior, sendo de registar:

- o aumento de 41 mil euros na aquisição de outros bens, referentes a materiais de construção e pinturas na ordem dos 18 mil euros, materiais de laboratórios (exceto reagentes) na ordem dos 15 mil euros e bens relacionados com COVID-19 – testes, EPI’s, entre outros, na ordem dos 10 mil euros;
- a redução de 45 mil euros com a aquisição de produtos de limpeza e higiene, pois em 2020 houve necessidade de reforçar a aquisição destes produtos por força da pandemia, reduzindo a necessidade de aquisição em 2021, por existência de stock.

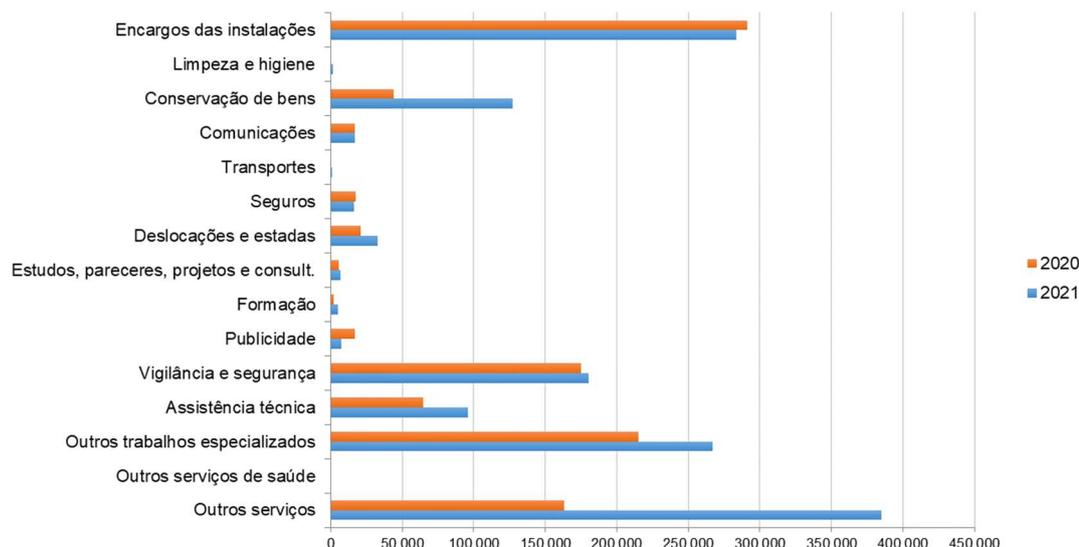
A figura seguinte ilustra a estrutura das despesas com aquisições de bens, em 2021, e a sua comparação com o ano precedente.

Figura 7: Aquisição de Bens (em euros)



Relativamente à “Aquisição de serviços”, a figura seguinte ilustra a estrutura das despesas com aquisições com aquisições de serviços, em 2021, e a sua comparação com o ano precedente.

Figura 8: Aquisição de Serviços (em euros)



No ano de 2021 registou-se um aumento de 394 milhares de euros, mais 38,1% face ao ano precedente, justificada principalmente:

- pelo aumento dos “Outros serviços”, em 222 milhares de euros, dos quais:
  - 123 milhares de euros referem-se aos pagamentos realizados à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) do custo com a avaliação dos ciclos de estudo no período 2021-2022;
  - 72 milhares de euros são relativos à aquisição ou atualização de ferramentas de natureza informática, como os módulos de gestão de

projetos do programa *ERP Primavera Public Sector*, os serviços de desenvolvimento e adaptação do *NONIO* (aplicação *web* para a gestão académica), o aumento do custo do licenciamento *Microsoft* e a atualização do *Edoclink*;

- pelo aumento das despesas com “Conservação de bens” na ordem dos 83 milhares de euros, onde se destacam os gastos de 22 milhares de euros com a reparação de elevadores e reparações e beneficiações de diversa índole;
- pelo crescimento dos “Outros trabalhos especializados, na ordem dos 52 milhares de euros, essencialmente relativos a despesas com lecionação; e
- pelo aumento das despesas com “Assistência técnica”, na ordem dos 32 milhares de euros, justificada pelos custos incorridos com a atualização do programa *ERP Primavera Public Sector* para a versão 10 e instalação dos módulos de gestão de projetos.

### 3. IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão, conforme o disposto na Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) – Contabilidade de Gestão, constante do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre os gastos e, sempre que se justifique, sobre os rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

De acordo com a mesma norma, o exercício económico da contabilidade de gestão é, por regra, coincidente com o ano civil. No entanto, a informação interna em outros momentos, e para efeitos de tomada de decisão, pode ser mais útil referindo-se a períodos diferentes ou mais curtos, como, por exemplo, no caso do ensino pode ser útil para a gestão obter informação dos custos por ano letivo. De facto, as atividades das instituições de ensino superior são, normalmente, mais relacionáveis com o ciclo letivo do que propriamente com o ano económico e civil.

Encontra-se já definida na UAc uma estrutura de centros de custos assente nas suas atividades e no seu organograma, de forma a permitir gerar informação relativa aos respetivos gastos, rendimentos e resultados, com a duração não coincidente com o exercício económico.

Os sistemas de informação da UAc já se encontram preparados para produzir informação acerca da repartição das despesas com o pessoal (cerca de 87% dos gastos totais) de acordo com a estrutura de centros de custos definida.

No ano de 2022, será efetuada a parametrização destes sistemas no sentido de obter informação relativa aos restantes gastos, bem como aos rendimentos e, por conseguinte, resultados das atividades, de forma a ser possível divulgar a informação exigida pela NCP 27 no próximo fecho de contas.

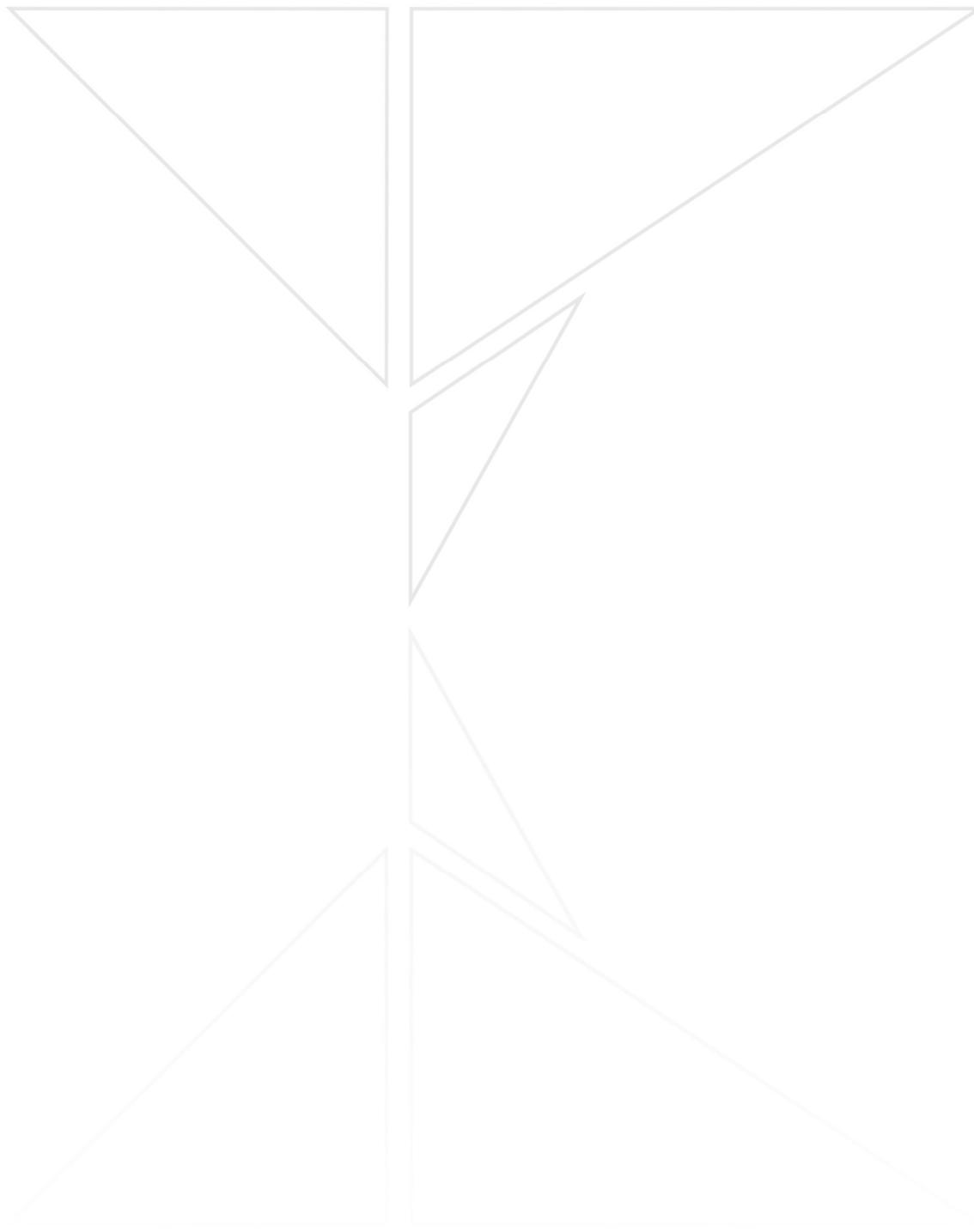
#### 4. NOTA FINAL

Conforme decorre da análise apresentada no presente relatório, em 2021 a Universidade dos Açores manteve as suas contas equilibradas, o que só foi possível por via do diferimento, para o ano de 2022, quer de contratações relativas a necessidades em termos de pessoal, em particular de pessoal docente, quer de projetos de investimento. Como já havia acontecido no ano anterior, não foi possível satisfazer (a) todas as contratações de pessoal docente exigidas pela A3ES, (b) o número suficiente de concursos para promoção na carreira do pessoal docente, imposto pelo determinado no Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior e nos estatutos das carreiras docente universitária e politécnica, (c) a renovação do quadro técnico em áreas críticas para o funcionamento da instituição e (d) importantes e urgentes intervenções de recuperação e beneficiação de edifícios e infraestruturas, entre outros. Deste modo, foi novamente prejudicado o desenvolvimento das competências e dos recursos pedagógicos e científicos, necessários para a manutenção e melhoria da oferta letiva e da investigação em todos os polos da Universidade dos Açores, e adiada a capacitação da instituição para responder cabalmente às exigências crescentes que se colocam ao ensino superior.

O Conselho de Gestão reitera a necessidade de o Governo da República incluir as universidades insulares no conjunto das instituições de ensino superior beneficiárias do Quadro Financeiro Plurianual da Europa, para o período de 2021-2027. Mais, toma boa nota de que as universidades dos Açores e da Madeira estão a proceder à revisão do estudo que quantifica os sobrecustos da insularidade e ultraperiferia, cuja primeira versão datada de 2019 calculou num mínimo de 5 milhões de euros o reforço orçamental anual necessário para fazer face a tais especificidades. O acesso aos fundos comunitários e a inclusão de um fator de majoração na fórmula de financiamento, que reproduza o fator de coesão territorial previsto na Lei das Finanças Regionais são, sem dúvida, a única forma de corrigir uma injustiça que retira à Universidade dos Açores a possibilidade de se desenvolver ao mesmo ritmo das suas congéneres do Continente.

Uma palavra final de agradecimento à comunidade académica, aos órgãos e estruturas de governo, ao Fiscal Único e a todas as entidades públicas e privadas que colaboram com a Universidade dos Açores, pelo apoio e empenho demonstrados, e sem os quais não teria sido possível fazer mais um ano de história desta Instituição.

Um ano em que se demonstrou definitivamente a capacidade da Universidade dos Açores e da sua comunidade académica para responderem a situações adversas e imprevisíveis, e se reiterou, uma vez mais, o importante papel que a Academia desempenha na Região.



## 5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS CONTAS E DA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

É convicção do Conselho de Gestão que o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais da Universidade dos Açores, elaborados de acordo com o SNC-AP, com as Instruções do Tribunal de Contas e com as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Universidade dos Açores, no período de 2021.

Face ao exposto, tendo em conta que, no período findo em 31 de dezembro de 2021, foi apurado um Resultado Líquido do Período positivo no montante de 132.045,06 euros, o Conselho de Gestão propõe que a totalidade deste resultado seja aplicado e mantido na rubrica Resultados Transitados.

Março de 2022

O Conselho de Gestão



<b>BALANÇO</b>			
Entidade: UAc - Universidade dos Açores Balço em 31 de dezembro de 2021		NIPC: 512 017 050 Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	44 871 195,96	43 649 729,28
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	3 763,25	4 009,25
Participações financeiras	18	843 051,15	843 051,15
Outros ativos financeiros			
		45 718 010,36	44 496 789,68
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	103 174,13	112 292,63
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios	18		915,67
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 729 073,59	1 602 026,94
Estado e outros entes públicos			
Outras contas a receber	18,23	359 697,33	
Diferimentos	23	33 812,98	42 236,92
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1,18	2 788 157,51	2 330 345,10
		5 013 915,54	4 087 817,26
<b>Total do ativo</b>		50 731 925,90	48 584 606,94
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património / Capital		6 901 376,80	6 901 376,80
Outros instrumento de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-7 637 197,91	-7 733 231,57
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		42 967 406,51	41 737 847,55
Resultado líquido do período		132 045,06	96 033,66
Interesses que não controlam			
<b>Total património líquido</b>		42 363 630,46	41 002 026,44
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	1 424 014,29	1 481 537,17
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Outras contas a pagar			
		1 424 014,29	1 481 537,17
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios concedidos			
Fornecedores	18	75 001,30	13 305,48
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	4 807,70	1 925,00
Financiamentos obtidos	18		
Fornecedores de investimentos	18	23 130,59	5 146,59
Outras contas a pagar	18,23	2 791 318,05	2 544 802,38
Diferimentos	23	4 050 023,51	3 535 863,88
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		6 944 281,15	6 101 043,33
<b>Total do passivo</b>		8 368 295,44	7 582 580,50
<b>Total património líquido e passivo</b>		50 731 925,90	48 584 606,94

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

## 6.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

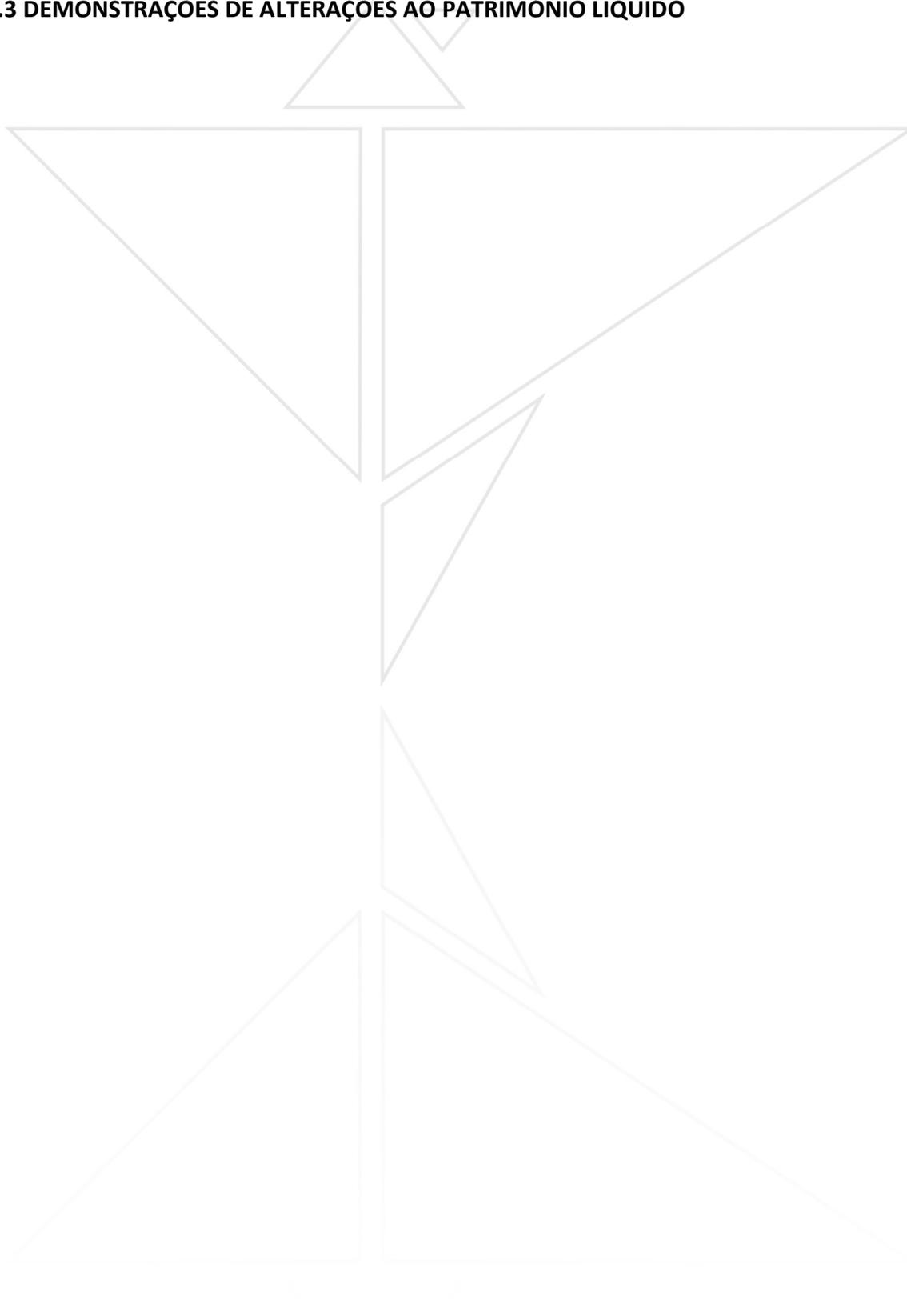
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
Entidade: UAc - Universidade dos Açores		NIPC: 512 017 050	
Demonstração de resultados por natureza do período findo em 31 de dezembro de 2021		Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Impostos de taxas	14	2 527 149,00	2 500 201,84
Vendas	13	1 121,69	2 786,09
Prestações de serviços	13	223 062,77	217 676,67
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	19 673 224,30	17 737 264,38
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-32 587,84	-27 821,78
Fornecimentos e serviços externos	23	-1 772 158,24	-1 250 087,83
Gastos com pessoal	23	-19 886 576,57	-18 820 422,59
Transferências e subsídios concedidos	23	-318 087,53	-260 514,04
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-147 599,51	-11 978,15
Provisões (aumentos/reduções)	15	13 277,29	-26 628,24
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	18		
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	684 028,36	807 078,87
Outros gastos e perdas	23	-52 370,29	-56 656,92
<b>Resultados antes de depreciações e gastos financeiros</b>		<b>912 483,43</b>	<b>810 898,30</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-780 438,37	-714 864,64
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>132 045,06</b>	<b>96 033,66</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	18		
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>132 045,06</b>	<b>96 033,66</b>
Imposto sobre o rendimento			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>132 045,06</b>	<b>96 033,66</b>

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

### 6.3 DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: UAc - Universidade dos Açores  
Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2021

NIPC: 512 017 050  
Euros

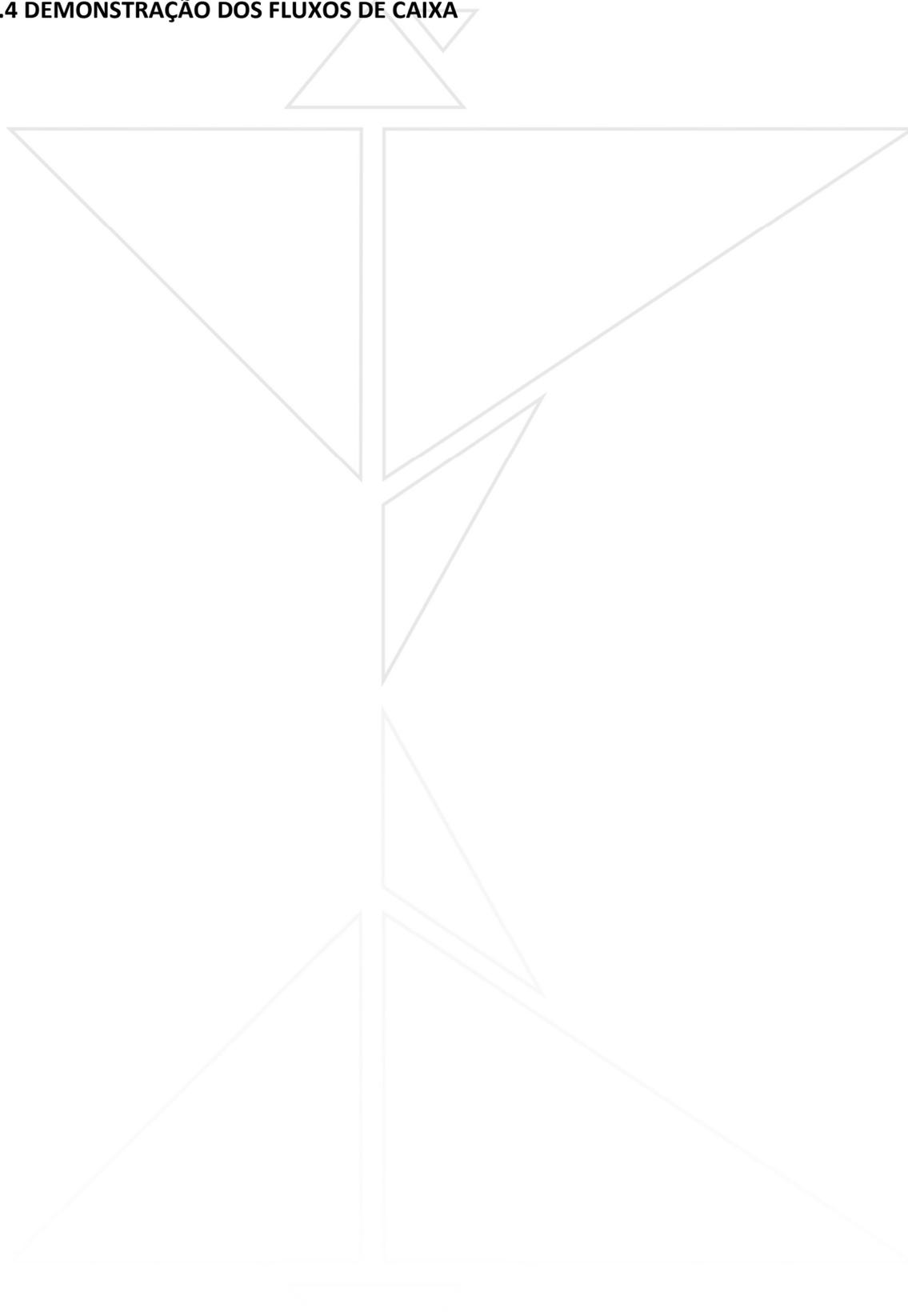
DESCRIÇÃO	NOTAS	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido		
		Capital / Património realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	(1)	6 901 376,80					-7 733 231,57				41 737 847,55	96 033,66	41 002 026,44		41 002 026,44
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Outras alterações reconhecidas no património líquido							96 033,66				1 229 558,96	-96 033,66	1 229 558,96		1 229 558,96
	(2)						96 033,66				1 229 558,96	-96 033,66	1 229 558,96		1 229 558,96
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	(3)											132 045,06	132 045,06		132 045,06
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	(4)=(2)+(3)											36 011,40	1 361 604,02		1 361 604,02
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações	(5)														
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	6 901 376,80					-7 637 197,91				42 967 406,51	132 045,06	42 363 630,46		42 363 630,46

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

## 6.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



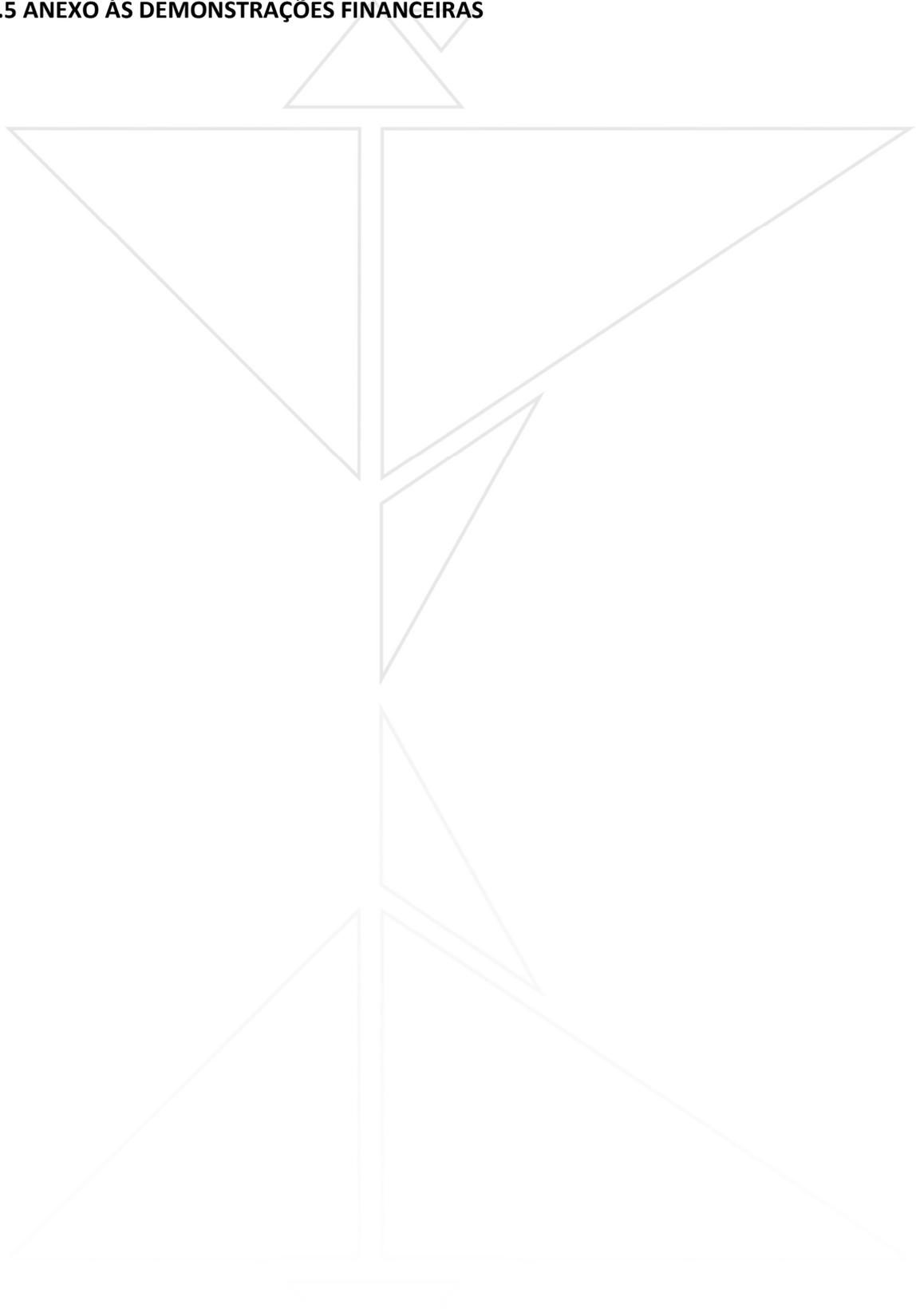
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
Entidade: UAc - Universidade dos Açores		NIPC: 512 017 050	
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021		Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		136 937,57	199 119,46
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes		2 418 566,59	2 296 122,48
Pagamentos a fornecedores		-1 671 082,62	-1 264 775,77
Pagamentos ao pessoal		-19 771 752,16	-18 905 561,35
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		-18 887 330,62	-17 675 095,18
Outros recebimentos/pagamentos		19 873 729,06	19 131 624,18
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		986 398,44	1 456 529,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-534 970,33	-479 281,46
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		6 384,30	250 658,88
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades investimento (b)</b>		-528 586,03	-228 622,58
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades financiamento (c)</b>			
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		457 812,41	1 227 906,42
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		2 330 345,10	1 102 438,68
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		2 788 157,51	2 330 345,10
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		2 330 345,10	2 330 345,10
- Equivalentes a caixa no início do período		2 330 345,10	1 102 438,68
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		2 330 345,10	1 102 438,68
De execução orçamental		2 330 345,10	1 102 438,68
De operações de tesouraria			
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		2 788 157,51	2 330 345,10
- Equivalentes a caixa no fim do período		2 788 157,51	2 330 345,10
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2 788 157,51	2 330 345,10
De execução orçamental		2 788 157,51	2 330 345,10
De operações de tesouraria			

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

## 6.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

### 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

#### 1.1 - Identificação da entidade

- a) Designação da entidade: UAc - Universidade dos Açores;  
Contribuinte: 512017050;
- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada;
- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento;  
118050200 – Plano;
- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Universidade dos Açores (Entidade) foi fundada em 09 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de coordenação da Entidade:

- Subsistema universitário:
  - Conselho Científico;
  - Conselho Pedagógico.
- Subsistema politécnico:
  - Conselho Técnico-Científico;
  - Conselho Pedagógico.

Constitui órgão de consulta do Reitor o Conselho de Estratégia e Avaliação.

Em 31 de Dezembro de 2021, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitor (Presidente): João Luís Roque Baptista Gaspar;
- Vice-Reitora (Vogal): Maria da Graça Câmara Batista;
- Administradora (Vogal): Cíntia Ricardo Reis Machado.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras não são consolidadas em outra entidade.

## **1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

### **Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC-AP, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 28 de março de 2022, e serão submetidas à aprovação pelo Conselho Geral.

### **Derrogação das disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais, que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### **Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

### **Consistência de apresentação**

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

### **Compensação de saldos e transações**

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

## Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2021 incluem 2.715.484,23 euros relativos a receitas consignadas (2.204.251,32 euros a 31 de dezembro de 2020), cujo uso está condicionado aos fins específicos a que respeitam.

## Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	Euros	
	2021	2020
Caixa		
Depósitos à ordem	2 788 157,51	2 330 345,10
Depósitos à ordem no Tesouro	2 715 879,98	2 300 981,49
Depósitos bancários à ordem	72 277,53	29 363,61
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>2 788 157,51</b>	<b>2 330 345,10</b>

**Nos termos do n.º 5 do Artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJES), as aplicações financeiras da Entidade devem ser realizadas no Tesouro, salvo para um valor que não exceda 25% do seu montante total, limite cumprido ao longo dos exercícios de 2021 e 2020.**

## NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

### 2.1 - Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua

liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

## 2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Conforme política contabilística adotada pela Entidade a partir de 1 de janeiro de 2018, e tendo em consideração a necessidade de aplicar procedimentos mais eficientes de contabilização e registo de bens móveis adquiridos, bem como do princípio da materialidade previsto no parágrafo 7.1 da Estrutura Conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, para a conta "437 Outros ativos fixos tangíveis" e "62 Fornecimentos e serviços externos":

- os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, que tenham um valor individual inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos em gastos do exercício;

- os bens móveis de vida útil igual ou superior a um ano, que tenham um valor individual inferior a 1.000,00 euros e sem taxa definida no “Classificador Complementar 2”, podem ser depreciados integralmente no próprio exercício, mediante análise casuística e autorização do órgão de gestão.

## **b) Imparidades de ativos**

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

## **c) Locações**

A Entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços, tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciáveis e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

**d) Participações financeiras**

As participações financeiras em entidades subsidiárias, em que a Entidade exerce o controlo, e em associadas, em que a Entidade tem influência significativa, são mensuradas pelo método do custo, uma vez que a Entidade apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

**e) Inventários**

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

**f) Instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de

exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

**(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber**

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

**(ii) Caixa e equivalentes de caixa**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

**(iii) Património realizado**

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.

**(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar**

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

**(v) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

**g) Imparidade de ativos financeiros**

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

#### **h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **i) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

#### **j) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

#### **k) Rendimentos de transações**

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações, com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou

potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade, quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

#### **I) Benefícios dos empregados**

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a Entidade tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

#### **m) Especialização de gastos e rendimentos**

A Entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

O rendimento de propinas é reconhecido na proporção dos serviços prestados ao longo do correspondente período letivo. A entidade reconhece o direito a receber de propinas no momento da inscrição dos alunos e periodiza o rendimento mensalmente numa base proporcional à duração do ano letivo, sendo 4/12 (setembro a dezembro) reconhecido como rendimento do período (ano da inscrição no ano letivo) e, os restantes 8/12, são diferidos (rendimento diferido) e reconhecidos como rendimento no ano seguinte, em consonância com o regime de acréscimo.

#### **n) Imposto sobre o rendimento**

A Entidade está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento.

#### **o) Acontecimentos após a data de relato**

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data

não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

### 2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2019, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

### 2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como já mencionado, os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível do Orçamento do Estado, tendo em conta os atuais constrangimentos existentes.

### 2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e / ou períodos futuros

#### **Alterações às normas**

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

#### **Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

### 2.6 - Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As

alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de exigência que estão associados e regulamentados; (ii) os riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber, maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) as contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pela Entidade; e com (iv) as responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

## 2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

## 2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2020 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

## NOTA 3 - Ativos intangíveis

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era assim resumida:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

ATIVOS INTANGÍVEIS	Início do período				Fim do período				Euros
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	
Programas de computador e sistemas de informação	1 573 059,26	1 569 050,01		4 009,25	1 573 059,26	1 569 296,01		3 763,25	
<b>Total</b>	1 573 059,26	1 569 050,01		4 009,25	1 573 059,26	1 569 296,01	0,00	3 763,25	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS INTANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Programas de computador e sistemas de informação	4 009,25						-246,00			3 763,25
<b>Total</b>	<b>4 009,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-246,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 763,25</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram adições, nem diminuições, nem revalorizações de ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

## NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 resume-se como segue:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram as seguintes variações:

ATIVOS TANGÍVEIS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	8 279 833,55			8 279 833,55	8 650 983,55			8 650 983,55
Edifícios e outras construções	35 130 010,79	2 077 009,48		33 053 001,31	36 277 172,67	2 669 757,07		33 607 415,60
Equipamento básico	17 226 063,38	15 310 962,57		1 915 100,81	17 563 970,81	15 444 677,49		2 119 293,32
Equipamento de transporte	547 810,92	547 748,55		62,37	547 810,92	547 748,55		62,37
Equipamento administrativo	9 441 056,88	9 182 383,91		258 672,97	9 579 515,25	9 255 847,92		323 667,33
Outros	2 346 573,27	2 203 515,00		143 058,27	2 391 994,63	2 228 220,24		163 774,39
Ativos fixos tangíveis em curso				0,00	5 999,40			5 999,40
<b>Total</b>	<b>72 971 348,79</b>	<b>29 321 619,51</b>	<b>0,00</b>	<b>43 649 729,28</b>	<b>75 017 447,23</b>	<b>30 146 251,27</b>	<b>0,00</b>	<b>44 871 195,96</b>

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	8 279 833,55	371 150,00								8 650 983,55
Edifícios e outras construções	33 053 001,31	1 089 020,19					-534 605,90			33 607 415,60
Equipamento básico	1 915 100,81	348 073,14					-143 880,63			2 119 293,32
Equipamento de transporte	62,37									62,37
Equipamento administrativo	258 672,97	141 970,27					-76 975,91			323 667,33
Outros	143 058,27	45 446,05					-24 729,93			163 774,39
Ativos fixos tangíveis em curso		5 999,40								5 999,40
<b>Total</b>	<b>43 649 729,28</b>	<b>2 001 659,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-780 192,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44 871 195,96</b>

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis - Desagregação das Adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>											
Terrenos e recursos naturais		10 007,92								371 150,00	371 150,00
Edifícios e outras construções		348 073,14								1 079 012,27	1 089 020,19
Equipamento básico		348 073,14									348 073,14
Equipamento administrativo		141 970,27									141 970,27
Outros		45 446,05									45 446,05
Ativos fixos tangíveis em curso		5 999,40									5 999,40
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>551 496,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 001 659,05</b>

O montante reconhecido como adições refere-se exclusivamente à aquisição de ativos fixos tangíveis e estão registados pelo preço de fatura.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram diminuições, nem revalorizações de ativos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

## NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Euros
			Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	103 175,08		103 175,08
<b>Total</b>	<b>103 175,08</b>	<b>0,00</b>	<b>103 175,08</b>

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções nos inventários	Outros aumentos de inventários	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(9)	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	112 292,63	23 473,85	32 587,84				18,48	13,97	103 174,13
<b>Total</b>	<b>112 292,63</b>	<b>23 473,85</b>	<b>32 587,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18,48</b>	<b>13,97</b>	<b>103 174,13</b>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos resultados de 2021, foi de 32.587,84 euros (27.821,78 euros, em 2020).

## NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 têm a seguinte decomposição:

Tipo de rendimento	2021		2020	
Venda de bens	1 121,69	1 121,69	2 786,09	2 786,09
Prestações de Serviços				
Aluguer de equipamentos	3 455,00		8 764,66	
Arrendamento	4 384,56		4 384,56	
Ações de formação	21 062,48		26 990,00	
Parque de estacionamento	43 515,98		18 795,28	
Protocolos e acordos	61 288,14		83 905,61	
Outros serviços	89 356,61	223 062,77	74 836,56	217 676,67
Outros rendimentos e ganhos				
Alienações			196 740,21	
Reposições não abatidas aos pagamentos	8 777,37		12 665,86	
Imputação de subsídios e transferências	657 792,32		581 462,60	
Juros de mora obtidos	7 418,99		6 525,02	
Outros	10 039,68	684 028,36	9 685,18	807 078,87
<b>Total rendimentos de transações com contraprestação</b>		<b>908 212,82</b>		<b>1 027 541,63</b>

## NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Taxas	2 522 337,75		1 799 063,88	1 728 622,11	
Multas e outra penalidades	4 811,25				
Transferências sem condição	19 367 404,08				
Transferências com condição	305 820,22				
<b>Total</b>	<b>22 200 373,30</b>	<b>0,00</b>	<b>1 799 063,88</b>	<b>1 728 622,11</b>	<b>0,00</b>

## NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2021	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2021
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	167 450,97				0,00		31 305,85		31 305,85	136 145,12
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	531 195,20	18 028,56			18 028,56	44 245,59			44 245,59	504 978,17
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
<b>Total</b>	<b>1 481 537,17</b>	<b>18 028,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 028,56</b>	<b>44 245,59</b>	<b>31 305,85</b>	<b>0,00</b>	<b>75 551,44</b>	<b>1 424 014,29</b>

Rubricas	Quantia escriturada no início de 2020	Aumentos				Utilizações				Quantia escriturada no final de 2020
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	147 392,43	20 058,54			20 058,54				0,00	167 450,97
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	568 871,41	6 569,40			6 569,40	44 245,60		0,01	44 245,61	531 195,20
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
<b>Total</b>	<b>1 499 154,84</b>	<b>26 627,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26 627,94</b>	<b>44 245,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>	<b>44 245,61</b>	<b>1 481 537,17</b>

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pela Entidade, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1,0% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;
- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 01/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.

O efeito nos resultados das provisões foi de um rendimento de 11.949,92 euros. No período anterior esse efeito produziu um gasto de 26.627,94 euros.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos em 31 de dezembro de 2021 é de 331.230,11 euros (290.058,93 euros, em 31 de dezembro de 2020).

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2021 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Em março de 2022, foi interposta ação administrativa contra a decisão final de arquivamento do procedimento de revisão oficiosa relativo às referidas declarações. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho deste processo, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a este processo é de 313.840,69 euros.

### **NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 28 de março de 2022 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

### **NOTA 18 - Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Instrumentos Financeiros	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa						
Depósitos bancários	2 788 157,51		2 788 157,51	2 330 345,10		2 330 345,10
<b>Subtotal</b>	<b>2 788 157,51</b>		<b>2 788 157,51</b>	<b>2 330 345,10</b>		<b>2 330 345,10</b>
<b>Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado</b>						
Participações financeiras - Custo						
Investimentos em entidades controladas	748 696,85		748 696,85	748 696,85		748 696,85
Investimentos noutras entidades	114 354,30	20 000,00	94 354,30	114 354,30	20 000,00	94 354,30
Devedores por transferências e subsídios				915,67		915,67
Clientes, contribuintes e utentes	1 729 073,59	402 119,36	1 326 954,23	1 602 026,94	254 519,85	1 347 507,09
Outras contas a receber	384 697,33	25 000,00	359 697,33	25 000,00	25 000,00	
<b>Subtotal</b>	<b>2 976 822,07</b>	<b>447 119,36</b>	<b>2 529 702,71</b>	<b>2 490 993,76</b>	<b>299 519,85</b>	<b>2 191 473,91</b>
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>5 764 979,58</b>	<b>447 119,36</b>	<b>5 317 860,22</b>	<b>4 821 338,86</b>	<b>299 519,85</b>	<b>4 521 819,01</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	75 001,30		75 001,30	13 305,48		13 305,48
Estado e outros entes públicos	4 807,70		4 807,70	1 925,00		1 925,00
Fornecedores de investimentos	23 130,59		23 130,59	5 146,59		5 146,59
Outras contas a pagar	2 791 318,05		2 791 318,05	2 544 802,38		2 544 802,38
<b>Subtotal</b>	<b>2 894 257,64</b>		<b>2 894 257,64</b>	<b>2 565 179,45</b>		<b>2 565 179,45</b>
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>2 894 257,64</b>		<b>2 894 257,64</b>	<b>2 565 179,45</b>		<b>2 565 179,45</b>

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2021/2022, no montante de 1.728.622,11 euros (1.525.154,52 euros, em 2020). Os proveitos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.622.019,11 euros em 31 de dezembro de 2021 (1.458.710,84 euros, em 2020), são reconhecidos em Diferimentos.

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes inclui os seguintes montantes de crédito em cobrança duvidosa, cujo movimento no período foi:

Clientes cobrança duvidosa	Euros			
	31.12.2020	Aumento	Redução	31.12.2021
Clientes	55 968,23		5 952,25	50 015,98
Utentes	273 909,36	78 194,02		352 103,38
<b>Total</b>	<b>329 877,59</b>	<b>78 194,02</b>	<b>5 952,25</b>	<b>402 119,36</b>

No ponto “2.3.2 – Propinas”, do Relatório e Contas, é apresentada uma análise detalhada sobre a evolução das propinas em dívida de anos letivos anteriores.

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas, por prudência, em montante igual ao dos utentes com cobrança duvidosa.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte nos períodos apresentados:

Euros				
Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2021	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2021
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
<b>Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado</b>				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades	20 000,00			20 000,00
Cientes, contribuintes e utentes				
Cientes	55 968,23			55 968,23
Utentes	198 551,62	153 551,76		352 103,38
Outras contas a receber	384 697,33			384 697,33
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>659 217,18</b>	<b>153 551,76</b>		<b>812 768,94</b>

Euros				
Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2020	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2020
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
<b>Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado</b>				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades	20 000,00			20 000,00
Cientes, contribuintes e utentes				
Cientes	66 028,36	3 189,92	13 250,05	55 968,23
Utentes	176 513,34	30 900,27	8 861,99	198 551,62
Outras contas a receber	25 000,00			25 000,00
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>287 541,70</b>	<b>34 090,19</b>	<b>22 112,04</b>	<b>299 519,85</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Outras contas a pagar contempla, essencialmente, a previsão para férias e subsídios de férias no montante de 2.724.476,85 euros (2.507.095,84 euros, em 2020), conforme detalhe apresentado em Outras Divulgações, no final do presente Anexo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam rendimentos e gastos de juros e similares de ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou outras entidades são:

Euros											
Entidades		31/12/2021				31/12/2020					
Denominação	Natureza da entidade	Valor nominal da participação	%	Quantia bruta	Imparidade	Quantia líquida	Valor nominal da participação	%	Quantia bruta	Imparidade	Quantia líquida
<b>Investimentos em entidades controladas</b>											
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	748 196,85	100,0%	748 196,85		748 196,85	748 196,85	100,0%	748 196,85		748 196,85
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	105 460,00	100,0%	500,00		500,00	105 460,00	100,0%	500,00		500,00
Subtotal		853 656,85		748 696,85		748 696,85	853 656,85		748 696,85		748 696,85
<b>Investimentos em associadas</b>											
Observatório Regional do Turismo	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	20 000,00	22,0%	20 000,00	20 000,00		20 000,00	22,0%	20 000,00	20 000,00	
Subtotal		20 000,00		20 000,00	20 000,00		20 000,00		20 000,00	20 000,00	
<b>Investimentos noutras entidades</b>											
INOVA	Pessoa Coletiva de Direito Privado	92 354,30	13,0%	92 354,30		92 354,30	92 354,30	13,0%	92 354,30		92 354,30
Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores-ADFMA	Associação Privada s/ Fins Lucrativos	2 000,00	15,4%	2 000,00		2 000,00	2 000,00	15,4%	2 000,00		2 000,00
Subtotal		94 354,30		94 354,30		94 354,30	94 354,30		94 354,30		94 354,30
<b>Total de Investimentos financeiros</b>		<b>968 011,15</b>		<b>863 051,15</b>	<b>20 000,00</b>	<b>843 051,15</b>	<b>968 011,15</b>		<b>863 051,15</b>	<b>20 000,00</b>	<b>843 051,15</b>

À data do fecho de contas da UAc não eram conhecidos os resultados do exercício de 2021 das entidades associadas e das outras entidades.

## NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A Entidade está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Denominação	Natureza da entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAc	Serviço da UAc com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

As transações que ocorreram nos exercícios de 2021 e 2020, por natureza de partes relacionadas, foram:

Transações	31.12.2021				31.12.2020				Euros
	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros	Compra ou venda de bens	Compra ou venda de ativos	Prestações de serviços	Outros	
Serviços Ação Social Escolar da UAc	465,00		8 844,80	111 162,01	485,90		2 008,54	120 000,00	
Fundação Gaspar Frutuoso			22 778,74				4 104,33		
Chegalvorada, Unipessoal Lda			-	-			-	-	
Entidades controladas	465,00	-	31 623,54	111 162,01	485,90	-	6 112,87	120 000,00	
Pessoas-chave da gestão									
<b>Total Transações entre partes relacionadas</b>	<b>930,00</b>	<b>-</b>	<b>31 623,54</b>	<b>111 162,01</b>	<b>971,80</b>	<b>-</b>	<b>6 112,87</b>	<b>120 000,00</b>	

Em 31 de dezembro de 2021 as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família apresentavam os seguintes saldos:

Cargo	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Euros
					Benefícios diretos e indiretos
Pessoas-chave da gestão (*)	7	476 254,82	-	-	-

(\*) Reitor, Vice-Reitores, Administrador e Fiscal Único

## NOTA 21 – Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente de investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAc.

De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006, na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.

## NOTA 23 – Outras divulgações

### Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica Outras contas a receber era constituída por:

Outras contas a receber	31/12/2021			31/12/2020
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia líquida
FCT - apoio à contratação de doutorados	157 363,82		157 363,82	
FGF - acordo de projeto UAc/FGF	202 333,51		202 333,51	
Azores Parque - Soc. Desenv. Gest. Parq.	25 000,00	25 000,00		
<b>Total</b>	<b>384 697,33</b>	<b>25 000,00</b>	<b>359 697,33</b>	-

### Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de Outras contas a pagar era constituída por:

Outras contas a pagar	Euros	
	31.12.2021	31.12.2020
Especialização de férias e subsídio de férias	2 724 476,85	2 507 095,84
Outros acréscimos de gastos	63 725,39	37 706,54
<b>Total</b>	<b>2 788 202,24</b>	<b>2 544 802,38</b>

### Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de Diferimentos do ativo era constituída por:

Diferimentos (ativo)	Euros	
	31.12.2021	31.12.2020
Outros gastos a reconhecer	33 812,98	42 236,92
<b>Total</b>	<b>33 812,98</b>	<b>42 236,92</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de Diferimentos do passivo eram constituída por:

	Euros	
Diferimentos (passivo)	31.12.2021	31.12.2020
Propinas	1 622 019,68	1 458 710,84
Academia do Conhecimento	31 538,88	31 538,88
AD4MAC	15 983,94	8 838,59
American Coner	63 614,84	60 332,78
Apoio à Inovação e Empreendedorismo	1 500,00	
Aquainvest	10 062,39	5 965,70
Biotransfer	25 780,00	25 960,00
Bluebio	40 000,00	
Bolsa de mobilidade contrato 2020/2022 - 2020-1-PT01-KA103-077747		84 604,00
Bolsas de mobilidade - 2020/2022		225 918,80
Bolsas de mobilidade - contrato 2019-1-PT01-KA103-060093		69 275,10
Bolsas de mobilidade - Edição 2018/2020 - contrato 2018-1-PT01-KA103-046781		31 053,72
Bolsas de mobilidade - Edição Atlantic Madeira - contrato 2018-1-PT01-KA103-046987		11 475,96
Bolsas de mobilidade - OutCome - contrato 2015-1-PT01-KA103-012463		2 493,45
Bolsas Santander	18 586,72	49 665,50
CHAM - Universidade dos Açores	3 599,30	2 685,88
Consolidar o corpo de investigadores em ciências do mar nos Açores		100 000,00
Contrato programa entre a UAc e VPGRA		456 000,00
Convénios Câmara Municipais	20 350,00	13 000,00
Cuarentagri	4 751,45	4 036,45
Curso intensivo de verão	35 000,00	
Ecofibras	76 124,86	86 914,86
Ecomarport	32 018,22	29 873,64
EcoMod 2019 Sponsors	1 000,00	2 500,00
Ecoplaking	20 485,69	4 545,66
Erasmus - Acores - 2015-1-PT01-KA103-012519		1 356,78
Erasmus - Acores - 2016-PT01-KA103-022313		3 129,44
Erasmus - Atlantic Madeira n.º 2018-1-PT01-KA103-046987	8 472,56	
Erasmus - Contrato financeiro - 2019-1-PT01-KA103-060093	76 706,60	
Erasmus - Contrato financeiro - 2019-1-PT01-KA103-06099	22 105,63	44 006,25
Erasmus - Contrato financeiro - 2020-1-PT01-KA103-077747	33 829,20	
Erasmus - Contrato financeiro - 2020-1-PT01-KA103-077755	181 949,40	
Erasmus - Contrato nº 2021-1-PT01-KA131-HED-000003648	141 896,00	
Erasmus - Erasmus - ACORES01 - 2018-1-PT01-KA103-046781	4 291,92	
Erasmus - ERASMUS+ / FESTII	33 181,00	33 181,00
Erasmus - Projeto 2020-1-PT01-KA203-079807	13 593,40	
Escuta	3 712,60	
Estudo sobre o Cancro dos Açores	6 020,00	6 020,00
Forward	313 931,99	85 289,60
Heatstore - Geothermica Era-Net	82 745,30	38 487,00
ldiverse -2017 -1-PT01-KA201-035919	42 318,78	8 299,79
Inv2Mac	10 347,79	6 474,13
MacBioBlue	787,00	29 357,33
MacBioPest	15 044,28	11 121,50
Macflor2	29 357,33	3 094,12
Marcet II	20 639,47	771,75
Mimar+	4 324,24	1 552,22
Mitimac	771,75	1 480,97
Natour	4 519,76	
New formulations	9 901,74	
OutCome 2016-1-PT01-KA103-022445	23 564,80	4 347,35
Pervemac II	8 636,03	37 755,93
Programa de incentivos do sistema científico e tecnológico	27 489,71	1 200,00
Prosucesso	12 764,52	18 845,52
ProSucesso	18 723,52	
Rebecca	44 571,90	41 372,31
Rebeca - CCT	16 341,56	3 199,69
Reequipamento científico	535,02	
Reequipamento científico	88 503,15	
Reequipamento científico	1 225,59	
Reequipamento científico	64 332,75	
Reequipamento científico	82 833,35	
Reequipamento científico	5 013,00	
Reequipamento científico CEEApIA	17 827,94	
Reequipamento científico IVAR	189 000,00	
Reequipamento Uac Covid-19	8 062,87	25 000,00
Reequipamento Uac Covid-19 - Okeanus	338,03	1 729,75
SARA-Home	823,59	
Tripolaridade	82 139,40	
UIDB/05292/2020	322,68	5 736,68
UIDB/05634/2020	10 728,00	39 585,00
UIDP/05292/2020	23 437,93	11 436,16
UIDP/05634/2020	7 361,49	77 617,50
Utilização de espaços para a realização de eventos	6 250,00	6 250,00
Verochar	9 259,90	4 061,92
Volriskmac	11 134,12	11 134,12
Volriskmac II	9 900,70	7 580,26
Outros Rendimentos	196 038,25	200 000,00
<b>Total</b>	<b>4 050 023,51</b>	<b>3 535 863,88</b>

## Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:

Euros		
Gastos com o pessoal	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações certas e permanentes	476 129,32	471 645,60
Abonos variáveis ou eventuais	125,50	1 768,12
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes	15 423 832,27	14 577 408,76
Abonos variáveis ou eventuais	123 517,44	115 575,39
Indemnizações	56 341,33	56 607,99
Encargos sobre remunerações		
Caixa Geral de Aposentações	3 041 441,04	3 156 288,13
Segurança Social	688 773,04	360 232,62
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	6 358,81	5 446,05
Outros gastos com o pessoal	240,04	1 528,83
Outros encargos sociais	69 817,78	73 921,10
<b>Total</b>	<b>19 886 576,57</b>	<b>18 820 422,59</b>

## Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:

Euros		
Fornecimentos e serviços externos	31.12.2021	31.12.2020
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	53 435,24	55 424,64
Publicidade, comunicação e imagem	7 768,66	16 654,09
Vigilância e segurança	180 149,08	175 103,39
Honorários	324 043,35	214 239,52
Conservação e reparação	234 279,11	116 170,51
Outros serviços especializados		
Material de consumo		
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 050,13	7 997,16
Livros e documentação técnica		1 715,93
Material de escritório	20 303,55	27 706,26
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	19 965,39	1 779,91
Material de educação, cultura e recreio	9 035,26	2 463,43
Produtos químicos e de laboratórios	24 559,75	21 954,22
Outros materiais	99 324,94	57 129,48
Energia e fluidos		
Electricidade	257 002,58	249 071,85
Combustíveis e lubrificantes	7 103,28	5 270,47
Água	51 991,23	41 398,24
Outros		172,70
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	32 880,74	21 009,22
Transporte de mercadorias e outros bens	653,92	429,79
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	483,00	
Comunicação	17 302,44	16 560,21
Seguros	10 434,69	11 161,84
Contencioso e notariado		
Limpeza, higiene e conforto	4 068,35	41 747,87
Outros serviços	411 323,55	164 927,10
<b>Total</b>	<b>1 772 158,24</b>	<b>1 250 087,83</b>

## Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de Transferências e subsídios concedidos decompunha-se como se segue:

Euros		
Transferências e subsídios concedidos	31.12.2021	31.12.2020
Transferências correntes concedidas		
Administração Central (Estado)		3 521,15
Outras entidades públicas (SASE)	111 162,01	120 000,00
Setor privado:		
Famílias	198 916,79	129 342,89
Entidades de setor não lucrativo (AAUA)	8 008,73	7 650,00
<b>Total</b>	<b>318 087,53</b>	<b>260 514,04</b>

## Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de Outros gastos e perdas decompunha-se como se segue:

	Euros	
Outros gastos e perdas	31.12.2021	31.12.2020
Perdas em inventários	18,48	254,03
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	17 164,01	27 487,94
Quotizações	12 300,00	11 800,00
Multas fiscais	24,19	
Serviços bancários	22 863,61	17 114,95
<b>Total</b>	<b>52 370,29</b>	<b>56 656,92</b>

## 7. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

### 7.1 DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL															
Entidade: UAC - Universidade dos Açores												NPC: 512.017.050			
Demonstração do desempenho orçamental em 31 de dezembro de 2021												Euros			
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2021)						2020	RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2021)						2020
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL			RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Saldo de gerência anterior</b>	<b>1 269 063,18</b>	<b>144 188,61</b>	<b>917 093,31</b>			<b>2 330 345,10</b>	<b>1 102 438,68</b>								
Operações orçamentais [1]	1 269 063,18	144 188,61	917 093,31			2 330 345,10	1 349 038,68								
Restituição do saldo operações orçamentais															
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							246 600,00								
Operações de tesouraria [A]															
<b>Receita corrente</b>	<b>4 444 944,55</b>	<b>17 586 875,00</b>	<b>405 241,58</b>			<b>22 437 061,13</b>	<b>21 628 876,01</b>	<b>Despesa corrente</b>	<b>3 445 133,71</b>	<b>17 942 409,75</b>	<b>430 054,75</b>		<b>21 817 598,21</b>	<b>20 493 756,32</b>	
R1 Receita fiscal								D1 Despesas com o pessoal	1 655 947,44	17 911 350,22	202 640,23		19 769 937,89	18 901 771,28	
R11 Impostos diretos								D11 Remunerações certas e permanentes	42 782,20	15 790 723,64	2 598,40		15 836 104,24	15 144 249,73	
R12 Impostos indiretos								D12 Abonos variáveis ou eventuais	2 275,23	177 709,04			173 951,50		
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								D13 Segurança Social	1 610 890,01	1 942 917,54	200 041,83		3 753 849,38	3 583 570,05	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2 426 326,67					2 426 326,67	2 269 869,91	D2 Aquisição de bens e serviços	1 582 380,69	31 059,53	25 997,24		1 639 437,46	1 235 938,99	
R4 Rendimentos de propriedade	4 384,56					4 384,56	4 384,56	D3 Juros e outros encargos							
R5 Transferências e subsídios correntes	1 774 210,45	17 586 875,00	405 241,58			19 766 327,03	19 092 889,48	D4 Transferências e subsídios correntes	143 918,25		174 169,28		318 087,53	260 514,04	
R51 Transferências correntes	1 774 210,45	17 586 875,00	405 241,58			19 766 327,03	19 092 889,48	D41 Transferências correntes	143 918,25		174 169,28		318 087,53	260 514,04	
R511 Administrações Públicas	1 710 297,14	17 586 875,00				19 297 172,14	18 517 904,88	D411 Administrações Públicas	111 162,01				111 162,01	123 521,15	
R5111 Administração Central - Estado		17 586 875,00				17 586 875,00	16 842 530,00	D4111 Administração Central - Estado						3 521,15	
R5112 Administração Central - Outras entidades							33 000,00	D4112 Administração Central - Outras entidades	111 162,01				111 162,01	120 000,00	
R5113 Segurança Social								D4113 Segurança Social							
R5114 Administração Regional	1 701 597,14					1 701 597,14	1 631 674,88	D4114 Administração Regional							
R5115 Administração Local	8 700,00					8 700,00	10 700,00	D4115 Administração Local							
R512 Exterior - UE			405 241,58			405 241,58	499 397,86	D412 Entidades do setor não lucrativo	8 008,73				8 008,73	7 650,00	
R513 Outras	63 913,31					63 913,31	75 586,74	D413 Famílias	24 747,51		174 169,28		198 916,79	129 342,89	
R52 Subsídios correntes								D414 Outras							
R6 Venda de bens e serviços	206 681,53					206 681,53	253 468,67	D42 Subsídios correntes							
R7 Outras receitas correntes	33 341,34					33 341,34	8 263,39	D5 Outras despesas correntes	62 887,33		27 248,00		90 135,33	95 532,01	
<b>Receita de capital</b>		<b>363 403,41</b>				<b>363 403,41</b>	<b>316 866,84</b>	<b>Despesa de capital</b>	<b>462 286,39</b>	<b>71 544,90</b>			<b>533 831,29</b>	<b>483 345,97</b>	
R8 Venda de bens de investimento								D6 Aquisição de bens de capital	462 286,39	71 544,90			533 831,29	483 345,97	
R9 Transferências de capital		363 403,41				363 403,41	316 866,84	D7 Transferências e subsídios de capital							
R91 Transferências e subsídios de capital		363 403,41				363 403,41	316 866,84	D71 Transferências de capital							
R911 Administrações Públicas		363 403,41				363 403,41	316 866,84	D711 Administrações Públicas							
R9111 Administração Central - Estado								D7111 Administração Central - Estado							
R9112 Administração Central - Outras entidades		363 403,41				363 403,41	316 866,84	D7112 Administração Central - Outras entidades							
R9113 Segurança Social								D7113 Segurança Social							
R9114 Administração Regional								D7114 Administração Regional							
R9115 Administração Local								D7115 Administração Local							
R912 Exterior - UE								D712 Entidades do setor não lucrativo							
R913 Outras								D713 Famílias							
R92 Subsídios de capital								D714 Outras							
R10 Outras receitas de capital								D72 Subsídios de capital							
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	2 673,99		6 103,38			8 777,37	12 665,86	D8 Outras despesas de capital							
<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>4 447 618,54</b>	<b>17 950 278,41</b>	<b>411 344,96</b>			<b>22 809 241,91</b>	<b>21 958 408,71</b>	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>3 907 420,10</b>	<b>18 013 954,65</b>	<b>430 054,75</b>		<b>22 351 429,50</b>	<b>20 977 102,29</b>	
<b>Receita não efetiva [3]</b>								<b>Despesa não efetiva [6]</b>							
R12 Receita com ativos financeiros								D09 Despesa com ativos financeiros							
R13 Receita com passivos financeiros								D10 Despesa com passivos financeiros							
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>5 716 681,72</b>	<b>18 094 467,02</b>	<b>1 328 438,27</b>			<b>25 139 587,01</b>	<b>23 307 447,39</b>	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>3 907 420,10</b>	<b>18 013 954,65</b>	<b>430 054,75</b>		<b>22 351 429,50</b>	<b>20 977 102,29</b>	
Operações de tesouraria [E]						12 327,97	12 327,97	Operações de tesouraria [C]				12 327,97	12 327,97	12 327,97	
RP - Receitas próprias   RG - Receitas gerais   UE - Financiamento da UE   EMPR - Contração de empréstimos   FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria								<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>1 809 261,62</b>	<b>80 512,37</b>	<b>898 383,52</b>		<b>2 788 157,51</b>	<b>2 330 345,10</b>	
								Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1 809 261,62	80 512,37	898 383,52		2 788 157,51	2 330 345,10	
								Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]							
								<b>Saldo global [2] - [5]</b>	<b>540 198,44</b>	<b>-63 676,24</b>	<b>-18 709,79</b>		<b>457 812,41</b>	<b>981 306,42</b>	
								Despesa primária	3 907 420,10	18 013 954,65	430 054,75		22 351 429,50	20 977 102,29	
								Saldo corrente	999 810,84	-355 534,75	-24 813,17		619 462,92	1 135 119,69	
								Saldo de capital	-462 286,39	291 858,51			-170 427,88	-166 479,13	
								Saldo primário	540 198,44	-63 676,24	-18 709,79		457 812,41	981 306,42	
								Receita total [1] + [2] + [3]	5 716 681,72	18 094 467,02	1 328 438,27		25 139 587,01	23 307 447,39	
								Despesa total [5] + [6]	3 907 420,10	18 013 954,65	430 054,75		22 351 429,50	20 977 102,29	

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

## 7.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA														
Entidade: UAc - Universidade dos Açores												NIPC: 512 017 050		
Demonstração de execução orçamental da receita do período findo em 31 de dezembro de 2021												Euros		
RUBRICA	DESCRIÇÃO	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (%)	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)		Períodos anteriores (12)=(8)/(1)×100	Período corrente (13)=(9)/(1)×100
	<b>Receita corrente</b>	<b>25 192 371,00</b>	<b>58 398,58</b>	<b>22 450 034,03</b>	<b>20 904,02</b>	<b>22 447 889,15</b>	<b>10 828,02</b>	<b>10 828,02</b>	<b>7 931,12</b>	<b>22 429 130,01</b>	<b>22 437 061,13</b>	<b>50 467,46</b>	<b>0,03</b>	<b>89,03</b>
R1	Receita fiscal													
R11	Impostos diretos													
R12	Impostos indiretos													
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde													
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 441 428,00	3 179,86	2 437 160,55	10 919,62	2 437 104,69	10 778,02	10 778,02	85,74	2 426 240,93	2 426 326,67	3 094,12	0,00	<b>99,38</b>
R4	Rendimentos de propriedade	4 385,00		4 384,56		4 384,56				4 384,56	4 384,56			<b>99,99</b>
R5	Transferências e subsídios correntes	20 513 167,00	1 961,17	19 765 411,36		19 766 327,03			915,67	19 765 411,36	19 766 327,03	1 045,50	0,00	96,35
R51	Transferências correntes	20 513 167,00	1 961,17	19 765 411,36		19 766 327,03			915,67	19 765 411,36	19 766 327,03	1 045,50	0,00	96,35
R511	Administrações Públicas	19 354 502,00		19 297 172,14		19 297 172,14				19 297 172,14	19 297 172,14			99,70
R5111	Administração Central - Estado	17 586 875,00		17 586 875,00		17 586 875,00				17 586 875,00	17 586 875,00			100,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	57 329,00												
R5113	Segurança Social													
R5114	Administração Regional	1 701 598,00		1 701 597,14		1 701 597,14				1 701 597,14	1 701 597,14			<b>100,00</b>
R5115	Administração Local	8 700,00		8 700,00		8 700,00				8 700,00	8 700,00			<b>100,00</b>
R512	Exterior - UE	1 092 465,00	915,67	404 325,91		405 241,58			915,67	404 325,91	405 241,58		0,08	<b>37,01</b>
R513	Outras	66 200,00	1 045,50	63 913,31		63 913,31				63 913,31	63 913,31	1 045,50		<b>96,55</b>
R52	Subsídios correntes													
R6	Venda de bens e serviços	236 465,00	53 013,55	207 601,82	7 850,00	206 731,53	50,00	50,00	6 929,71	199 751,82	206 681,53	46 083,84	2,93	84,47
R7	Outras receitas correntes	1 996 926,00	244,00	35 475,74	2 134,40	33 341,34				33 341,34	33 341,34	244,00		1,67
	<b>Receita de capital</b>	<b>2 992 262,00</b>	<b>25 000,00</b>	<b>2 702 525,88</b>		<b>2 702 525,88</b>				<b>2 702 525,88</b>	<b>2 702 525,88</b>	<b>25 000,00</b>		<b>90,32</b>
R8	Venda de bens de investimento													
R9	Transferências de capital	652 424,00		363 403,41		363 403,41				363 403,41	363 403,41			<b>55,70</b>
R91	Transferências e subsídios de capital	652 424,00		363 403,41		363 403,41				363 403,41	363 403,41			<b>55,70</b>
R911	Administrações Públicas	652 424,00		363 403,41		363 403,41				363 403,41	363 403,41			<b>55,70</b>
R9111	Administração Central - Estado													
R9112	Administração Central - Outras entidades	652 424,00		363 403,41		363 403,41				363 403,41	363 403,41			<b>55,70</b>
R9113	Segurança Social													
R9114	Administração Regional													
R9115	Administração Local													
R912	Exterior - UE													
R913	Outras													
R92	Subsídios de capital													
R10	Outras receitas de capital													
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	9 489,00	25 000,00	8 777,37		8 777,37				8 777,37	8 777,37	25 000,00		92,50
R12	Receita com ativos financeiros													
R13	Receita com passivos financeiros													
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2 330 349,00		2 330 345,10		2 330 345,10				2 330 345,10	2 330 345,10			100,00
		<b>28 184 633,00</b>	<b>83 398,58</b>	<b>25 152 559,91</b>	<b>20 904,02</b>	<b>25 150 415,03</b>	<b>10 828,02</b>	<b>10 828,02</b>	<b>7 931,12</b>	<b>25 131 655,89</b>	<b>25 139 587,01</b>	<b>75 467,46</b>	<b>0,03</b>	<b>89,17</b>

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

### 7.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA													
Entidade: UAç - Universidade dos Açores											NIPC: 512 017 050		
Demonstração de execução orçamental da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2021											Euros		
RUBRICA	DESCRIÇÃO	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental (%)	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	<b>Despesa corrente</b>	<b>13 305,48</b>	<b>26 658 549,00</b>		<b>23 716 529,36</b>	<b>21 894 057,06</b>	<b>13 305,48</b>	<b>21 804 292,73</b>	<b>21 817 598,21</b>	<b>1 822 472,30</b>	<b>76 458,85</b>	<b>0,05</b>	<b>81,79</b>
D1	Despesas com o pessoal		21 737 983,00		19 932 929,03	19 769 937,89		19 769 937,89	19 769 937,89	162 991,14			90,95
D11	Remunerações certas e permanentes		16 443 683,00		15 931 238,27	15 836 104,24		15 836 104,24	15 836 104,24	95 134,03			96,31
D12	Abonos variáveis ou eventuais		190 394,00		181 757,48	179 984,27		179 984,27	179 984,27	1 773,21			94,53
D13	Segurança Social		5 103 906,00		3 819 933,28	3 753 849,38		3 753 849,38	3 753 849,38	66 083,90			73,55
D2	Aquisição de bens e serviços	13 305,48	3 667 094,00		2 682 608,63	1 715 896,31	13 305,48	1 626 131,98	1 639 437,46	966 712,32	76 458,85	0,36	44,34
D3	Juros e outros encargos												
D4	Transferências e subsídios correntes		1 161 632,00		1 010 856,37	318 087,53		318 087,53	318 087,53	692 768,84			27,38
D41	Transferências correntes		1 161 632,00		1 010 856,37	318 087,53		318 087,53	318 087,53	692 768,84			27,38
D411	Administrações Públicas		173 135,00		163 912,01	111 162,01		111 162,01	111 162,01	52 750,00			64,21
D4111	Administração Central - Estado Português												
D4112	Administração Central - Outras entidades		173 135,00		163 912,01	111 162,01		111 162,01	111 162,01	52 750,00			64,21
D4113	Segurança Social												
D4114	Administração regional												
D4115	Administração local												
D412	Entidades do setor não lucrativo		8 010,00		8 008,73	8 008,73		8 008,73	8 008,73				99,98
D413	Famílias		980 487,00		838 935,63	198 916,79		198 916,79	198 916,79	640 018,84			20,29
D414	Outras												
D42	Subsídios Correntes												
D5	Outras despesas correntes		91 840,00		90 135,33	90 135,33		90 135,33	90 135,33				98,14
	<b>Despesa de capital</b>	<b>5 146,59</b>	<b>1 526 084,00</b>		<b>1 499 497,23</b>	<b>555 504,33</b>	<b>5 146,59</b>	<b>528 684,70</b>	<b>533 831,29</b>	<b>943 992,90</b>	<b>21 673,04</b>	<b>0,34</b>	<b>34,64</b>
D6	Aquisição de bens de capital	5 146,59	1 526 084,00		1 499 497,23	555 504,33	5 146,59	528 684,70	533 831,29	943 992,90	21 673,04	0,34	34,64
D7	Transferência e subsídios de capital												
D71	Transferências de capital												
D711	Administrações Públicas												
D7111	Administração Central - Estado Português												
D7112	Administração Central - Outras entidades												
D7113	Segurança Social												
D7114	Administração regional												
D7115	Administração local												
D712	Entidades do setor não lucrativo												
D713	Famílias												
D714	Outras												
D72	Subsídios de capital												
D8	Outras despesas de capital												
D9	Despesa com ativos financeiros												
D10	Despesa com passivos financeiros												
	<b>Total</b>	<b>18 452,07</b>	<b>28 184 633,00</b>		<b>25 216 026,59</b>	<b>22 449 561,39</b>	<b>18 452,07</b>	<b>22 332 977,43</b>	<b>22 351 429,50</b>	<b>2 766 465,20</b>	<b>98 131,89</b>	<b>0,07</b>	<b>79,24</b>

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

#### 7.4 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS																			
Entidade: UAc - Universidade dos Açores Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos do período findo em 31 de dezembro de 2021																	NIPC: 512 017 050		
																	Euros		
Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)	
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano 2021	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano 2021	Total			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)	(16)	(17)=(15)+(16)	(18)=(16)/(12)	(19)=(17)/(14)	
<b>Total</b>									<b>Total</b>										

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

O Responsável pela elaboração: O Administrador  
Em 28 de março de 2022

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão  
Em 28 de março de 2022

## 7.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental).

As demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação verdadeira e apropriada sobre a execução orçamental, o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente.

As presentes demonstrações orçamentais referem-se ao período de 1/1/2021 a 31/12/2021 e estão apresentadas em euros.

Segundo a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais prevista na NCP 26.

#### 1 - Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais na receita, que ocorreram em 2021, resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 2.330.349 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receitas provenientes da Região Autónoma dos Açores, não previstas em orçamento, para investimentos realizados no reequipamento científico dos centros de investigação da UAc, no montante total de 1.023.653 euros;
- receita proveniente da Região Autónoma dos Açores, não prevista em orçamento, para apoio à tripolaridade, no montante de 150.000 euros;
- receitas provenientes da FCT, não previstas em orçamento, para apoio à contratação de doutorados no âmbito do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, no montante total de 172.048 euros;
- outras receitas provenientes da Administração Local não previstas em orçamento, no total de 3.000 euros.

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da receita do período findo em 31 de dezembro de 2021, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Euros

Rubrica	Descrição	Tipo	Receita				Previsões corrigidas
			Previsões iniciais	Alterações orçamentais			
				Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	
	<b>Receita corrente</b>		<b>24 021 822,00</b>	<b>17 771 627,00</b>	<b>17 777 731,00</b>	<b>1 176 653,00</b>	<b>25 192 371,00</b>
R3	Taxas, multas e outras penalidades		2 441 428,00	90 365,00	90 365,00		2 441 428,00
R4	Rendimentos de propriedade		4 385,00				4 385,00
R5	Transferências e subsídios correntes		19 342 618,00	17 592 175,00	17 598 279,00	1 176 653,00	20 513 167,00
R51	Transferências correntes		19 342 618,00	17 592 175,00	17 598 279,00	1 176 653,00	20 513 167,00
R511	Administrações Públicas		18 177 849,00	17 589 875,00	17 589 875,00	1 176 653,00	19 354 502,00
R5111	Administração Central - Estado Português		17 586 875,00	17 586 875,00	17 586 875,00		17 586 875,00
R5112	Administração Central - Outras entidades		57 329,00				57 329,00
R5114	Administração Regional		530 945,00		3 000,00	1 173 653,00	1 701 598,00
R5115	Administração Local		2 700,00	3 000,00		3 000,00	8 700,00
R512	Exterior - UE		1 098 569,00		6 104,00		1 092 465,00
R513	Outras		66 200,00	2 300,00	2 300,00		66 200,00
R6	Venda de bens e serviços		236 465,00	89 087,00	89 087,00		236 465,00
R7	Outras receitas correntes		1 996 926,00				1 996 926,00
	<b>Receita de capital</b>		<b>483 761,00</b>	<b>6 104,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 502 397,00</b>	<b>2 992 262,00</b>
R9	Transferências e subsídios de capital		480 376,00			172 048,00	652 424,00
R91	Transferências de capital		480 376,00			172 048,00	652 424,00
R911	Administrações Públicas		480 376,00			172 048,00	652 424,00
R9112	Administração Central - Outras entidades		480 376,00			172 048,00	652 424,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		3 385,00	6 104,00			9 489,00
R14	Saldo da gerência anterior - Operações orçamentais					2 330 349,00	2 330 349,00
	<b>Total</b>		<b>24 505 583,00</b>	<b>17 777 731,00</b>	<b>17 777 731,00</b>	<b>3 679 050,00</b>	<b>28 184 633,00</b>

## 2 - Alterações orçamentais da despesa

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2021, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Euros

Rubrica	Descrição	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas
			Dotações iniciais	Alterações orçamentais			
				Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	
	<b>Despesa corrente</b>		<b>24 440 501,00</b>	<b>3 622 345,00</b>	<b>3 912 435,00</b>	<b>2 508 138,00</b>	<b>26 658 549,00</b>
D1	Despesas com o pessoal		21 456 437,00	2 491 247,00	2 739 825,00	530 124,00	21 737 983,00
D11	Remunerações certas e permanentes		17 272 111,00	839 103,00	1 760 563,00	93 032,00	16 443 683,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais		121 958,00	69 736,00	1 300,00		190 394,00
D13	Segurança Social		4 062 368,00	1 582 408,00	977 962,00	437 092,00	5 103 906,00
D2	Aquisição de bens e serviços		2 441 833,00	966 493,00	1 013 744,00	1 272 512,00	3 667 094,00
D4	Transferências e subsídios correntes		501 969,00	108 110,00	153 949,00	705 502,00	1 161 632,00
D41	Transferências correntes		501 969,00	108 110,00	153 949,00	705 502,00	1 161 632,00
D411	Administrações Públicas		120 000,00	100 000,00	46 865,00	0,00	173 135,00
D4112	Administração Central - Outras entidades		120 000,00	100 000,00	46 865,00		173 135,00
D412	Entidades do setor não lucrativo			8 010,00			8 010,00
D413	Famílias		381 969,00	100,00	107 084,00	705 502,00	980 487,00
D5	Outras despesas correntes		40 262,00	56 495,00	4 917,00		91 840,00
	<b>Despesa de capital</b>		<b>65 082,00</b>	<b>599 002,00</b>	<b>308 912,00</b>	<b>1 170 912,00</b>	<b>1 526 084,00</b>
D6	Aquisição de bens de capital		65 082,00	599 002,00	308 912,00	1 170 912,00	1 526 084,00
	<b>Total</b>		<b>24 505 583,00</b>	<b>4 221 347,00</b>	<b>4 221 347,00</b>	<b>3 679 050,00</b>	<b>28 184 633,00</b>

## 3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

A Universidade dos Açores não dispõe de plano plurianual de investimentos.

## 4 - Operações de tesouraria

O quadro abaixo, relativo às operações de tesouraria, apresenta as operações que geraram influxos ou efluxos de caixa, que tiveram expressão na tesouraria, mas não representaram operações de execução orçamental, não sendo consideradas receita ou despesa orçamental:

								Euros			
Códigos das contas	Designação	Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final				
<b>071</b>	<b>Recebimentos por operações de tesouraria</b>	<b>072</b>	<b>Pagamentos por operações de tesouraria</b>								
0711	Intermediação de fundos	0721	Intermediação de fundos								
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0722	Entrega de receita cobrada por conta de outrem								
07121	Receta fiscal	07221	Receta Fiscal								
071211	Autarquias Locais	072211	Autarquias Locais								
071212	Entidade Contabilística Estado	072212	Entidade Contabilística Estado								
071213	Região Autónoma Açores	072213	Região Autónoma Açores								
071214	Região Autónoma Madeira	072214	Região Autónoma Madeira								
071219	Outras entidades beneficiárias	072219	Outras entidades beneficiárias								
07122	Receta não fiscal	07222	Receta não fiscal								
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	0723	Devolução de cauções e garantias								
0714	Cobrança de recursos próprios europeus	0724	Entrega de recursos próprios europeus								
0715	Receção de receitas próprias – duplo cabimento	0725	Entrega de receitas próprias – duplo cabimento								
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0726	Retenções - Transição para o SNC-AP								
0719	Outras receitas de operações tesouraria	0728	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental								
		0729	Outras despesas de operações de tesouraria								
			<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 509,56</b>	<b>1 509,56</b>	<b>0,00</b>				

As operações de tesouraria realizadas referem-se a operações que ficam provisoriamente pendentes a aguardar informações adicionais para a sua correta classificação orçamental.

## 5 - Contratação administrativa

### 5.1 - Adjudicações por tipo de procedimento

As adjudicações efetuadas em 2021, resumidas por tipo de procedimento de adjudicação, são apresentadas no quadro seguinte:

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	
Empreitada de obras públicas									1	16 917,20	1	16 917,20
Aquisição de serviços	4	112 858,27							46	844 520,85	50	957 379,12
Locação ou aquisição de bens móveis									49	537 369,50	49	537 369,50
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros												

### 5.2 - Situação dos contratos

Os contratos celebrados em 2021 ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira em 2021 são apresentados no quadro seguinte:

Entidade	NIPC	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados		Observações
		Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais	(13)	(18)	
MEO	504615947	Comunicações fixas - VOZ Sip Trunks LOTE A	28/02/2018	14 120,81	14 120,81	20/03/2018	8,63	1 770,16	Via Central de Compras da ESPAP - Publicitado pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência (Aquisição ao abrigo de Concurso Público inserido no mapa da Contratação Administrativa - A adjudicação por tipo de procedimento no Concurso Público)		
NOS	502604751	Comunicações fixas - VOZ Sip Trunks LOTE B, C e D	28/02/2018	14 413,11	14 413,11	24/05/2018	31,75	555,79	Via Central de Compras da ESPAP - Publicitado pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência (Aquisição ao abrigo de Concurso Público inserido no mapa da Contratação Administrativa - A adjudicação por tipo de procedimento no Concurso Público)		
SNN	505322684	Consultoria e apoio Primavera	25/10/2018	60 456,00	60 456,00	18/02/2019	10 586,40	56 496,01			
UHY	504629603	Fiscal Único	28/07/2017	73 657,20	73 657,20	10/10/2017	14 731,44	70 833,69			
ACIN	511135610	Adesão à plataforma concursos MEC	01/09/2019	208,20	208,20	30/12/2019	89,00	161,00			
J.H. Omelas	512000956	Combustível 3 Campi	01/08/2019	11 260,00	11 260,00	23/09/2019	3 338,89	9 609,69			
Azormed	512081042	Prestação de serviços de recolha e tratamento de lixos tóxicos	13/05/2019	8 500,00	8 500,00	17/12/2019	1 355,17	8 516,38			
MEO	504615947	Rede de dados VPN	14/04/2020	14 151,60	14 151,60	29/06/2020	5 896,50	10 613,71			
Thyssenkrupp	501445226	Manutenção elevadores 3 Campi	27/04/2020	5 745,60	5 745,60	24/06/2020	1 915,20	5 745,60			
Instaladores	512020353	Manutenção dos postos de transformação	27/04/2020	3 525,94	3 525,94	21/05/2020	1 175,31	3 525,94			
Instaladores	512020353	Manutenção dos grupos geradores	27/04/2020	4 479,95	4 479,95	21/05/2020	1 493,32	4 479,95			
BioRad	501301321	Equipamento destinado ao laboratório de análises à COVID-19 - Horta - ilha do Faial	28/09/2020	27 526,74	27 526,74	12/11/2020	23 846,44	27 526,74	Procedimento realizado ao abrigo Artigo n.º 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado s/bo DADOS.GOV.PT TOTAL		
Fisher	506429210	Equipamento destinado ao laboratório de análises à COVID-19 - Horta - ilha do Faial	23/10/2020	18 729,88	18 729,88	04/11/2020	3 980,00	18 729,88	Procedimento realizado ao abrigo Artigo n.º 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado s/bo DADOS.GOV.PT TOTAL		
Resarte	512102228	Aquisição de artigos de papelaria	22/10/2020	4 299,40	4 299,40	23/11/2020	145,76	4 299,40	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Ajuste Direto)		
Trust	515570389	Vigilância de novembro/2020 a abril/2021	30/10/2020	64 856,00	64 856,00	03/12/2020	38 913,59	64 856,00	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Ajuste Direto)		
SGS	500417660	Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança	25/11/2020	25 000,00	25 000,00	03/12/2020	20 000,00	25 000,00			
Ronsecur	507011724	Vigilância adicional - Horta	18/09/2020	6 720,00	6 720,00	19/11/2020	2 240,00	6 720,00	Procedimento realizado ao abrigo Artigo n.º 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado s/bo DADOS.GOV.PT		
Dias de Sousa	504080857	Aquisição de 2 câmeras de PCR Biosan	23/07/2020	5 550,00	5 550,00	14/09/2020	3 300,00	5 550,00	Procedimento realizado ao abrigo Artigo n.º 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado s/bo DADOS.GOV.PT		
Thyssenkrupp	501445226	Manutenção elevadores 3 Campi	07/06/2021	3 398,64	3 398,64	21/07/2021	1 699,32	1 699,32	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Ajuste Direto)		
Instaladores	512020353	Manutenção dos postos de transformação	14/05/2021	3 525,87	3 525,87	15/06/2021	2 350,56	2 350,56			
Instaladores	512020353	Manutenção dos grupos geradores	14/05/2021	4 479,87	4 479,87	15/06/2021	2 986,56	2 986,56			
Retailor	512000638	Manutenção de extintores	27/04/2020	1 890,00	1 890,00	23/02/2021	945,00	945,00			
Retailor	512000638	Manutenção de extintores	12/05/2021	1 886,00	1 886,00	22/12/2021	943,00	943,00			
Trust	515570389	Vigilância de setembro/2021 a dezembro/2021	04/08/2021	61 980,00	61 980,00	01/10/2021	49 584,00	49 584,00	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Ajuste Direto)		
J.H. Omelas	512000956	Combustível 3 Campi	04/08/2021	13 516,89	13 516,89	08/09/2021	2 007,27	2 007,27			
Primavera	503140600	Continuidade ERP Primavera	31/05/2021	73 546,16	73 546,16	27/07/2021	73 343,78	73 343,78	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Ajuste Direto)		
SNN	505322684	Consultoria e apoio Primavera	23/04/2021	74 250,00	74 250,00	14/05/2021	16 500,00	16 500,00	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Ajuste Direto)		
Zurich	980420636	Seguro alunos	14/05/2021	9 628,85	9 628,85	27/05/2021	9 406,20	9 406,20			
XWS - Express Web Solutions	510785484	Desenvolvimento/adaptação do NÓNIO	21/12/2021	74 910,00	74 910,00	29/12/2021	10 815,00	10 815,00			
AML Oceanographic	CA1361710083	Aquisição de profilador multi-paramétrico	21/12/2021	19 998,00	19 998,00	30/12/2021	5 999,40	5 999,40			
Escritório Digital	512068500	Aquisição de computadores de rede (sw liches)	02/12/2021	14 337,77	14 337,77	30/12/2021	14 337,77	14 337,77			
Bioportugal	502380543	Aquisição de um extrator automático de ácidos nucleicos	20/11/2021	19 999,00	19 999,00	30/12/2021	19 999,00	19 999,00			
Bioportugal	502380543	Aquisição de FastPrep-24™ SG Instrument	03/11/2021	9 000,00	9 000,00	22/11/2021	9 000,00	9 000,00			
Life Technologies BV	980158419	Manutenção de um SeqStudio Genetic Analyser	08/11/2021	6 170,00	6 170,00	30/12/2021	1 542,50	1 542,50			
HardSecure	509877877	Renovação de suporte e subscrição FORTIGATE	03/11/2021	7 330,00	7 330,00	25/11/2021	7 330,00	7 330,00			
Bullet Solutions	507491300	Licenciamento do software Horários	27/10/2021	19 500,00	19 500,00	30/11/2021	9 750,00	9 750,00			
Inscio	512032386	Aquisição de computadores portáteis e outros equipamentos informáticos	11/10/2021	12 511,70	12 511,70	28/10/2021	12 511,70	12 511,70			
Mobioffice	509224776	Aquisição de 55 mesas para sala de aulas	07/09/2021	3 971,00	3 971,00	30/11/2021	3 971,00	3 971,00	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Ajuste Direto)		
Accional	512036845	Fornecimento e montagem de películas solares em janelas	31/08/2021	7 007,70	7 007,70	15/10/2021	6 793,01	6 793,01			

Entidade	NIPC	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período		Pagamentos acumulados		Observações
		Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual		Trabalhos normais	Trabalhos normais			
WEBA	512083738	Fornecimento e instalação do sistema de registo de assiduidade	30/07/2021	14 875,50	14 875,50	14/12/2021					
Sousa & Garcês	512070970	Fornecimento e montagem de Central Hidroressora e Central de Incêndio	03/08/2021	16 917,20	16 917,20	29/12/2021					
Crowcon Detection Instruments	GB194270159	Aquisição de um detetor portátil de metano	21/07/2021	8 628,00	8 628,00	21/12/2021					
Fonseca Macedo	112899781	Aquisição de 85 serigrafias de um desenho do pintor Urbano	13/07/2021	5 100,00	5 100,00	27/07/2021					
Bioportugal	502380543	Aquisição de fluorímetro Fluostar Omega	09/07/2021	21 300,00	21 300,00	30/12/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
ERT	501799303	Aquisição de lofizador de bancada	07/07/2021	16 555,00	16 555,00	30/12/2021					
Thyssenkrupp	501445226	Reparação de 3 elevadores nos campi de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo	07/06/2021	3 667,72	3 667,72	16/11/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
A. Jacinto & Pereira da Silva	506388557	Prestação de serviços a elaboração da consolidação de contas de 2020	20/05/2021	5 500,00	5 500,00	26/07/2021					
MSIM	512059616	Aquisição de 15 computadores portáteis HP	12/05/2021	8 981,10	8 981,10	01/06/2021					
Coppépélago	513081917	Aquisição de toners para impressora	21/04/2021	6 393,06	6 393,06	02/06/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
SHAR	506687694	Aquisição de equipamento de telecomunicações	16/04/2021	23 450,00	23 450,00	18/06/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
MSIM	512059616	Aquisição de um servidor informático e cabo	19/04/2021	9 263,43	9 263,43	13/07/2021					
PSE	503323390	Licenciamento de software de análise estatística IBM SPSS	23/03/2021	5 617,00	5 617,00	27/04/2021					
Casa das Bandeiras	500339643	Aquisição de diversas bandeiras para interior e exterior	30/03/2021	9 749,95	9 749,95	28/06/2021					
Thyssenkrupp	501445226	Reparação de elevadores	19/03/2021	11 875,19	11 875,19	16/11/2021					
Províse	512040818	Prestação de serviços de vigilância	31/03/2021	63 200,00	63 200,00	06/05/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Dinarte Dâmaso	512037191	Aquisição de câmaras elétricas, coxíões e mesas de refeição	15/02/2021	3 648,00	3 648,00	27/04/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
APCER	503731785	Certificação e acreditação em Qualidade para o triénio 2021-2023	11/02/2021	11 024,46	11 024,46	24/03/2021					
Isolaçor	210108070	Impermeabilização da cobertura do Auditório Sul da Aula Magna	11/02/2021	8 111,09	8 111,09	22/04/2021					
J.M. Soares & Aniceto	513426795	Construção, metalização, pintura e montagem de 2 corrimões	15/02/2021	6 273,38	6 273,38	24/03/2021					
Inetum Espana	980079659	Licenciamento do software Microsoft	01/02/2021	58 236,66	58 236,66	03/03/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
MEO	504615947	Aquisição de SIP-Trunks sobre RCTS (2021-2023)	01/01/2021	23 868,35	23 868,35	23/02/2021					Via Central de Compras da ESPAP - Publicado pela Secretária Geral do Ministério da Educação e Ciência (Aquisição ao abrigo de Concurso Público inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicação por tipo de procedimento no Concurso Público)
Nova Gráfica	512013632	Conceção e paginação de um ebook	29/12/2020	1 320,00	1 320,00	28/07/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Unicam	502614625	Aquisição de espectrofotómetro FT-R (ISS)	08/01/2021	19 870,00	19 870,00	18/03/2021					
Link Consulting	504551221	Direitos de atualização, extensão de garantia e manutenção evolutiva do EdocLink	09/11/2020	16 313,00	16 313,00	19/05/2021					
Paulo M. S. Melo	513153772	Aquisição de material audiovisual para anfiteatros	23/12/2020	5 203,49	5 203,49	16/02/2021					
SHAR	506687694	Contrato de manutenção VOP RCTS	29/12/2020	7 200,00	7 200,00	08/02/2021					
SHAR	506687694	Equipamento de telecomunicações	29/12/2020	4 184,22	4 184,22	08/02/2021					
Conversas Versáteis	514300353	Serviços de formação e consultoria para apoio à gestão e dinamização da InJAc	24/09/2020	12 350,00	12 350,00	27/10/2020					
Microlo	504758454	Leitores de acesso aos edifícios	26/10/2020	18 300,00	18 300,00	23/02/2021					
Globalmix	509978924	Manutenção de sistemas AVAC e HOTTES	06/04/2020	2 512,00	2 512,00	28/01/2021					
Labodidática	512012881	Aquisição de equipamento científico para o Centro de Biotecnologia dos Açores	18/11/2021	10 992,00	10 992,00	30/12/2021					Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
VWR Internacional	503842770	Aquisição de material para o laboratório de análise à COVID-19 em Ponta Delgada	20/10/2020	6 948,00	6 948,00	04/03/2021					Procedimento realizado ao abrigo Artigo n.º 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV_PT
FIT	512060924	Reparação do sistema de ventilação do edifício Walter Bensaúde na Horta, espaço COVID-19	29/09/2020	7 584,76	7 584,76	09/03/2021					Procedimento realizado ao abrigo Artigo n.º 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV_PT
Termofaial	512033749	Reparação do sistema interno de ar condicionado do edifício do campus da Horta	29/09/2020	6 198,31	6 198,31	23/03/2021					Procedimento realizado ao abrigo Artigo n.º 2.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, pode ser consultado sítio DADOS.GOV_PT

## 6 - Transferências e subsídios

### 6.1 - Transferências e subsídios - despesa

As transferências e subsídios correntes concedidos em 2021 são apresentados no quadro seguinte:

#### Relatório de Atividades e Contas - 2021

Tipos de despesa	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas e não pagas	Devolução de subsídios ocorrida no
040305 - Serviços e fundos	Transferências Correntes SASE	Serviço de Ação Social Escolar	120 000,00	111 162,01	111 162,01	-	-
040305 - Serviços e fundos	Transferências Correntes FGF	Fundação Gaspar Frutuoso	53 135,00	-	-	-	-
040701 - Instituições sem fins	Transferência para Associação	Associação Académica da	8 010,00	8 008,73	8 008,73	-	-
040802 - Outras	Bolsas Erasmus		315 769,00	-	-	-	-
040802 - Outras	Bolsas Mobilidade Erasmus		537 961,00	174 169,28	174 169,28	-	-
040802 - Outras	Bolsas Estudo		60 414,00	1 500,00	1 500,00	-	-
040802 - Outras	Bolsas Mobilidade/Estudo		59 489,00	16 394,00	16 394,00	-	-
040802 - Outras	Bolsas Estudo		6 854,00	6 853,51	6 853,51	-	-
<b>Total</b>			<b>1 161 632,00</b>	<b>318 087,53</b>	<b>318 087,53</b>		

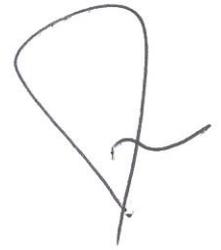
#### Relatório de Atividades e Contas - 2021

### 6.2 - Transferências e subsídios - receita

As transferências e subsídios correntes e de capital obtidos em 2021 são apresentados no quadro seguinte:

Tipos de receita	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no
060102-Privadas	Convénio para o desenvolvimento de atividades de ID&I com a universidade dos Açores	Plantações de Chá Gorreana	1 500,00	1 500,00	-	-
060201-Bancos e outras instituições financeiras	Donativo ao abrigo da Lei do Mecenate. O Donativo concedido não tem qualquer contrapartida de natureza pecuniária ou comercial, destinando-se exclusivamente à prossecução de fins de carácter educacional ao abrigo do artigo 61º e da alínea a) do nº 1 do artigo 62º do EBF	Banco Santander Totta	30 000,00	30 000,00	-	-
060301-Estado	Requisição Fundos Corrente OE	Agência Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	17 586 875,00	17 586 875,00	-	-
060307 - Serviços e fundos autónomos	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Outras entidades	57 329,00	-	57 329,00	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Protocolo Governo Regional dos Açores	Vice-Presidência Governo, Emprego Competitividade	500 000,00	500 000,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Bolsas	Fundo Regional do Emprego	6 853,53	6 853,53	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Ecopackaging - 2º tranche	FRCT - Fundo Regional Ciência e Tecnologia	40 000,00	40 000,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Bluebio - ERA-NET Cofund on Blue Bioeconomy	FRCT - Fundo Regional Ciência e Tecnologia	40 000,00	40 000,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Heatstore	FRCT - Fundo Regional Ciência e Tecnologia	20 000,00	20 000,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	FEDER-000134 - INT-UAC - Internacionalização da investigação da universidade dos Açores	Direção Regional Ciência e Transição Digital	107 200,00	107 200,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Projetos de investigação-IVAR	Direção Regional Ciência e Transição Digital	189 000,00	189 000,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Projetos de investigação-CIBIO	Direção Regional Ciência e Transição Digital	224 000,00	224 000,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Projetos de investigação-GBA	Direção Regional Ciência e Transição Digital	188 029,92	188 029,92	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Projetos de investigação-OKEANUS	Direção Regional Ciência e Transição Digital	188 980,92	188 980,92	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Projetos Interreg	Direção Regional Ciência e Transição Digital	20 945,00	20 945,00	-	-
060401-Região Autónoma dos Açores	Projetos investigação	Direção Regional Ciência e Transição Digital	176 588,73	176 587,87	0,86	-
060502-Região Autónoma dos Açores	Acordo de projeto entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo para a cooperação no âmbito do museu municipal de Vila Franca do Campo.	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	2 700,00	2 700,00	-	-
060502-Região Autónoma dos Açores	Convénio para um compromisso estratégico entre a UAc e a Câmara Municipal da Lagoa	Câmara Municipal da Lagoa	3 000,00	3 000,00	-	-
060502-Região Autónoma dos Açores	Convénio para um compromisso estratégico entre a Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Ponta Delgada	Câmara Municipal de Ponta Delgada	3 000,00	3 000,00	-	-
060701 - Instituições sem fins lucrativos	Oferta anual de Bolsa de Estudo a estudante da UAc	Fundação Pauleta	1 000,00	1 000,00	-	-
060701 - Instituições sem fins lucrativos	Oferta anual de Bolsa de Estudo a estudante da UAc	Outras entidades	1 000,00	-	1 000,00	-
060901 - União Europeia - Instituições	Projeto Natour	Universitat Autònoma de Barcelona	23 564,80	23 564,80	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Projeto B-Readi	Università Degli Studi Dell'Aquila	13 563,40	13 563,40	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Atlantic Madeira II 2019/2021	Universidade da Madeira	3 924,00	3 924,00	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Island Diversity	NUCLIO - Núcleo Interactivo de Astronomia	2 048,00	2 048,00	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Contrato 2020-1-PT01-KA203-078839	Kaïros - Coop. Inc. Inic. Econ. Solidaria, CRL	11 925,60	11 925,60	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Projeto Forward	Gobierno de Canarias	15 266,88	15 266,88	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	MarAZ	Gabinete Secret. Regional das Finanças	133 983,30	133 983,30	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Projeto SARA	Deutsches Zentrum Neurodegenerative Erkrankungen	823,59	823,59	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Outros projetos	Outras entidades	619 744,43	-	619 744,43	-
060901 - União Europeia - Instituições	Projetos investigação	Agência Nacional Erasmus+ Educação e formação	142 833,00	142 833,00	-	-
060901 - União Europeia - Instituições	Outros projetos	Outras entidades	67 478,99	-	67 478,99	-
060901 - União Europeia - Instituições	Projetos investigação	Agência para o Desenvolvimento e Coesão LP.	57 279,01	57 279,01	-	-
060905 - Países terceiros e organizações internacionais	American Corner	Embaixada dos Estados Unidos da América	32 700,00	31 413,31	1 286,69	-
<b>Total</b>			<b>20 513 167,00</b>	<b>19 766 327,03</b>	<b>746 839,97</b>	

**III – DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO****Certificação Legal de Contas**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Universidade dos Açores** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 50.731.926 euros e um total de fundos próprios de 42.363.630 euros, incluindo um resultado líquido de 132.045 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Universidade dos Açores** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação nos termos das disposições em vigor, as quais não incluem o efeito da consolidação integral, nem da aplicação do método de equivalência patrimonial, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a publicar e aprovar em separado.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 25.139.587 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 22.351.430 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido no ponto 3/II – Relato Financeiro do relatório de gestão, a Entidade não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

**UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

## Relatório e Parecer do Fiscal Único



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente os documentos de Prestação de Contas Separadas da **Universidade dos Açores** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais compreendem as demonstrações financeiras que inclui o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras e, também, as demonstrações orçamentais que inclui uma demonstração de desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa e o anexo às demonstrações orçamentais, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Gestão todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
4. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
5. A Entidade presta informação relevante sobre as atividades desenvolvidas no decurso do ano económico de 2021, apesar de não ter ainda desenvolvido as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.

Em face do trabalho desenvolvido, cuja Certificação Legal das Contas nesta data emitida é parte integrante, somos de parecer que se aprove os documentos de Prestação de Contas da **Universidade dos Açores** para o período findo em 31 de dezembro de 2021, bem como a aplicação dos resultados proposta.

Ponta Delgada, 28 de março de 2022

**UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

**IV – DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS E AOS PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS**

**Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2021**

**Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2021**

**Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2021**

## Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2021

Ministério: **Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Montante total de compromissos plurianuais: **€ 152.290,83**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2021, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2022	93.746,29€
2023	48.809,54€
2024	9.735,00€

27 de Janeiro de 2022.

Assinado por: **JOÃO LUÍS ROQUE BAPTISTA  
GASPAR**  
Num. de Identificação: 06005028  
Data: 2022.01.27 20:31:14-01'00'  
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**  
Atributos certificados: **Reitor - Universidade dos Açores.**



## Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2021

Ministério: **CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Montante total de pagamentos em atraso: **€ 0,00**

**Sem pagamentos em atraso a declarar.**

27 de Janeiro de 2022.

Assinado por: **JOÃO LUÍS ROQUE BAPTISTA**

**GASPAR**

Num. de Identificação: 06005028

Data: 2022.01.27 20:31:59-01'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**

Atributos certificados: **Reitor - Universidade dos Açores.**



## Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2021

Ministério: **Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**Montante total de recebimentos em atraso: **€ 182.346,79**

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NIF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2006	070204	512022399	Associação Agrícola da Terceira	Serviços de Laboratório	11.458,15€	Juros de mora
2	2010	070204	512022399	Associação Agrícola da Terceira	Serviços de Laboratório	760,00€	Juros de mora
3	2008	070201	512093806	Alimentação Com. Rep. Prod. Alim. U. Lda	Aluguer de espaços e equipamentos	798,00€	Juros de mora
4	2009	070204	812309375	António Galante	Serviços de Laboratório	102,60€	Juros de mora
5	2018	150101	512081727	Azores Parque	Reposição não abatidas nos pagamentos	25.000,00€	
6	2010	070201	503355704	Direcção de Marketing Escolar LEYA	Aluguer de espaços e equipamentos	558,60€	Juros de mora
7	2013	040201	512010820	Electroeme, Lda	Aluguer de espaços e equipamentos	794,30€	
8	2015	070201	509019315	M.A. Escola de Formação Técnica	Aluguer de espaços e equipamentos	729,01€	Juros de mora
9	2006	070201	512061254	MJU Produções Culturais	Aluguer de espaços e equipamentos	2.500,00€	Juros de mora
10	2010	070202	503976580	Ogimatech Portuga I- Cons. Emp. Inst. SA- Reditus	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	8.236,80€	Juros de mora
11	2009	070202	672000660	Tribunal Judicial de Ponta Delgada 2º Juízo	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	207,48€	
12	2010	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	4.150,80€	Juros de mora
13	2011	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	4.189,92€	Juros de mora
14	2012	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	1.047,48€	Juros de mora
15	2020	040122	999999999	Alunos	Propinas	22.878,15€	Juros de mora
16	2019	040122	999999999	Alunos	Propinas	20.022,54€	Juros de mora
17	2018	040122	999999999	Alunos	Propinas	12.555,83€	Juros de mora
18	2017	040122	999999999	Alunos	Propinas	6.134,00€	Juros de mora
19	2016	040122	999999999	Alunos	Propinas	2.914,96€	Juros de mora
20	2015	040122	999999999	Alunos	Propinas	11.586,78€	Juros de mora
21	2014	040122	999999999	Alunos	Propinas	6.649,64€	Juros de mora
22	2013	040122	999999999	Alunos	Propinas	14.894,77€	Juros de mora
23	2012	040122	999999999	Alunos	Propinas	24.176,98€	Juros de mora

27 de Janeiro de 2022.

Assinado por: **JOÃO LUÍS ROQUE BAPTISTA****GASPAR**

Num. de Identificação: 06005028

Data: 2022.01.27 20:30:42-01'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**Atributos certificados: **Reitor - Universidade dos Açores.**

## **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Rua da Mãe de Deus  
9500-321 Ponta Delgada  
Açores, Portugal